



Universidade de Brasília
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
Programa de Pós-Graduação em Economia
Mestrado em Gestão Econômica de Finanças Públicas

EMERSON FERREIRA ALVES

**MAPEAMENTO DOS GRADUANDOS COM INTENÇÃO DE PARTICIPAR DO
PROGRAMA PNAES NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2011-2016)**

Brasília – DF

2017

EMERSON FERREIRA ALVES

**MAPEAMENTO DOS GRADUANDOS COM INTENÇÃO DE PARTICIPAR DO
PROGRAMA PNAES NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2011-2016)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Economia do Setor Público da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Economia.

**Orientadora: Prof. Dra. Deborah Oliveira
Martins dos Reis**

Brasília - DF

2017

EMERSON FERREIRA ALVES

**MAPEAMENTO DOS GRADUANDOS COM INTENÇÃO DE PARTICIPAR DO
PROGRAMA PNAES NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2011-2016)**

Dissertação aprovada como requisito para a obtenção do título de Mestre em Economia do Programa de Pós-Graduação em Economia do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (ECO/UnB), que foi avaliada e aprovada pela Comissão Examinadora formada pelos professores:

Prof. Dra. Deborah Oliveira Martins dos Reis - Orientadora
Departamento de Economia – UnB

Prof. Dra. Ana Carolina Pereira Zoghbi
Departamento de Economia – UnB

Prof. Dr. Caio Cesar Medeiros Costa
Departamento de Administração - UnB

Brasília, 11 de julho de 2017.

À minha mãe, Anália e ao meu pai, Elpides, pelos melhores exemplos de amor, carinho e trabalho duro.
Ao meu irmão, Junior pelo companheirismo em cada momento.
À minha mulher, Alessandra, por acreditar e me fazer feliz todos os dias.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a Deus por colocar em meu caminho pessoas maravilhosas e ter me dado condições para alcançar aquilo a que me propus.

À minha professora orientadora Dra. Deborah Oliveira Martins dos Reis, por toda a paciência, carinho, suporte e dedicação, meu muito obrigado.

À minha noiva Alessandra, agradeço todo o envolvimento, apoio e compreensão que demonstrou a mim durante toda essa jornada.

À minha família e amigos que mesmo estando longe sempre acreditaram e fizeram tudo o que estava ao seu alcance me ajudando a superar todos os obstáculos.

Ao Departamento de Economia da UnB, em especial aos professores que fizeram parte do corpo docente deste mestrado profissional.

Aos amigos e colaboradores do Decanato de Administração, em particular aos colegas da Diretoria de Contabilidade e Finanças, meus sinceros agradecimentos.

Aos Decanatos de Gestão de Pessoas e a Diretoria de Desenvolvimento Social, pelo apoio e presteza no fornecimento de informações.

“Não sabendo que era impossível, foi lá e fez.”

Jean Cocteau

RESUMO

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) veio para auxiliar o aluno do terceiro grau no Brasil, expandindo os recursos a eles destinados visando sua manutenção e conclusão de curso na universidade pública assim como traçou metas e objetivos a serem alcançados. Esse programa possibilitou à Universidade de Brasília expandir a oferta de auxílios destinados aos alunos de baixa renda, trazendo consigo novos desafios, tanto na área social e pedagógica como no que tange a gestão financeira daquilo que é recebido pela universidade. Este estudo tem como objetivo conhecer melhor o perfil dos estudantes que demonstraram intenção de solicitar os auxílios Alimentação, Moradia e Socioeconômico simultaneamente, verificando por consequência qual a idade dos alunos requisitantes dos benefícios, o campus de estudos, qual o curso de graduação com maior adesão de discentes com fragilidade econômica, que gênero é predominante entre os graduandos, entre outras características que os diferenciem, verificando ainda o desempenho acadêmico desses alunos. Para isso, foi tomado como material de pesquisa os dados fornecidos principalmente pelo Centro de Informática e da Diretoria de Desenvolvimento Social da Universidade de Brasília, possibilitando então, uma análise mais detalhada das características intrínsecas e esses graduandos.

Palavras-Chave: PNAES, auxílio à estudante, desempenho acadêmico, Universidade de Brasília.

ABSTRACT

The Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) came to assist the college student in Brazil, expanding the allocated resources, aiming at their course support and completion at the public university as well as setting goals and objectives to be achieved. This program made it possible for the University of Brasília to expand the aid offer to low-income students, bringing along new challenges in both social and pedagogical areas, and regarding the financial management of what is received by the university. The purpose of this study is have a better understanding of the profile of the students who showed interest in requesting simultaneously Food, Housing and Socioeconomic aid, verifying, as a result, the age of the students who applying for these benefits, their study campus, which graduation course with greater accession by students with economic fragility, which gender is predominant among undergraduates, among other characteristics that distinguish them and verify yet their students' academic performance. For that, the data provided mainly by the Informatics Center and the Social Development Board of the University of Brasília was used as a form to enable a more detailed analysis of the intrinsic characteristics and these undergraduate students.

Keywords: PNAES, student aid, academic performance, University of Brasília.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição percentual (%) do rendimento familiar <i>per capita</i> , por décimos de rendimento – Brasil – 2004/2013.....	23
Gráfico 2 – Distribuição percentual das pessoas residentes em domicílios particulares, por classes de rendimento domiciliar <i>per capita</i> – Brasil – 2005/2015	24
Gráfico 3 - Rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> médio e mediano dos arranjos residentes em domicílios particulares – Brasil – 2005/2015	25
Gráfico 4 – Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal das pessoas de 15 anos ou mais de idade, com rendimento, segundo as Grandes Regiões – 2005/2015	26
Gráfico 5 – Benefícios atendidos pelo PNAES	45
Gráfico 6 – Evolução Histórica do PNAES na UnB.....	48
Gráfico 7 – Evolução dos Gastos Federais com PNAES.....	49
Gráfico 8 – Renda domiciliar média mensal segundo Regiões Administrativas do Distrito Federal - 2015.....	57

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Coeficientes de Gini no Brasil	28
Tabela 2 – Número de auxílios/beneficiados, por tipo, na Universidade de Brasília ..	45
Tabela 3 - Orçamento Anual UnB	50
Tabela 4 - Evolução no número de interessados.....	52
Tabela 5 - Características dos alunos que ambicionam 3 auxílios simultâneos	53
Tabela 6 - Distribuição por campus dos graduandos interessados	56
Tabela 7 - Distribuição por área do curso.....	58
Tabela 8A - Cursos com maior número de demandantes aos auxílios	59
Tabela 8B - Cursos com maior número de demandantes aos auxílios	59
Tabela 8C - Cursos com maior número de demandantes aos auxílios	60
Tabela 9 - Forma de desvinculação da UnB	61
Tabela 10 - Tempo até demonstrar interesse aos 3 auxílios	64
Tabela 11 - Desempenho acadêmico - IRA	67
Tabela 12 - Desempenho acadêmico alunos ativos - IRA	68
Tabela 13 - Alunos selecionados para recebimento dos auxílios	69
Tabela 14 - Tempo de recebimento e aproveitamento do estudante.....	71

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

BRICS	Coligação formada por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAD	Conselho de Administração
CEU	Casa do Estudante Universitário
CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CGU	Controladoria-Geral da União
CPD	Centro de Informática
DAC	Decanato de Assuntos Comunitários
DAF	Decanato de Administração
DCF	Diretoria de Contabilidade e Finanças
DDS	Diretoria de Desenvolvimento Social
DPO	Decanato de Planejamento e Orçamento
EJA	Ensino de Jovens e Adultos
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
e-SIC	Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão
FORNAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
G20	Grupo dos 20
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IRA	Índice de Rendimento Acadêmico
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOA	Lei Orçamentária Anual
MEC	Ministério da Educação
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
NPPAES	Estudante não participante do Programa de Assistência Estudantil
PDADDF	Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio do Distrito Federal

PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PET	Programa de Educação Tutorial
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB	Produto Interno Bruto
PIBIC	Programa de Iniciação Científica
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PPAES	Estudante participante do Programa de Assistência Estudantil
ProUni	Programa Universidade para Todos
REUNI	Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades
Federais	
SAA	Secretária de Administração Acadêmica
SaeWeb	Sistema de Assistência Estudantil WEB
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo
Federal	
Sisu	Sistema de Seleção Unificada
SPS	Serviço de Programas de Assistência Estudantil
UF	Universidade Federal
UFCA	Universidade Federal do Cariri
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFOB	Universidade Federal do Oeste da Bahia
Ufopa	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFSB	Universidade Federal do Sul da Bahia
UnB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional Estudantil
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a
Cultura	
Unifesspa	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Unila	Universidade Federal da Integração Latino-Americana

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. PANORAMA SOCIAL BRASILEIRO	21
3. IFES E A UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	33
3.1 PANORAMA HISTÓRICO	33
3.2 PNAES E O ENSINO SUPERIOR NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA..	36
3.2.1 FORMA DE SELEÇÃO E ACESSO AOS PROGRAMAS FINANCIADOS PELO PNAES NA UNB	38
3.2.2 NÚMEROS DO PNAES NO BRASIL E NA UNB	44
4. UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA EM NÚMEROS	51
4.1 CARACTERÍSTICAS SÓCIO DEMOGRÁFICAS DOS ESTUDANTES ...	52
4.2 COMPORTAMENTO DOS INTERESSADOS	61
4.2.1 DESLIGAMENTO FRENTE A UNB	61
4.2.2 TEMPO ATÉ A INTENÇÃO DE SOLICITAÇÃO DE AUXÍLIO	63
4.2.3 ÍNDICE DE RENDIMENTO ACADÊMICO	66
4.3 ALUNOS SELECIONADOS.....	69
5. CONCLUSÃO	71
REFERÊNCIAS	75
APÊNDICE A – solicitantes aos 3 auxílios pnaes e a UnB	81
APÊNDICE B – Detalhamento dos interessados, por curso.....	83
APÊNDICE C – Forma de desvinculação dos demandantes na UnB	88
APÊNDICE D – Tempo até demonstrar interesse aos 3 auxílios.....	90

1. INTRODUÇÃO

O estudante que ingressa em uma instituição pública de ensino superior no Brasil emana, em geral, das coletividades brasileira e a sociedade que se estabelece no Brasil é uma sociedade que apresenta camadas (estruturas) sociais e grande desigualdade, não fugindo daquilo que é apontado por Kamakura e Mazzon (2013, p. 22), ao afirmarem que uma característica central e marcante de qualquer sociedade é a desigualdade social nela encontrada, a qual está diretamente ligada às relações de poder, se manifestando principalmente em relação a quantidade e qualidade dos bens e serviços consumidos por essa sociedade. Henriques (2003) apontou que no Brasil temos cerca de 55 milhões de brasileiros pobres, dos quais 24 milhões estão no patamar de extrema pobreza, contudo, apesar da quantidade maciça de pessoas pobres no país ele não pode ser considerado, quando olhado da perspectiva total, um país pobre. A renda *per capita* brasileira é superior a 77% da renda *per capita* de toda a população mundial, alocando assim o Brasil entre o um quarto mais rico dos países do globo, deslocamento gerado pela parcela de maior poder aquisitivo do país, a qual concentra grande parte de toda a riqueza aqui existente, configurando assim um cenário de grande desigualdade social.

Nesse contexto de sociedade, a educação é considerada um bem público (Unesco, 2009), definida na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 205 como “direito de todos e dever do Estado e da Família”, um bem que é afetado pela desigualdade social e econômica observada no país, Barros (2015) após analisar os dados divulgados pelo Inep acerca dos alunos que prestaram o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), aponta que apenas 6,13% dos universitários que fizeram a prova se declararam negros ou pardos, parcela da população que historicamente é menos favorecida economicamente, e para cursos que de acordo com a história são mais concorridos o percentual cai, no curso de medicina os assim autodeclarados foram 2,66%, odontologia com 3,8% enquanto o curso de direito teve um percentual de 5,03%, configurando, portanto, um quadro também desigual na propagação da educação.

Para Kamakura e Mazzon (2013, p.24) “... a educação prepara o indivíduo para ocupações mais qualificadas nas sociedades modernas, sendo a renda a consequência do status profissional”, dessa forma, a educação pública federal pode ser encarada como um serviço determinístico disponibilizado à comunidade, sendo o ensino de terceiro grau um meio que possibilita ascensão social do cidadão brasileiro. O governo por meio legal tem buscado integrar a parcela mais carente de sua população, mais recentemente a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, trata dessa inclusão, dispondo sobre o ingresso nas universidades federais e nas

instituições federais de ensino técnico de nível médio, reservando parcela das vagas nas instituições públicas para alunos de baixa renda almejando assim sanar um pouco da desigualdade existente entre os alunos que planejam cursar o ensino superior.

Contudo, as dificuldades relacionadas a este ambiente educacional são mais profundas, não se limitando apenas em conseguir uma vaga numa instituição pública, há, além desse obstáculo, a questão de como se manter em uma instituição educacional durante um tempo médio de 4 anos. Quando falamos do viver e estudar em uma instituição de ensino superior, mesmo que pública e gratuita, há que se pensar nas despesas financeiras decorrentes desse compromisso, os gastos com material, moradia, alimentação, transporte, devem ser considerados e fazem parte da realidade de qualquer graduando, necessitando, portanto, de maior análise quanto ao estudante de baixa renda.

Assim, no Brasil as UFs disponibilizam diferentes recursos para estes alunos, aqueles que enfrentam dificuldades em manter as despesas financeiras decorrentes da educação superior, contudo, apesar dos esforços individuais de cada Instituição Federal de Ensino Superior (IFES), as universidades federais brasileiras por sua vez, têm seu orçamento aprovado pelo Congresso Nacional através da Lei Orçamentária Anual (LOA), dispositivo que define as prioridades e metas contidas no Plano Plurianual de governo que serão atingidas naquele ano, estimando receitas e despesas a serem executadas, restringindo em certa medida a autonomia financeira das IFES, limitando, por consequência, o recurso destinados à manutenção do aluno de baixa renda no ensino superior. O projeto de lei (PLOA) é enviado pelo Poder Executivo ao Congresso, sendo posteriormente sancionado pelo Presidente da República, estando sob responsabilidade de cada universidade o planejamento de seu próprio orçamento. Na Universidade de Brasília esse papel fica a cargo do Decanato de Planejamento e Orçamento (DPO), com o apoio do Decanato de Administração (DAF), neste planejamento tudo aquilo que a universidade pretende alcançar e realizar para o ano seguinte deve entrar em pauta, inclusive o que se refere aos auxílios disponibilizados a alunos com baixa renda familiar.

Para os gastos correntes, investimento e outros decorrentes de seu funcionamento a UnB depende, em sua maioria, de recursos financeiros disponibilizados pelo Governo Federal, o mesmo valendo para gastos com auxílios aos seus alunos. Neste ponto, a partir de 2010, com o advindo do Decreto nº 7.234 a UnB passou a contar com legislação específica para esse fim, a estruturação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) supriu, até certo grau essa carência financeira, destinando às universidades federais recursos para assistência nas áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte entre outras.

O PNAES veio para prover as lacunas existentes no âmbito do auxílio aos jovens na educação pública federal e tem, entre seus objetivos, contribuir para a promoção da inclusão social pela educação, a minimização dos efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão do aluno de terceiro grau, democratizando a continuação dos jovens na educação superior pública federal no Brasil. É delegado, pelo governo federal, a cada uma das instituições federais de educação superior a definição de critérios e metodologia de seleção empregados dentro de sua esfera de trabalho quando da aplicação do programa, tendo em vista as especificidades, áreas estratégicas e desafios de cada região, levando em consideração as demandas que atendam às necessidades identificadas junto a seu corpo discente, opção decorrente da maior proximidade com os problemas ali vivenciados.

Um ponto a ser destacado do Decreto 7.234 é sua finalidade de contribuir para a melhoria no desempenho acadêmico dos alunos e reduzir as taxas de retenção e evasão, questões importantes e que em alguma medida serão tratadas neste trabalho. O recurso financeiro é transmitido a UnB que por sua vez repassa aos alunos selecionados a quantia pertinente àquela necessidade, dessa forma acredita-se que o estudante de graduação tem em parte suas carências supridas, possibilitando a ele melhor performance na vida acadêmica, estimulando assim melhores notas e aproveitamento mais amplo daquilo que lhe é transmitido.

Dessa maneira, há que se atentar para os alunos que têm ambição de fazerem parte do seletivo grupo que receberá os auxílios decorrentes do PNAES, uma vez que o número de vagas ainda não é suficiente para todos os desejosos. O conhecimento do perfil e das características desses graduandos que creem, inicialmente, estarem inseridos na parcela de menor renda da universidade pode levar a resultados estimulantes tais como: uma previsão mais exata da demanda por vagas para os próximos anos; viabilizar melhores estimativas financeiras; esclarecer o alcance das informações recebidas pelos graduandos acerca dos benefícios disponibilizados; possibilitando, por consequência, um planejamento mais detalhado e com maior probabilidade de sucesso a longo prazo. Buscamos identificar, com base nos dados disponibilizados por variados departamentos da UnB, quem são os alunos que acreditam serem merecedores dos auxílios proporcionados pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e qual o perfil desses graduandos encontrados na Universidade de Brasília.

O Relatório da Comissão Constituída pela Portaria 126/2012 decorrente do Ministério da Educação demonstra sua preocupação quanto a elitização do acesso e permanência na educação superior, apontando que a superação dessa situação discriminatória só ocorreria por meio de trabalhos que ampliassem as chances e oportunidades para todos. Nesse sentido o Plano Nacional de Educação (PNE), lei 10.172/2001 (2001- 2010) e seu sucessor o PNE 2014-2024

advindo da lei 13.005 de 25 de junho de 2014, fixaram metas audaciosas para a educação de terceiro grau no Brasil. Entre elas a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos até o final da década; a melhoria progressiva da infraestrutura das universidades; a criação de políticas que facilitem às minorias, vítimas de discriminação, o acesso à educação superior, através de programas de compensação de deficiências de sua formação escolar anterior, permitindo-lhes, desta forma, competir em igualdade de condições nos processos de seleção e admissão a esse nível de ensino; estimular a adoção, pelas instituições públicas, de programas de assistência estudantil, tais como bolsa-trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico; estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade. Tais metas exigem, portanto, um aumento considerável dos investimentos nessa área o que acaba por incorrer na necessidade de acompanhamento, revisão e talvez possíveis correções das ações adotadas, até o presente momento, neste sentido.

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (ReUni), criado pelo Decreto nº 6.096/2007, segue essa mesma linha traçada pelo governo para a educação, seu objetivo principal é criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação presencial, através do melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, havendo ainda a possibilidade de criação de novos câmpus para o interior do país, em concordância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) das universidades. A portaria 126/2012 (2012, p.27) ressalta que no período entre 2003 e 2012 é possível avaliar o cumprimento do objetivo do programa Reuni, o qual possibilitou maior democratização do acesso, mostrando um acréscimo maior que 100% do número de vagas de graduação presencial ofertadas nas universidades federais assim como a concepção de novas universidades.

A ampliação do ensino superior vem ganhando ainda mais força com o Decreto 7.234 de 19 de julho de 2010, que corrobora os esforços federais de dar suporte aos jovens na educação superior pública federal. Embora careça de força de lei, este decreto veio para ampliar as condições de permanência dos jovens na educação de terceiro grau pública. Com a criação e expansão proporcionados pelo programa Reuni e a publicação da lei 12.711 de 29 de agosto de 2012, chamada lei de Cotas, o número de vagas disponibilizadas nas instituições públicas de ensino superior aumentaram bastante, assim como o quantitativo de alunos carentes a ocupá-las, conforme expresso na Portaria 126,

É importante se ter presente que, com a implantação das cotas, a demanda de estudantes que necessitam de apoio tenderá a crescer, exigindo políticas mais consistentes em termos da assistência estudantil. Se considerarmos o passivo histórico de nossas universidades federais e as demandas que surgem com a expansão da rede e a criação de novas instituições, fica clara a importância de mais recursos para o Pnaes, na medida em que também contribuem para a redução de índices de evasão. Sem dúvida, esse programa, aliado a programas de apoio didático e pedagógico aos estudantes com problemas de aprendizagem, deve ser assumido pelo governo como um programa fundamental para a garantia da permanência e do êxito dos estudantes nas Ifes. (Portaria 126, 2012, p. 30)

O suporte necessário aos alunos muitas vezes só se concretiza em decorrência do repasse financeiro, a Universidade de Brasília, assim como as demais universidades federais no Brasil, recebe recursos repassados pelo governo para honrar os compromissos com despesas correntes, de pessoal, investimento, custeio e outras decorrente de seu funcionamento, além de contar com recursos próprios por ela captados, contudo as receitas próprias têm se mostrado insuficientes. Velloso e Marques (2005, p. 676) demonstram em seu trabalho a necessidade indispensável das universidades federais de obterem repasses do Tesouro visando manutenção da qualidade da educação, dispondo ainda que nenhuma dessas instituições pode se manter com receitas próprias em substituição às verbas da União, enfatizando, portanto, a necessidade constante de repasse por parte governo federal. É nesse território que o PNAES se enquadra, no quadro de recursos repassados pela União às universidades, financeiro que tem sido ampliado continuamente nos últimos anos, chegando ao montante de R\$603.787.226,00 em 2013, destinados à assistência estudantil.

O governo tem tratado de expandir seus programas de apoio, dando o suporte àqueles que dele necessitam, objetivando reduzir as taxas de retenção e evasão, contudo, há que se atentar ao volume despendido com esse atendimento, uma vez que estamos nos referindo a uma quantia superior a meio bilhão de reais e mais que isso, o art. 4º parágrafo único do decreto 7.234 expressa claramente que o PNAES deve contribuir não só para a permanência dos alunos, mas também para a melhoria do desempenho acadêmico do discente.¹

O intuito deste trabalho é, portanto, verificar quem são os interessados pelo programa PNAES na UnB, quem são os alunos que demonstraram interesse em ter suas necessidades amenizadas pelo programa de assistência disponibilizado pelo governo federal, possibilitando traçar o perfil de tais estudantes, levantando suas características e similaridades.

¹ Embora acreditarmos que um estudo abrangente sobre essa questão seja necessário para o desenvolvimento do projeto no Brasil, nos encontramos limitados a recursos, mão de obra e acesso a todos os fatores a serem considerados em cada instituição de ensino superior pública brasileira, dessa forma o trabalho será reduzido a uma região específica, a análise será concentrada então, na Universidade de Brasília.

Os instrumentos utilizados para viabilizar este trabalho foram: coleta de dados financeiros no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), solicitação de dados para os Decanatos de Administração (DAF), Decanato de Assuntos Comunitários (DAC), Diretoria de Desenvolvimento Pessoal (DDS), Secretária de Administração Acadêmica (SAA), pesquisa ao arquivo físico da Diretoria de Contabilidade e Finanças (DCF), solicitação de extração de dados ao Centro de Informática (CPD) através do Serviço de Estratégia de Dados via ferramenta específica CITSMART. Os pedidos também foram estendidos ao Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), sistema externo a UnB de responsabilidade da Controladoria-Geral da União (CGU).

Quanto ao método de tratar o problema aqui empregado, a pesquisa apresenta principalmente contornos de uma pesquisa quantitativa, onde segundo Zanella (2009, p. 77) é aquela que emprega ferramentas estatísticas, preocupando-se com a representação numérica dos dados, através de uma medição objetiva e quantificação dos resultados, nos dizeres da autora “A primeira razão para escolhermos este método de pesquisa é descobriremos quantas pessoas de uma determinada população compartilham uma característica ou um grupo de características” (2009, p. 77), acordando então com aquilo que neste estudo foi pretendido.

Sob o ponto de vista de seus objetivos esta pesquisa caminha entre duas das classificações possíveis segundo Vergara (1997), sendo uma Pesquisa Exploratória e também de cunho Descritivo.

Com o intuito de deixar o leitor a par daquilo que gerou a questão central deste trabalho, qual seja, quem são os alunos que intencionaram requerer os auxílios Alimentação, Moradia e Socioeconômico, de forma simultânea, disponibilizados pelo PNAES é necessário introduzi-lo no ambiente em que se encontra os estudantes brasileiros, a realidade social na qual eles estão inseridos, indo além, familiarizando o leitor com o PNAES, programa que possibilita a transferência de renda ao discente na Universidade de Brasília, dessa forma, este trabalho encontra conotações de uma Pesquisa Exploratória, em alinhamento com o expressado por Prodanov e Freitas (2013, pag. 51) acerca deste tipo de pesquisa, para eles a Pesquisa Exploratória tem o desígnio de proporcionar maior esclarecimento através de informações sobre o assunto que será investigado.

O lócus da pesquisa é a Universidade de Brasília, direcionada aos alunos de graduação no período de 2011 a 2016, focado sobretudo nos alunos de baixa renda que demonstraram interesse, através do Sistema de Assistência Estudantil WEB (SaeWeb), em solicitar os auxílios Alimentação, Moradia e Permanência, de forma simultânea, decorrentes do programa PNAES, oferecido pela UnB em parceria com o Governo Federal, tratando-se portanto de um estudo

de caso tal como Prodanov e Freitas (2013, p. 60) nos descreve, este estudo trata-se da coleta e análise de dados e informações sobre um determinado indivíduo, comunidade, grupo ou família a fim de estudar facetas variadas de sua vida.

O exame dos dados disponibilizados pela UnB, seus decanatos, diretorias e departamentos, nos possibilitou uma Pesquisa Documental, utilizando em sua maioria dados secundários, decorrentes do seu cotidiano e extraídos conforme solicitação do autor.

Na primeira fase da pesquisa tentamos compreender um pouco melhor o PNAES e como ele atuava na Universidade de Brasília, para tanto foi estudado o Decreto 7.234 e suas ramificações, posteriormente foi realizada consulta a DDS para detalhar a execução atribuída a UnB, o quantitativo de alunos participantes do PNAES nesta universidade, a forma adotada para seleção, as espécies de auxílios proporcionados por essa instituição, o perfil dos alunos participantes.

Em seguida, foi solicitado ao SAA concomitantemente a DDS a extração de dados específicos por meio do Centro de Informática (CPD) , buscando refinar a pesquisa já disponibilizada anteriormente pela DDS, focando então nos alunos que demonstraram interesse pelos 3 auxílios simultaneamente, o objetivo era definir com maior propriedade o perfil dos discentes que acreditávamos terem maior necessidades financeiras para se manterem na graduação, levantou-se dados acerca de cada um dos estudantes, qual o curso com maior participantes, qual a faixa etária desses discentes, possibilitando, por fim, a análise do Índice de Rendimento Acadêmico (IRA) de cada um deles se comparada à média do curso em geral, traçando então um contorno desses alunos e como se dá o desempenho acadêmico dos graduandos que acreditam fazerem jus a tais benefícios.

Dentro da população definida pelos graduandos beneficiados pelo PNAES este estudo tem seu foco naqueles que preencheram formulário no SaeWeb manifestando intenção² aos auxílios Alimentação, Moradia e Socioeconômico simultaneamente, no período compreendido entre 2011 e 2016. Acreditamos, a priori, que esta parcela de estudantes tenha carências urgentes, dependendo em maior grau dos auxílios fornecidos pelo PNAES, estando, portanto, mais susceptíveis a influência gerada pelo programa.

² Salientamos que o preenchimento de tal campo/formulário só é obrigatório para os alunos que almejam solicitar o auxílio Moradia, formulário necessário para posterior marcação de entrevista com uma assistente social. Este sistema abre para possibilidade de preenchimento de dados objetivando demonstrar interesse aos benefícios do PNAES a cada semestre, em geral a partir da 1º ou 2º semana de aula, permanecendo aberto por aproximadamente 2 meses.

2. PANORAMA SOCIAL BRASILEIRO

Nesta seção serão apresentados os principais elementos que tornam necessário, ao estudante de baixa renda o auxílio financeiro, por financeiro nos referimos a qualquer auxílio que se faça necessário para a manutenção do estudante no ensino superior, trazendo, a luz da literatura, esta necessidade.

O Brasil figura na lista dos dez países mais populosos do mundo, faz parte do Grupo dos 20 (G20), aliança formada pelas 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia, assim como é um dos países membros e fundadores do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), grupo que consiste da integração econômica, política e social dos países localizados na América do Sul, ele é também parte integrante do BRICS, coligação formada por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, que são países considerados globalmente como mercados emergentes, portanto, o Brasil é um país a ser considerado tanto mundialmente como regionalmente, sua administração, política e a disseminação de educação em seu território são de grande relevância e merecem estudos.

A educação aqui é dividida em etapas, não necessariamente consecutivas, sendo elas a educação básica, ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos, ensino técnico e ensino superior³, visando atender a população em todas as faixas etárias de sua vida. Nesta conjuntura, a Universidade de Brasília foi criada em 1962 e desde então é responsável prioritariamente pela educação superior, disponibilizando formação em graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado, proporcionando, mais recentemente, o ensino a distância. Contribuindo, portanto, para a formação de profissionais em diversas áreas do conhecimento, não somente de forma regional, mas em âmbito nacional.

Porém, antes de considerarmos a educação no Brasil, ou a instituição Universidade de Brasília, devemos contextualizar o ambiente em que elas se encontram, qual seja, o de um país com notória desigualdade social, conforme expressado por Rocha et al. (2014, p.139) “No Brasil, historicamente, a pobreza e a desigualdade de renda são problemas sociais crônicos, pois o processo de enriquecimento de algumas camadas da população ocorreu às expensas de outras, o que deixou essas em situação de necessidade extrema”.

Henriques et al. (2001, p.11) são incisivos no que consideramos ponto chave do problema, ao ressaltarem que a desigualdade de renda neste país já faz parte da história

³ Informações disponíveis em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2014/05/saiba-como-e-a-divisao-do-sistema-de-educacao-brasileiro/image_view_fullscreen>. Acesso em 27 mar. 2017

brasileira, passando assim ao patamar de coisa natural, para eles o grau em que se apresenta a desigualdade distributiva no país é o fator determinístico da pobreza aqui encontrada.

As condições de desigualdade e pobreza existentes no Brasil não são únicas nem privilégio exclusivo deste país, porém ele se destaca em levantamentos mundiais: “[...] a pobreza e a desigualdade existentes no Brasil são incompatíveis com a capacidade produtiva que nossa sociedade já adquiriu. Nesses aspectos como se sabe, estamos atrás de países muito mais pobres e muito mais frágeis” (BENJAMIN, 1999, p. 90).

Barros et al. (2010, p. 14) acrescentam que apesar da queda ocorrida na desigualdade da renda do brasileiro, o país tem destaque absoluto decorrente de sua posição negativa ao possuir um dos mais elevados graus de desigualdade do globo. Os dados por eles apresentados mostram que cerca de 90% dos países que geram informações dessa natureza para serem estudados têm distribuição de renda menos concentrada que a brasileira. Os autores vão além, seu estudo demonstra que os pobres brasileiros são mais pobres do que deveriam ser, levando em consideração a posição do Brasil no tocante a renda *per capita*.

O comparativo brasileiro é destacado ainda por Henriques et al (2001), nele há considerações acerca da razão entre a renda média dos 10% mais ricos e a dos 10% mais pobres: quanto menor for o resultado dessa razão mais igualitária será a distribuição da renda em questão, com os mais ricos detendo em média uma renda próxima a dos mais pobres; e comparando então o Brasil com outros países do mundo. Henriques destaca que para a maioria dos países a razão encontra valor inferior a 10, com poucos casos alcançando valores superiores a 20, a título de exemplificação ele expõe que os Estados Unidos tem um número próximo a 5, a Argentina por sua vez encontra seu índice em torno de 10 e a Colômbia aufere valores próximos de 15, contudo o Brasil está localizado em um patamar totalmente diferente, onde os 10% mais ricos retém 28 vezes a renda média dos 10% mais pobres, posicionando o Brasil em um realidade totalmente discrepante do cenário mundial.

Nesse contexto, a desigualdade social toma conotações fortes com autores como Salvador e Amorim (2010) os quais afirmam que tomou forma, a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, uma notória concentração de renda, resultante da redistribuição de recursos públicos àqueles que deles não necessitavam, cobrando impostos sobre trabalhadores e pobres para então repassá-los aos mais afortunados, situação que permaneceu constante, sem mudanças em sua estrutura, com a eleição e posterior governo do ex-presidente Lula.

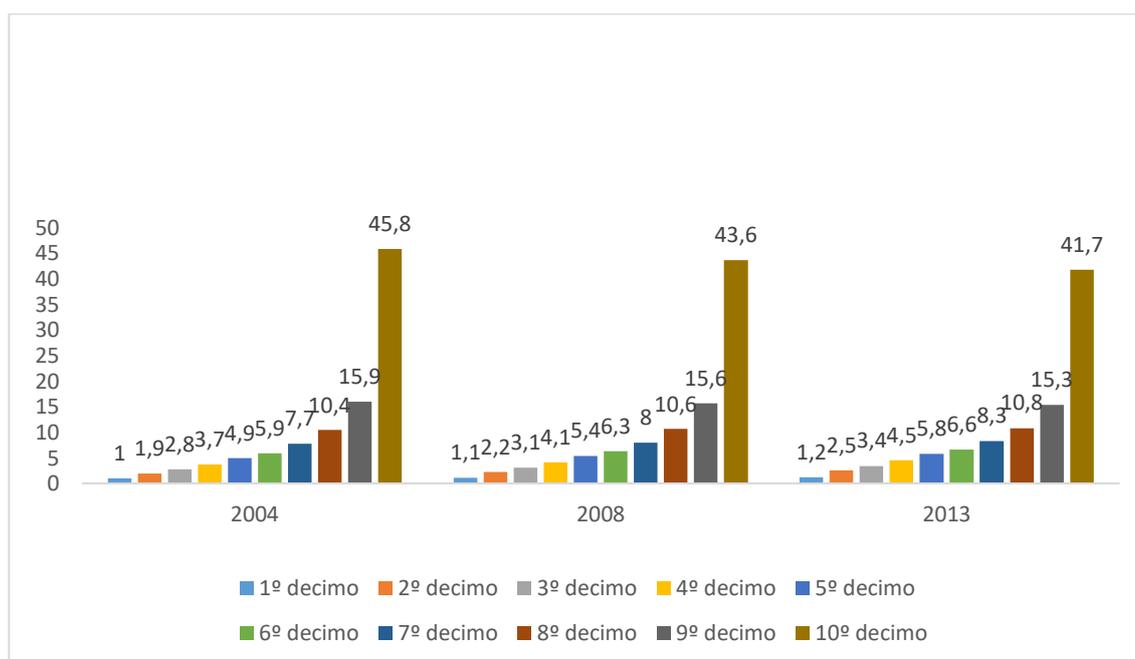
Nas palavras de Silva,

No Brasil, o que se tem é um grande contingente populacional que sempre esteve à margem da sociedade; que nunca teve inserção no trabalho formal

nem participou da sociabilidade ordinária. Não ser incluído é uma condição estrutural que tem marcado gerações após gerações. (SILVA, 2010, p. 157)

Dados do IBGE⁴ (2014) revelam um pouco sobre o desenvolvimento da concentração de renda no Brasil, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2013 mostra a evolução dos décimos da distribuição de rendimentos familiar per capita em nosso país. Numa sociedade com renda totalmente igualitária cada décimo (10%) da população que possui alguma forma de rendimentos teria um total de 10% da soma de todos os rendimentos, contudo no Brasil a realidade é bem diversa deste fato, o décimo com menor rendimento teve um total de 1% em 2004, 1,1% em 2008 e 1,2% em 2013, enquanto o décimo com maior rendimento apresentou 45,8% em 2004, 43,6% em 2008 e 41,7% em 2013, ou seja, o décimo mais rico da população brasileira apresentou, durante todo o período em questão, uma concentração de mais de 40% de toda a renda *per capita* do país, enquanto a parte mais carente, até 2013 nunca alcançara o patamar dos 2% de rendimentos da população.

Gráfico 1 – Distribuição percentual (%) do rendimento familiar *per capita*, por décimos de rendimento – Brasil – 2004/2013



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2013

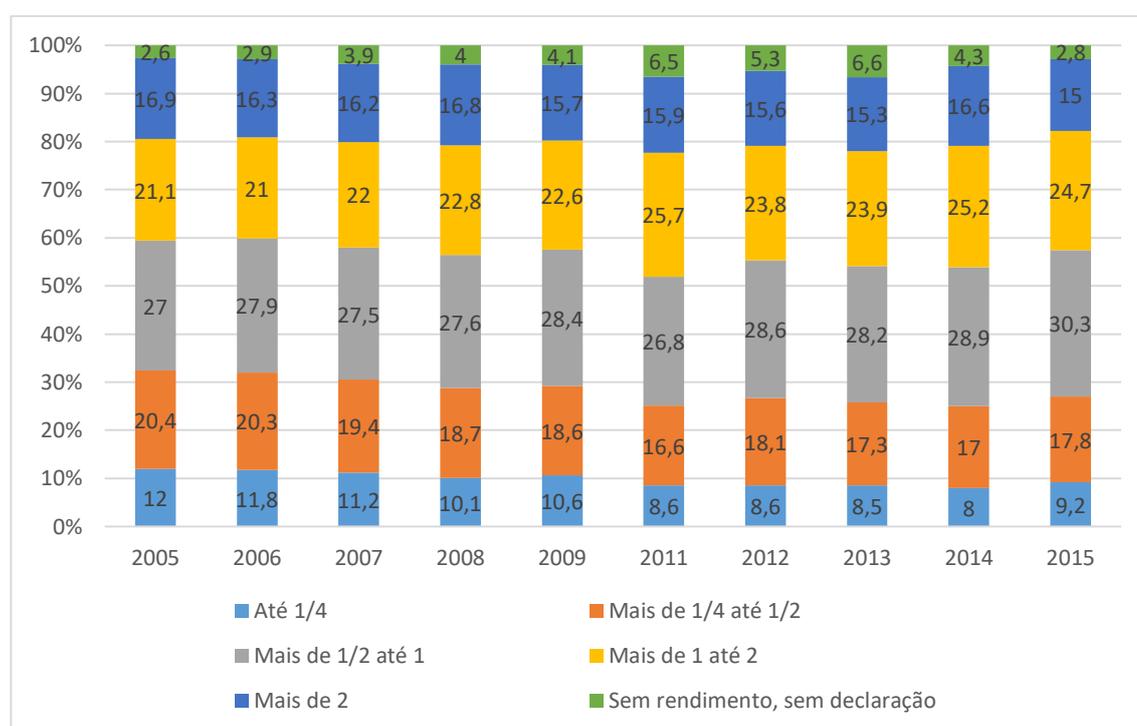
Notas: 1. Exclusive arranjos familiares sem rendimentos e sem declaração de rendimentos.

2. Exclusive as pessoas cuja condição no arranjo familiar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

⁴ As informações são decorrentes da Síntese de Indicadores Sociais – Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira 2014 divulgados pelo IBGE. Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91983.pdf>>. Acesso em 20 jan. 2017

Outra pesquisa realizada pelo IBGE⁵ (2016), aponta que em 2015, 57,3% da população teve renda *per capita* de até 1 salário mínimo, sendo que 9,2% têm sua renda estipulada em até ¼ do mínimo estabelecido para o ano de 2015, ou seja, ¼ de R\$788,00, R\$197,00. Em todos os momentos apresentados o percentual de famílias que recebiam até 1 salário mínimo foi maior do que 50% da população brasileira, atingindo seu ápice em 2006 com 60% do total.

Gráfico 2 – Distribuição percentual das pessoas residentes em domicílios particulares, por classes de rendimento domiciliar *per capita* – Brasil – 2005/2015



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio 2005/2015.

Notas: 1. Excluídas as pessoas cuja condição na unidade domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

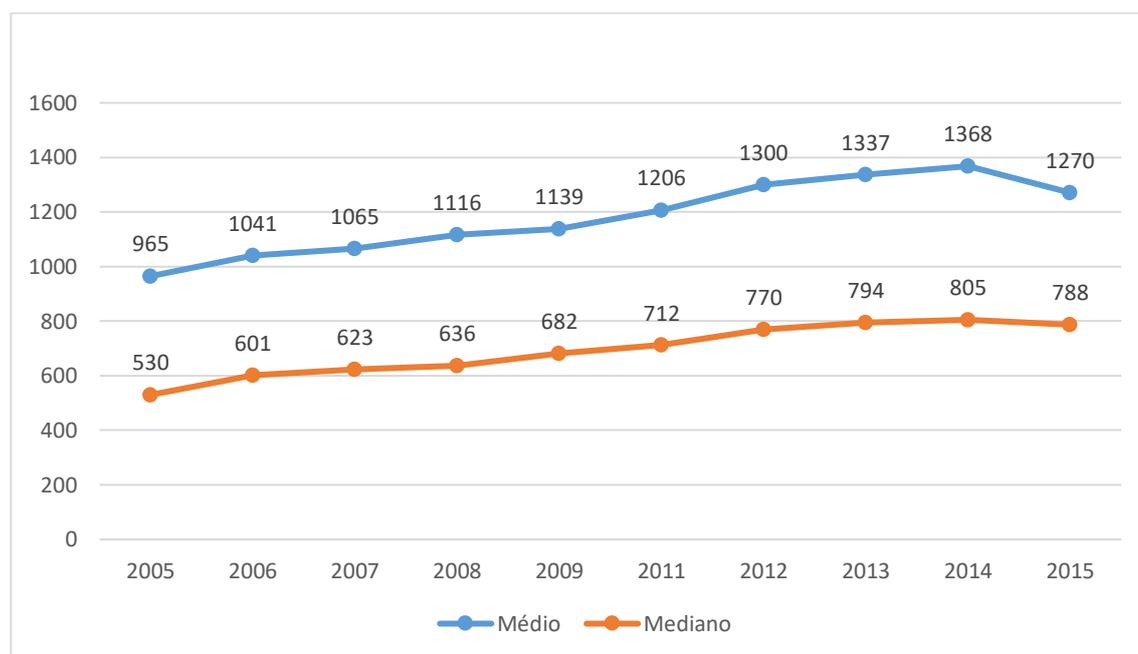
2. Valores de salário mínimo: R\$300,00 em 2005, R\$350,00 em 2006, R\$380,00 em 2007, R\$415,00 em 2008, R\$465,00 em 2009, R\$540,00 em 2011, R\$622,00 em 2012, R\$678,00 em 2013, R\$724,00 em 2014, R\$788,00 em 2015

A pesquisa em questão aponta mais dados a respeito da renda no Brasil, conforme se verifica no Gráfico 3, enquanto a renda média do brasileiro encontra-se em R\$1.270 para o ano de 2015, a mediana está no patamar de R\$788,00, ou seja, 62% do desse valor, demonstrando

⁵ As informações são decorrentes da Síntese de Indicadores Sociais – Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira 2016 divulgados pelo IBGE. Acessados a partir do diretório < <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>> acesso em 5 jan. 2017.

entre outros fatores o impacto que a renda dos mais favorecidos tem no índice total, não refletindo por sua vez a realidade da maior parte da população brasileira. Conforme pode ser acompanhado durante todo o intervalo da pesquisa, a mediana apresenta um patamar geral de 58,65% da renda média brasileira, atingindo o menor percentual em 2005 expressando 54,92%, mantendo a diferença sempre em valores condicionados entre 54% e 63%.

Gráfico 3 - Rendimento mensal domiciliar *per capita* médio e mediano dos arranjos residentes em domicílios particulares – Brasil – 2005/2015



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio 2005/2015.

Notas: 1.Exclusive arranjos sem rendimentos e sem declaração de rendimentos.

2.Exclusive as pessoas cuja condição na unidade domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

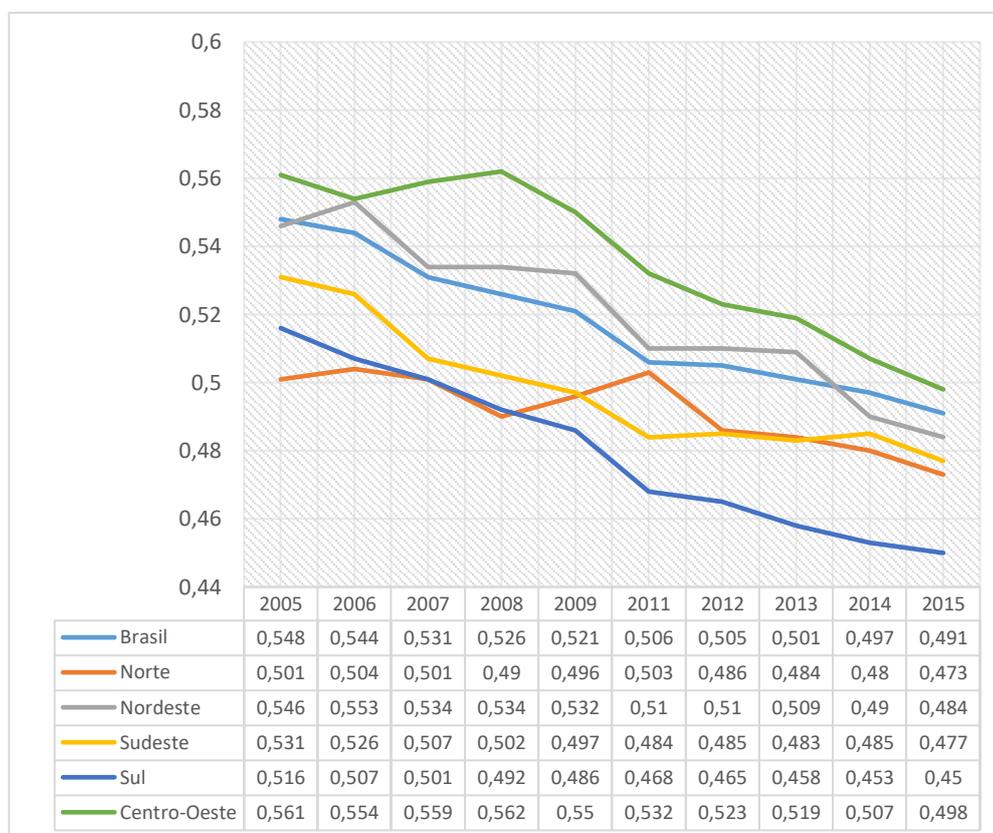
3.Valores inflacionados pelo INPC de setembro de 2015

Mercadante (2003) expressa não somente o problema distributivo de renda no Brasil, para ele é surpreendente como a situação vivida por esse país vigora ao longo de tanto tempo, seu ponto de vista é creditado ao informar que nos últimos 30 anos o Brasil experimentou números suficientes de políticas e fases econômicas, inflações exorbitantes, estabilidade econômica, expansão e crescimento, assim como retração, contudo a concentração de renda e desigualdade são constantes, sofrendo pouco ou nenhum avanço nesta área, independente da realidade econômica experimentada na época.

Na ânsia de mensurar em que proporção essa dessemelhança ocorre, um indicador pode ser destacado dos demais devido a sua grande utilização e facilidade de comparação, o índice

de Gini⁶, que busca auferir o grau de distribuição de renda. Sua escala varia de zero a um, onde 0 importaria em toda a população ter renda equivalente entre si e 1 representaria que um indivíduo da população tem concentrado toda a renda dessa população em estudo.

Gráfico 4 – Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal das pessoas de 15 anos ou mais de idade, com rendimento, segundo as Grandes Regiões – 2005/2015



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005/2015

Nota: Excluídas as informações das pessoas sem declaração de rendimentos

Pesquisas divulgadas pelo IBGE (2016) apontam a evolução desse índice ao longo dos anos no Brasil, conforme podemos observar no Gráfico 4 a distribuição de renda no país tem melhorado em todas as regiões brasileiras destacadas, esta distribuição tem apresentado uma evolução decrescente, com pequenas flutuações, demonstrando melhorias nesse aspecto da

⁶ Vantagens do Índice de Gini: facilidade de interpretação do dado, permitindo comparações entre localidades e períodos diferentes, outro fator a ser considerado é a capacidade desse indicador de não ceder às limitações de outros dados, tais como a renda per capita.

Desvantagens: descreve a desigualdade em forma de dados estatísticos, não levando em considerações possíveis oportunidades ou potencial de determinado local, outro fato a se destacar é que esse indicador não leva em conta a diferença de poder de compra de determinada renda em locais diferenciados.

Fonte: PENA, Rodolfo F. Alves. "Índice de Gini"; Brasil Escola. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/geografia/indice-gini.htm>>. Acesso em 27 fev. 2017.

sociedade. É possível visualizar que a região Centro-Oeste se mantém, durante todo o período analisado, como aquela que apresenta a maior desigualdade de distribuição de renda no Brasil, alcançando seu ápice em 2008, no patamar de 0,562 chegando ao final da série com um índice de 0,498, sendo, portanto, a única região a superar a média brasileira 0,491, região esta que abrange a capital do país e onde se encontra a Universidade de Brasília. Seu oposto é visualizado na região Sul, área que apresenta os menores índices desde 2009, quando então passou a exibir o valor de 0,486 alcançando então o mínimo para esse país em 2015, apresentando 0,45 para aquele ano. A região Nordeste foi aquela que apresentou a maior amplitude de variação 0,069, em contraponto a região Norte, que demonstrou uma oscilação de 0,031 durante todo o período.

O Brasil não demonstrou grande percepção de mudança através dos anos observados no estudo e com essa melhoria pouco significativa o Brasil ainda se encontra num patamar de desigualdade de renda alto, anotando em 2015 o valor de 0,491, considerado um número elevado para os índices internacionais.

Ao se pesquisar os dados divulgados pelo governo e órgãos responsáveis pela divulgação de estatísticas sobre desigualdade de renda no país, existe algumas divergências nos valores mensurados, contudo é fato concreto os elevados níveis alcançados por esse país.

A análise do índice de Gini por Unidades da Federação, em 2014, mostra que Rio de Janeiro, Bahia, Tocantins, Distrito Federal, Paraíba e Acre apresentaram índices que variaram de 0,501 a 0,565 (Cartograma 1), sendo, portanto, por este indicador, os estados com maiores níveis de desigualdade de rendimentos. **Cabe ressaltar que o Distrito Federal apresentou o maior índice de Gini entre os estados (0,565), bem acima dos demais estados mais desiguais** (0,506 na Bahia; 0,502 no Rio de Janeiro; e 0,501 nos demais). (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, 2015, p.82, grifo nosso).

Aqui é apresentado o índice para cada estado da federação, merecendo destaque negativo para a região do Distrito Federal, nela se vê o maior índice de desigualdade para Unidades da Federação, vale ressaltar que essa região é portadora da maior renda *per capita* do Brasil⁷, apontando o valor de R\$2.351,00⁸, quantitativo bastante divergente daqueles encontrados em outros estados, tais como Maranhão (R\$575,00) e Alagoas (R\$662,00).

⁷ Conforme dados do IBGE disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Renda_domiciliar_per_capita/Renda_domiciliar_per_capita_2016.pdf>. Acesso em 31 mar. 2017.

⁸ O rendimento domiciliar per capita, apresentado, foi calculado como a razão entre o total dos rendimentos domiciliares (em termos nominais) e o total dos moradores, considerando sempre os valores expandidos pelo peso anual da pesquisa. Nesse cálculo, são considerados todos os rendimentos. Todos os moradores são considerados no cálculo, inclusive os moradores classificados como pensionistas, empregados domésticos e parentes dos empregados domésticos.

Os resultados do trabalho de Souza e Medeiros (2013) dão mais luz ao que se vê no Distrito Federal em relação a sua renda, seu trabalho apresentou um comparativo entre a diferença salarial dos trabalhadores do setor público e privado, entre suas conclusões está que o funcionário público auferir ganhos médios que variam entre 15% a 21% a maior que um trabalhador em cargo equivalente do setor privado, impactando assim o rendimento *per capita* da região de Brasília. Portanto, a expressão dos valores encontrados na área do Distrito Federal proporciona um vasto campo para estudos acerca das consequências decorrentes da renda adquirida nessa região e da distribuição da mesma entre seus habitantes, assim como os resultados decorrentes disso sobre os estudantes que ali se encontram.

Dados extraídos da Secretária de Assuntos Estratégicos (SAE) (2014) do governo brasileiro, em relatório sobre a Classe Média brasileira – Social e Renda, mostram que o coeficiente de Gini no Brasil se comportou da seguinte maneira,

Tabela 1 - Coeficientes de Gini no Brasil

Ano	Valor
1960's	0,535
1970's	0,581
1980's	0,589
1990's	0,607
2001	0,594
2009	0,539
2013	0,522

Fonte: Adaptado da Secretaria de Assuntos Estratégicos

Demonstrando nos dados obtidos por Milanovic (2011) e Neri (2011) e analisados por esta Secretaria que após a série de aumentos e posterior baixa, o índice brasileiro teve pouca evolução, caindo menos de 0,1 ao longo de 50 anos e quando comparado a outros 155 países, o Brasil está entre os 18 países com maior desigualdade social, retratando uma realidade pouco confortável aos brasileiros.

Identifica-se um consenso, tanto no campo acadêmico como entre políticos de todas as matrizes ideológicas e partidárias, que a pobreza no Brasil decorre, em grande parte, de um quadro de extrema desigualdade, marcado por profunda concentração de renda. Essa situação coloca o Brasil entre os países de maior concentração de renda no mundo, apesar do declínio nesse índice que se vem registrando [...] (SILVA, 2010, p. 156)

Fica, portanto, evidente a disparidade entre o ganho financeiro de alguns cidadãos brasileiros quando comparados com a maioria da população que vivem aqui e apesar das

diferenças ainda existentes, o governo brasileiro tem tentado suplantar esse problema implantando políticas voltadas à distribuição de renda, dando ênfase a programas que buscam melhorar as condições de vida da parcela mais carente de sua população.

Pereira (2006, p. 243) coloca que o problema brasileiro não é propriamente a escassez de recursos, mas a desigualdade extrema, o pouco alcance da maioria das políticas sociais aplicadas e sobretudo, o impedimento político em implementar medidas redistributivas que alcancem o patrimônio das elites e o repasse as camadas mais pobres.

Do anteriormente posto, surge, portanto, a necessidade de o Brasil adotar ações afirmativas que busquem minimizar os efeitos das diversas formas de desigualdade social. Segundo Piovesan, as ações afirmativas,

Constituem medidas especiais e temporárias que, buscando remediar um passado discriminatório, objetivam acelerar o processo com o alcance da igualdade substantiva por parte de grupos vulneráveis, como as minorias étnicas e raciais e as mulheres, entre outros grupos. As ações afirmativas, como políticas compensatórias adotadas para aliviar e remediar as condições resultantes de um passado de discriminação, cumprem uma finalidade pública decisiva para o projeto democrático: assegurar a diversidade e a pluralidade social (PIOVESAN, 2005, p. 49)

O governo brasileiro busca contornar os problemas aqui encontrados e para isso tem utilizado da proposição e criação de programas sociais voltados a áreas específicas, as quais acredita serem identificadas como determinantes para a população carente. Dessa forma a criação de programas sociais tais como os citados a seguir são, portanto, mecanismos para amenizar os obstáculos encontrados no desenvolvimento social de algumas parcelas da população brasileira,

- Bolsa Família: foi criado em 9 de janeiro de 2004, almeja dar melhores condições às famílias de baixa renda transferindo diretamente recursos às famílias previamente selecionadas. Para se cadastrar no programa é necessário a inscrição prévia no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, cadastro este responsável por identificar e caracterizar as famílias brasileiras de baixa renda⁹, visando, então, dar acesso aos programas sociais. O auxílio é financeiro e deve ser retirado mensalmente através de saque realizado com cartão.

⁹ Entende-se por família de baixa renda aquela que possui renda mensal de até meio salário mínimo *per capita*; ou renda mensal total de até três salários mínimos, ou seja, que a soma de todos os salários do grupo familiar seja de até três salários mínimos. Fonte: <http://www.programadogoverno.org/cadastro-unico-do-governo-federal-cadunico/> Acesso em 15 fev. 2017

- Educa Mais Brasil: Trate-se do maior programa de inclusão educacional do Brasil¹⁰, oferecendo mais de 150 mil bolsas de estudo. O programa oferece bolsas de estudo de até 70%, estando disponível para todo o Brasil e em diversos níveis de formação (ensino básico, fundamental e médio, incluindo o ensino de jovens e adultos (EJA), técnico, idiomas e superior de graduação e pós-graduação) inclusive em instituições de educação à distância. O objetivo do programa é fornecer bolsa de estudos em instituições de ensino particular àqueles que não tem condições de arcar com sua mensalidade, sua seleção é feita através de uma análise socioeconômica através dos dados fornecidos na inscrição.
- Minha Casa Minha Vida: Programa do Governo Federal administrado pela Caixa Econômica Federal que é destinado às famílias com renda de até R\$6.500,00 reais mensais, podendo a renda ser combinada entre mais de uma pessoa para alcançar o patamar desejado. O programa visa viabilizar a obtenção de moradia para famílias em situação de vulnerabilidade econômica. Esta ação se divide basicamente em 2 tipos, sendo o primeiro voltado as pessoas de menor renda, programa de cunho social de responsabilidade das prefeituras, o segundo é voltado para a concessão de subsidio e menores taxas de pagamento para as famílias que querem adquirir um imóvel novo, viabilizando um financiamento em até 30 anos. Este programa beneficiou cerca de 6,8 milhões de pessoas, entregando 1,7 milhões de moradias, resultado de um investimento que até 23 de junho de 2014 era de 217 bilhões de reais¹¹.
- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI): trata-se de um conjunto de ações sob responsabilidade Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - Secretaria Nacional de Assistência Social com início em 1996, destinadas a afastar do trabalho precoce crianças e adolescente com idade inferior a 16 anos, excluindo aqueles que se encontram na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos nesta hipótese, em outras palavras, este programa busca a prevenção e erradicação do trabalho infantil¹² no Brasil, em concordância com o expressado

¹⁰ Segundo site governamental: <http://www.programadogoverno.org/programas-do-governo-federal/> e <http://www.educamaisbrasil.org/>. Acesso em 15 fev. 2017.

¹¹ Disponível em: <<http://www.minhacasaminhavidabrasil.com.br/>>. Acesso 18 fev. 2017

¹² Segundo o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente, são consideradas trabalho infantil as diversas atividades econômicas ou atividades de sobrevivência realizadas por crianças ou adolescentes em idade inferior a 16 anos, exceto na condição de aprendiz, a partir dos

no Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador. O programa oferece transferência direta de recursos às famílias das crianças, tendo como requisito a frequência escolar das mesmas.

- Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): Este programa teve seu início na década de 40, mas só foi fundamentado legalmente com a promulgação da Constituição Federal de 1988, assegurando o direito à alimentação escolar a todos os alunos do ensino fundamental. O objetivo inicial do programa é a melhora da merenda escolar dos alunos via transferência de recursos financeiro do Governo Federal em caráter suplementar aos estados, cidades e municípios, recurso que deve ser destinado a compra de alimentos para a merenda dos alunos.
- Programa Universidade para Todos (ProUni): Programa criado em 2004 pelo Governo Federal – Ministério da Educação que oferece bolsas de estudos, integrais e parciais (50%), em instituições particulares de educação superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior que tenham prestado o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e obtido pontuação mínima exigida¹³. Para concorrer a bolsas integrais, o candidato deve ter renda familiar bruta mensal de até um salário mínimo e meio por pessoa. Para as bolsas parciais (50%), a renda familiar bruta mensal deve ser de até três salários mínimos por pessoa. Além disso, o candidato deve satisfazer a pelo menos uma das condições abaixo¹⁴:
 - Ter cursado o ensino médio completo em escola da rede pública.
 - Ter cursado o ensino médio completo em escola da rede particular, na condição de bolsista integral da própria escola.
 - Ter cursado o ensino médio parcialmente em escola da rede pública e parcialmente em escola da rede particular, na condição de bolsista integral da própria escola privada.
 - Ser pessoa com deficiência.

¹⁴ anos, sejam elas remuneradas ou não, com ou sem finalidade de lucro. Fonte: <<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/servicos-e-programas/peti/peti>>. Acesso em 18 fev. 2017

¹³ Para o ano de 2016 o requisito básico no exame era de 450 pontos na média das notas e nota na redação que não seja zero.

¹⁴ Fonte: <http://siteprouni.mec.gov.br/o_prouni.php>. Acesso em 19 fev. 2017.

- Ser professor da rede pública de ensino, no efetivo exercício do magistério da educação básica, integrante de quadro de pessoal permanente de instituição pública e concorrer a bolsas exclusivamente nos cursos de licenciatura. Nesses casos, não há requisitos de renda.

Os programas sociais brasileiros têm logrado, em certa medida, êxito em alguns de seus objetivos, a diversidade de metas e finalidades existente entre eles indica que as ações do governo brasileiro não têm se restringido a programas de transferência de renda, ampliando seus horizontes para renda e cidadania, segurança alimentar e nutricional e também a assistência social e estudantil.

Para Cacciamali, Tatei e Batista (2010, p. 273) os programas de transferência de renda, “priorizam a acumulação de capital humano, via educação e saúde, especialmente para crianças e jovens, com o objetivo de romper o ciclo intergeracional da pobreza”. Estes autores afirmam ainda que esta categoria de programa é efetiva ao combater a pobreza e têm nos últimos anos, principalmente na América Latina, beneficiado sua população.

Os efeitos e implicações alcançados pelos programas e auxílios despendidos pelo governo neste sentido não têm unanimidade entre os estudiosos quando observados seus resultados e o significado a longo prazo do que representa a assistência. Demo se expressa da seguinte maneira:

Assim, enquanto o assistencialismo é estratégia de manutenção das desigualdades sociais, a assistência corresponde a um direito humano. Certamente, devemos aceitar que assistência não é propriamente solução, pois assistir não é solucionar. Toda assistência significa atendimento tendencialmente emergencial, exceto aqueles casos em que precisa ser mantida até o fim da vida ou ciclo de idade. Em linguagem popular, assistência apenas “quebra-galho”. Mas existe o direito a esse quebra-galho. Cabe ao Estado cumprir adequadamente esse dever, sobre tudo não rebaixar assistência a assistencialismo. (DEMO, 2007, p. 31)

Rocha (2005) analisou os impactos de alguns programas federais de transferência de renda no período entre os mandatos do ex-presidente Fernando Henrique até o do ex-presidente Lula, constatando em seu trabalho que tais programas apresentaram efeito não tão significativos nos indicadores de pobreza.

Portanto o que decorre dos dados e estudos apontados acerca dos indicadores sociais brasileiros é a necessidade, ainda existente, de suporte social e financeiro para uma parcela da população, alcançando aqui a necessidade latente a determinados estudantes de graduação das Instituições Federais de Ensino Superior, sendo um reflexo da realidade vivida no Brasil.

3. IFES E A UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

3.1 PANORAMA HISTÓRICO

Nos concentraremos neste estudo, maiormente, nas ações voltadas a educação, programas sociais que contribuem, fundamentam ou dão suporte ao desenvolvimento acadêmico do brasileiro. No intuito de deixar transparente ao leitor as diretrizes que levaram a criação de tais ações, começaremos por traçar o panorama histórico que culminou na idealização de tais projetos.

A história das instituições de ensino superior no Brasil se mescla com os problemas sociais, Kawasaki (1997) coloca que as universidades têm um compromisso com o saber, contudo há por outro lado a obrigação assumida perante os desafios e problemas da sociedade desse país, assim é difícil a desvinculação entre eles, para ela,

Não é papel da universidade dar retornos imediatos ou resolver os problemas sociais, mas cabe a ela formar quadros críticos, ou seja, profissionais com competência técnica, científica e social, para o enfrentamento dos desafios e impasses postos pela sociedade. (KAWASAKI, 1997, p. 249)

Steiner (2006, p. 75) expõe ainda que o conhecimento tem o maior potencial para geração de riqueza, decorrente disso para ele é comum a frase dizendo que hoje vive-se na economia e na sociedade do conhecimento, em outras palavras, a formação do adolescente através do conhecimento universitário visando habilitá-lo ao trabalho e a cidadania é fator primordial na edificação do cidadão contemporâneo em busca de qualidade e melhores condições de igualdade.

Nesse sentido, o Auxílio Estudantil para alunos do ensino superior consiste na construção de programas e ações que almejam dar condições ao estudante do terceiro grau de permanecer e concluir seus estudos, possibilitando uma carreira universitária digna, permitindo igualdade de condições àqueles com vulnerabilidade social e econômica, viabilizando assim a obtenção do diploma acadêmico sem grandes percalços.

A regularização da assistência estudantil no Brasil passou por um longo processo, entidades e organizações tais como a Casa do Estudante, a União Nacional Estudantil (UNE), o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FORNAPRACE), membros do congresso, dentre outros, lutaram para tornar possível ao aluno ser atendido em suas necessidades. Os resultados aconteceram aos poucos, em seus primórdios, destaca-se a Constituição de 1934 que detinha como enunciado,

Art 157 - A União, os Estados e o Distrito Federal reservarão uma parte dos seus patrimônios territoriais para a formação dos respectivos fundos de educação.

... § 2º Parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílios a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica, e para vilegiaturas (BRASIL, 1934).

Vislumbrando assim um pouco do que viria a ser a luta por melhores condições ao estudante universitário de baixa renda.

Em 1961 foi dado mais um importante passo na história da educação deste país, foi promulgada a lei 4.024 de 20 de dezembro de 1961, a chamada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. No geral, esta lei dispunha sobre princípios e normas legais que seriam a base formal da educação brasileira, reafirmando o texto constitucional em que a educação é um direito de todos. No tocante ao ensino superior é importante salientar o que vem expresso no art. 83 dessa lei “O ensino público superior, tanto nas universidades como nos estabelecimentos isolados federais, será gratuito para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos”, mostrando que mesmo em seus primórdios os legisladores brasileiros têm demonstrado preocupação quanto aos estudantes com dificuldades sociais e financeiras nesta etapa da educação.

Ainda assim, as instituições de ensino superior têm enfrentado dificuldades decorrentes da sociedade em que está inserida, sendo em certo ponto um reflexo de distorções e diversidades. Em seus primeiros anos como instituições federais, as universidades conviviam com obstáculos que permanecem até a data corrente, conforme relatado no livro Memórias Estudantis (UNE), nos anos de 1960 a 1970 as universidades se depararam com o problema dos “excedentes”, alunos que obtinham aprovação no vestibular porém, em decorrência do número reduzido de vagas ofertadas, não conseguiam adentrar a universidade, fato gerado pela expansão da procura de cursos universitários por jovens da classe média naquele momento. Podemos ver que o programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), criado em 24 de abril de 2007, pelo Decreto Presidencial 6.096, o qual tem como objetivo expandir o acesso e garantir condições de permanência no ensino superior, trata de uma situação bastante antiga na educação no Brasil, repercutindo ainda a dificuldade relatada da década de 60, qual seja, a insuficiência de vagas nas instituições públicas de nível superior.

A Análise sobre a Expansão das Universidades Federais de 2003 a 2012 divulgada pela Portaria número 126/2012 do MEC relata o período de interiorização e reestruturação das IFES juntamente com a integração regional e internacional desfrutada por elas, ressaltando a criação de quatro universidades,

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), que integra os estados fronteiriços da região Sul do Brasil; Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), que é a universidade da integração amazônica; Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), voltada para todos os países da América Latina; e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), cujo objetivo é a aproximação entre os países falantes da língua portuguesa em outros continentes, como África e Ásia. Esta fase, somada ao segundo momento, por meio do Reuni, trouxe um expressivo crescimento não somente das universidades federais, mas também de câmpus no interior do país. (PORTARIA 126/2012 – MEC. 2012, p.11)

Os números expressados nessa portaria relatam o salto contido no período de 2003 a 2010, passando de 45 para 59 universidades federais, representando um alargamento de 31%; a expansão de 148 câmpus para 274 câmpus/unidades, crescimento de 85%; elevando também o número de municípios atendidos por universidades federais de 114 para 272, constituindo, portanto, ampliação de 138%. No intervalo contido entre 2011 e 2014 foram criados 47 novos câmpus, restando ainda no Congresso Nacional projetos que almejavam a criação de mais quatro universidades quando da divulgação da portaria, projetos que levaram posteriormente às leis de criação das Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), Universidade Federal do Cariri (UFCA) e Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Em consequência da expansão das universidades públicas o número de vagas destinadas a alunos de menor poder aquisitivo, assim como os gastos governamentais decorrente do fornecimento desse auxílio sofreram acréscimos que merecem ser levados em consideração.

Nesta linha de pensamento expansionista e na ânsia por remediar uma parcela do problema relativo à desigualdade social e a necessidade de assistência estudantil, em 12 de dezembro de 2007, a Portaria Normativa número 39, do Ministério da Educação (MEC) instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), ele veio a se tornar, através do Decreto Presidencial número 7.234 de 19 de julho de 2010, uma política governamental. O MEC em sua portaria 39, trata do assunto como uma estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais, é uma maneira de democratizar as condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior público, o Decreto Presidencial 7.234 ratifica essa expressão definindo como finalidade do PNAES a “ampliação das condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal”. Em seu Art. 2º este decreto deixa claro os objetivos a serem alcançados pelo programa, destacando-se entre eles, democratizar as condições de permanência dos jovens, reduzir as taxas de retenção e evasão assim como melhorar o aproveitamento acadêmico dos estudantes.

O decreto 7.234 é fulgente em seu art. 3º ao expressar que as ações idealizadas pelo PNAES são desenvolvidas em parceria com outras atividades, quais sejam: ensino, pesquisa e extensão; dando a interpretação de que o MEC tem consciência da necessidade de uma estrutura de programas e obras articuladas capazes de fazer frente aos problemas existentes. As ações do PNAES são construídas para serem desenvolvidas nas seguintes áreas: 1) Moradia estudantil; 2) Alimentação; 3) Transporte; 4) Atenção à saúde; 5) Inclusão Digital; 6) Cultura; 7) Esporte; 8) Creche; 9) Apoio pedagógico e 10) Acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Deixando transparecer a ciência que o governo tem das necessidades básicas inatas aos alunos de baixa renda no ensino superior.

Contudo mais do que fazer, o governo necessita acompanhar o desenvolvimento de suas ações, garantir que aquilo que é praticado tem alcançado êxito em seus objetivos, dessa forma, este trabalho encontra suas bases fundadas no decreto 7.234, na Portaria 39 quando no parágrafo único do Art. 3º expressa que “As IFES deverão fixar mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES ...”, e na necessidade de eficiência das ações públicas decorrente do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na busca por auferir como a Universidade de Brasília tem alcançado seus objetivos frente ao desafio de auxiliar seus alunos na obtenção do diploma de terceiro grau.

3.2 PNAES E O ENSINO SUPERIOR NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

O ensino superior é responsável por vários fatores na formação do cidadão e do meio onde este vive, dessa forma:

Um Ensino Superior que não tenha compromisso com a inclusão pode ser um fator para ampliar as desigualdades sociais, e indiretamente contribuir para que a formação seja enfatizada na técnica, nas competências individuais e no mercado de trabalho, não contribuindo para o real objetivo do Ensino Superior: formar cidadãos íntegros, com valores éticos que contemplem a crítica, a criação e debates sobre o conhecimento. (FERRARI, 2006, apud MALAQUIAS e EMILIO, 2007, p. 52-53)

A Universidade de Brasília está localizada no Distrito Federal, região ressaltada nos dados do IBGE (2015) por ser a com maior índice de Gini entre os estados da federação (0,565) em 2014, portanto, região acometida de grande desigualdade social que conta ainda com uma

incidência de pobreza na casa dos 37,71%¹⁵ levando, por conseguinte, a fundamentação de que a necessidade de auxílios aos estudantes de 3 grau dessa região é sólida.

A UnB tem então contemplado ao longo dos anos, através de auxílio financeiro, psicológico e assistencial, alunos de graduação, especialmente aqueles que se encaixam no perfil de baixa renda. Há a exigência de certas formalidades e burocracias para a concessão de tais assistências, a fim de participarem dos editais de convocação para os auxílios e terem seu cadastro analisado estes alunos necessitam comprovar sua matrícula em um curso presencial e ter renda familiar *per capita* de até 1,5 salários mínimo, estando assim pré-disposto a participar da seleção para o recebimento de assistência. Vale salientar que cada aluno pode participar de diferentes programas simultaneamente, desde que o valor por ele recebido não exceda 1,5 salários mínimos mensais.

Com o advento do decreto 7.234 a UnB aderiu ao PNAES, ação federal financiada pelo governo, e passou a contar, entre outros, com os seguintes programas por ele custeados:

1) Programa de Moradia Estudantil - Graduação, tem por finalidade oferecer vagas a estudantes provenientes de fora do Distrito Federal, que estejam regularmente matriculados em curso presencial, em apartamento na Casa do Estudante Universitário (CEU) ou sendo concedido valor de R\$530,00 em pecúnia para aqueles que não conseguem vaga na CEU em decorrência da grande demanda e escassez de vagas;

2) Programa Auxílio Socioeconômico, destinado a minimizar desigualdades sociais, contribuir para a permanência e a diplomação dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica da UnB. Consistindo da concessão mensal de auxílio financeiro na quantia de R\$465,00;

3) Auxílio Alimentação e Programa Bolsa Alimentação, permite acesso gratuito às três refeições (café-da-manhã, almoço e jantar) servidas nos Restaurantes Universitários dos campi e

4) Programa de Auxílio Emergencial, o qual se destina a estudantes devidamente matriculados em curso presencial que não seja beneficiário em Programas de Assistência Estudantil da universidade e que esteja em situação de dificuldade socioeconômica emergencial, inesperada e momentânea, que coloque em risco a sua permanência na universidade, podendo contar com o auxílio de R\$465,00.

Merece citação a existência e desenvolvimento de outros projetos sociais por parte da UnB, não se limitando apenas ao que é proporcionado pelo PNAES, tais como os programas:

¹⁵ Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 e Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2002/2003. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=df&tema=mapapobreza2003>>. Acesso em 14 jan. 2017.

Curso de Língua Estrangeira, um acordo celebrado com a UnB Idiomas, disponibilizando ao estudante da Assistência Estudantil até 2 vagas por turma sem pagamento de mensalidades e matrículas decorrente do curso; Vale Livro, no qual é disponibilizado, a cada aluno participante do projeto, no máximo 5 vale compra que possibilitam a aquisição de livros ou materiais pedagógicos da Editora UnB com um desconto de 50% no valor.

Dessa forma, o PNAES faz jus a certo destaque, seja pelo volume em que é apresentado nacionalmente ou quanto a seus objetivos e metas traçados. Segundo Portaria 126 do MEC (2012, p.30), os reflexos do PNAES atingem diretamente a dimensão pedagógica da universidade, na medida em que os recursos por ele disponibilizado são o alicerce aos programas de apoio aos estudantes, no que tange a permanência e êxito acadêmico, é o repasse financeiro desta ação que possibilita às IFES a continuidade dos principais programas de apoio aos discentes universitários, acreditando ser uma das políticas mais acertadas quando nos referimos ao critério de expansão, segundo avaliação de pessoas entrevistadas quando da divulgação da portaria.

O estudo realizado por Almeida (2013) demonstrou que na Universidade Federal do Paraná, cerca de 70% dos alunos beneficiados pelo programa de assistência ao estudante responderam que estão satisfeitos com o atendimento que recebiam dos programas de assistência, enquanto somente 2,16% se mostraram insatisfeitos, dos que se mostraram parcialmente satisfeitos a justificativas mais recorrentes foram que seriam necessários ajustes na quantidade de vagas oferecidas, no valor do benefício que se encontram aquém ao custo de vida de um estudante universitário, assim como outros fatores, que em geral estão relacionados ao orçamento disponibilizado para tais programas.

3.2.1 FORMA DE SELEÇÃO E ACESSO AOS PROGRAMAS FINANCIADOS PELO PNAES NA UNB

O número de estudantes considerados em situação vulnerável e que ingressam na Universidade de Brasília é superior à quantidade de auxílios efetivamente oferecidos via PNAES pela Universidade. Assim, é preciso que haja uma seleção, dentre os interessados em aderir ao programa de auxílio, daqueles que terão acesso ao benefício.

Dessa forma, a UnB publica semestralmente editais que evidenciam os critérios e normas utilizados no referido período, para concessão de auxílios provenientes do PNAES,

estando entre eles os editais relativos a Avaliação Socioeconômica, Moradia Estudantil e Auxílio Socioeconômico descritos a seguir.

Avaliação Socioeconômica¹⁶

A Avaliação Socioeconômica visa dar acesso, ao estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica, aos Programas de Assistência Estudantil na Universidade de Brasília. Os Recursos Financeiros são provenientes do PNAES - Fonte: 100 e da Fundação Universidade de Brasília (FUB) – Fonte: 112. É através dessa avaliação que são identificados os alunos que tem ou não perfil para a assistência disponibilizada por esta universidade.

Para os auxílios Moradia, Alimentação e Socioeconômico a classificação como PPAES através da Avaliação Socioeconômica é requisito básico e necessário para ter sua solicitação avaliada. O estudante deverá submeter-se à Avaliação Socioeconômica, compreendendo, para isso, a execução dos procedimentos a seguir:

- I. Preenchimento dos formulários disponíveis no Sistema de Assistência Estudantil WEB (SaeWeb)
- II. Entrega dos documentos exigidos por edital no Serviço de Programas de Assistência Estudantil da Diretoria de Desenvolvimento Social (SPS/DDS) no campus do qual faz parte.

Serão atendidos, prioritariamente, aqueles estudantes advindos da rede pública de educação ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo. A Avaliação Socioeconômica segue normas e procedimentos, e sua conclusão é pautada pelos seguintes itens de avaliação:

- i. Renda Familiar (somatório de todos os rendimentos, formais e informais, das pessoas físicas que compõem o núcleo familiar, de eventuais pessoas jurídicas – empresas ou pequenos negócios – e renda de capital ou bens imóveis)
- ii. Profissão/ocupação e nível de escolaridade do(s) mantenedor(es) ou cônjuge
- iii. Grupo familiar (o número de membros declarados no formulário socioeconômico e comprovados mediante documentação)
- iv. Local de moradia do estudante e família
- v. Despesas da família com aluguel ou com financiamento da casa própria

¹⁶ Fonte: Edital nº 01/2017 Avaliação Socioeconômica para acesso aos programas de Assistência Estudantil, Decanato de Assuntos Comunitários, Diretoria de Desenvolvimento Social.

- vi. Pessoas diagnosticadas com doenças graves, degenerativas, crônicas e pessoas com deficiência.

Podendo ainda, ser realizados contatos com a rede familiar e conhecidos, visitas domiciliares e a solicitação de outros documentos, até mesmo os originais, para comprovação e suporte na análise da situação de vulnerabilidade vivida pelo estudante.

O estudante no ato de sua inscrição, deverá preencher o formulário de Avaliação Socioeconômico no SaeWeb, imprimi-lo e posteriormente entregá-lo assinado. Em decorrência disso, o candidato é considerado conhecedor das normas estipuladas no Edital da Avaliação Socioeconômica, assim como dá ciência e aceite de todas as normas nele estabelecidas. As informações e documentos apresentados no ato da inscrição são de inteira responsabilidade do estudante, sob pena de incorrer nos artigos 297-299 do Código Penal Brasileiro. A identificação de fraude de informações ou na documentação apresentada levará a vedação da candidatura aos Programas de Assistência Estudantil assim como resultará na anulação de demais inscrições para participação nos Programas de Assistência Estudantil.

Após análise de seus dados e avaliação quanto a sua condição o graduando poderá ser classificado como a) Estudante participante do Programa de Assistência Estudantil (PPAES) – situação socioeconômica considerada insuficiente, não tendo condições suficientes para sua manutenção e permanência na universidade por meios próprios; b) Estudante não participante do Programa de Assistência Estudantil (NPPAES) – situação onde o aluno é considerado como aquele em que tem condições de se manter na universidade por meios próprios.

A Avaliação Socioeconômica destinada ao acesso dos benefícios disponibilizados pela UnB é válida por 4 semestres letivos consecutivos e caso haja alguma alteração que leve o estudante a sair da situação de vulnerabilidade é de sua responsabilidade informar a DDS podendo sofrer sanções administrativas e judiciais se assim não proceder.

O aluno selecionado terá acesso aos benefícios a que faz jus somente após a assinatura dos Termos de Concessão junto a SPS/DDS sendo a concessão dos programas ao estudante algo pessoal, temporário e intransferível.

O graduando classificado como PPAES passa a ter o direito a assistência estudantil, contudo a entrada gratuita ao Restaurante Universitário, ou seja, o auxílio Alimentação, concedido na forma de acesso às refeições de café da manhã, almoço e jantar, somente ocorrerá após o comparecimento à DDS e assinatura do Termo de Compromisso, no qual está elencado seus direitos e deveres.

Moradia Estudantil¹⁷

A concessão do benefício da Moradia Estudantil é destinada ao aluno classificado como PPAES, ou seja, aquele que é caracterizado em situação de vulnerabilidade socioeconômica. É dado prioridade a estudantes provenientes de fora do Distrito Federal que estejam matriculados em curso presencial na graduação e também, de forma excepcional, a estudantes residentes no DF advindos de zonas rurais e regiões de difícil acesso ao campus em que ele estuda, sendo um auxílio pessoal, temporário e intransferível.

Este programa visa a aproximação do estudante ao seu campus de origem, não podendo ser utilizado para complementação de renda do aluno, seu valor é definido pelo Conselho de Administração (CAD), conforme disponibilidade orçamentária e financeira.

Há duas modalidades possíveis para esse benefício, quais sejam: a) Vaga em apartamento na Casa do Estudante (CEU), modalidade esta que é exclusiva para alunos do campus Darcy Ribeiro; b) Concessão mensal de financeiro no valor de R\$530,00. As vagas a serem destinadas aos alunos estão condicionadas a vacância em decorrência de desligamentos de estudantes ou a criação de novas vagas e a disponibilidade orçamentária.

A homologação da inscrição no processo seletivo destinado a este benefício é dependente das seguintes condições:

- I. Estar regularmente matriculado em um dos cursos presenciais da graduação da UnB
- II. Estar matriculado pelo menos no mínimo de créditos do fluxo de seu curso conforme estabelecido no currículo do respectivo curso, com exceção dos calouros e formandos
- III. Não ter concluído outro curso de graduação
- IV. Atender aos critérios e normas estabelecidos no Edital destinado a Avaliação Socioeconômica
- V. Não ultrapassar dois semestres do tempo regular de permanência no respectivo curso de graduação em que estiver matriculado, conforme o fluxo recomendado.

Para a seleção no Programa de Moradia Estudantil da Graduação o aluno necessariamente terá que ter sua situação de vulnerabilidade socioeconômica comprovada junto a DDS/DAC e terão prioridade na classificação aos alunos:

¹⁷ Fonte: Edital n. 02 – 1º/2017 Programa Moradia Estudantil – Graduação, Decanato de Assuntos Comunitários, Diretoria de Desenvolvimento Social.

- i. Com menor renda *per capita* familiar na avaliação socioeconômica
- ii. Oriundos do sistema de quotas sociais com renda *per capita* familiar de até um salário mínimo e meio, conforme Art. 1º, parágrafo único da Lei n. 12.711 de 29 de agosto de 2012
- iii. Que não recebam outros auxílios socioeconômicos ou bolsas acadêmicas
- iv. Com peculiaridades identificadas, por meio de entrevista, na rede sociofamiliar do estudante, segundo avaliação da equipe técnica da DDS/DAC
- v. Terão prioridade de acesso os estudantes não residentes na região geoeconômica do Distrito Federal.

O aluno selecionado deverá possuir conta corrente em seu nome até a data de assinatura do Termo de Compromisso, caso não possua, terá 15 dias após a assinatura para que tome as medidas necessárias a fim de providenciá-la.

A vinculação do estudante ao programa se dará através da assinatura do Termo de Compromisso, realizado junto à DDS/DAC. A participação na reunião de acolhimento ao programa é obrigatória sendo necessária justificativa por escrito em caso de não comparecimento.

O tempo máximo de permanência neste benefício não pode ultrapassar dois semestres após o tempo regular de conclusão do curso do estudante, de acordo com o currículo e fluxo do referido curso.

O acompanhamento acadêmico do aluno selecionado será realizado pela DDS/DAC e será realizado com base no histórico escolar do estudante assim como por sua regularidade com o plano de curso e normas de permanências na UnB, as quais são definidas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE). Caso o aluno apresente dois ou mais trancamentos e/ou reprovações em disciplinas ou apresente desempenho acadêmico que possa gerar risco de desligamento ou prolongue seu tempo de permanência na UnB para além do previsto para conclusão do mesmo, este deverá ser encaminhado a um acompanhamento acadêmico e programas com esta finalidade, visando, assim, superar as dificuldades encontradas.

Auxílio Socioeconômico¹⁸

Este auxílio veio para substituir o Programa Bolsa Permanência da UnB, conforme Resolução 0012/2014 do Conselho de Administração da UnB (CAD) e tem como público alvo

¹⁸ Fonte: Edital n. 04 – 1º/2017 Programa Auxílio Socioeconômico, Decanato de Assuntos Comunitários, Diretoria de Desenvolvimento Social.

os estudantes classificados como PPAES pela Avaliação Socioeconômica, decorrente de sua vulnerabilidade econômica e que estejam regularmente matriculados em disciplinas dos cursos presenciais de graduação.

Consiste na concessão de auxílio financeiro mensal no valor de R\$465,00 buscando minimizar, em certa medida, as desigualdades sociais vividas pelos estudantes de baixa renda, contribuindo assim para a permanência e a diplomação desses estudantes.

Para poder se inscrever no processo de seleção o aluno deve obedecer aos critérios a seguir:

- I. Estar regularmente matriculado em um dos cursos presenciais de graduação da UnB
- II. Ter situação de vulnerabilidade socioeconômica caracterizada junto à DDS/DAC, a partir de critérios constantes do Edital de Avaliação Socioeconômica
- III. Entregar toda a documentação solicitado pelo edital
- IV. Não ter concluído outro curso de graduação
- V. Atender aos critérios e normas expostos no respectivo Edital
- VI. Não ultrapassar dois semestres do tempo regular de conclusão do curso de graduação em que estiver matriculado (tempo calculado a partir do primeiro ingresso na UnB, caso o aluno venha por qualquer motivo adquirir um novo número de matrícula)
- VII. Estar matriculado no mínimo de créditos do fluxo de seu curso no semestre, conforme estabelecido no currículo e fluxo do respectivo curso
- VIII. Não participar do Programa Bolsa Permanência do Governo Federal/MEC
- IX. Realizar inscrição para participação no Programa Auxílio Socioeconômico presencialmente mediante preenchimento de formulário específico na DDS do seu campus de origem.

A prioridade de classificação dos estudantes será determinada em decorrência da seguinte ordem:

- i. Menor renda *per capita* familiar na Avaliação Socioeconômica
- ii. Menor pontuação na Avaliação Socioeconômica
- iii. Oriundos do sistema de quotas sociais com renda *per capita* familiar até um salário mínimo e meio, conforme Art. 1º, parágrafo único da Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012

- iv. Que não possuam outros auxílios socioeconômicos ou programas de bolsas tanto da UnB como de programas oficiais de governo.

O Auxílio Socioeconômico pode ser acumulado com uma única bolsa, independentemente deste ser em decorrência de desenvolvimento de atividade de ensino, pesquisa e extensão, proveniente do Programa de Iniciação Científica (PIBIC) ou do Programa de Educação Tutorial (PET).

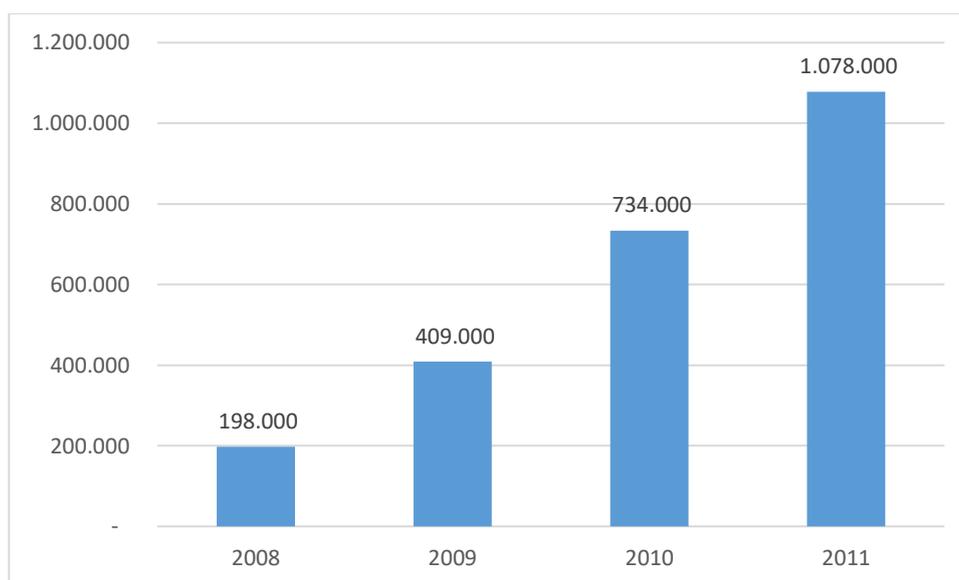
A concessão do auxílio é vinculada a assinatura do Termo de Compromisso, devendo o estudante ter conta corrente em seu nome até a data de assinatura do Termo de Compromisso, caso não possua, terá 15 dias após a assinatura para que providencie junto ao banco a abertura de uma conta em seu nome.

A avaliação periódica do programa acontece nos mesmos termos dispostos para o Auxílio Moradia, resultando, portanto, em um acompanhamento constante do desempenho acadêmico do aluno participante do Auxílio Socioeconômico.

O aluno que durante a vigência do benefício superar sua situação de vulnerabilidade deverá informar a DDS, solicitando seu desligamento do programa, caso contrário poderá ver-se obrigado a devolver os recursos recebidos indevidamente.

3.2.2 NÚMEROS DO PNAES NO BRASIL E NA UNB

O Programa Nacional de Assistência Estudantil tem aumentado seus números a cada ano, beneficiando assim um quantitativo maior de estudantes de baixa renda no Brasil, o número de universidades que aderiram a essa política governamental também tem se expandido assim como o orçamento a ele disponibilizado. Podemos ver a seguir um vislumbre da ampliação que tem ocorrido no Brasil e na Universidade de Brasília neste aspecto.

Gráfico 5 – Benefícios atendidos pelo PNAES

Fonte: Sesu/Mec – Portaria 126/2012 MEC

O Gráfico 5 foi disponibilizado pelo MEC e demonstra a evolução no quantitativo de benefícios concedidos, contemplando as áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. O crescimento demonstrado ao longo dos anos impressiona, entre os anos de 2008 e 2009 houve mais do que a duplicação dos estudantes atendidos, passando a casa de 79,4% de crescimento entre 2009 e 2010, terminando a séria apresentada com uma expansão de 46,8% de alunos que foram abrangidos por esse programa. O resultado final é a cobertura de 1.078.000 graduandos, número bastante expressivo para um país que almeja o desenvolvimento de sua educação.

No que se refere especificamente aos impactos do PNAES na UnB, a Tabela 2 demonstra a evolução desse programa nesta universidade,

Tabela 2 – Número de auxílios/beneficiados, por tipo, na Universidade de Brasília

	Alimentação	Moradia	Socioeconômico	Total de alunos beneficiados pelo PNAES	Total de alunos na graduação
2011	1047	494	947	1559	26759
2012	2562	476	1239	2726	29565
2013	3236	645	1626	3352	32765
2014	4130	1005	2181	4130	29837
2015	4622	935	2431	4718	33836
2016	5051	1595	2957	5263	37174

Fonte: Adaptação dos dados cedidos pela Diretoria de Desenvolvimento Social, Relatório de Gestão 2016 - UnB e Centro de Informática UnB – Elaborado pelo Autor

Quando consideramos os dados fornecidos pela Tabela 2, podemos observar o constante crescimento no contingente de alunos beneficiados pelo PNAES ao longo do período analisado, ao contrário do que se nota em relação ao número de estudantes da graduação, que entre os anos de 2013 e 2014 obteve uma redução neste quantitativo na ordem de 8,9%. Podemos considerar essa transição 2013-2014 atípica pois, quando excluímos esse trecho, nos 4 intervalos restantes ocorreram um crescimento médio de 11%, mas que teve ao final seu total reduzido em decorrente dessa oscilação negativa, expressando por fim uma média de crescimento de 7,1% ao ano para todo o período observado. Em contrapartida o número de estudantes agraciados pelo PNAES apresentou crescimentos sempre superiores a 11,5% ao ano, alcançando uma expansão máxima de 74,8% entre os anos de 2011-2012, com média final de crescimento na ordem de 29,3%.

Assim, o aumento percentual médio anual no número de beneficiados é 4 vezes maior do que o ocorrido no número de graduandos da Universidade de Brasília. Esse acréscimo impacta na proporção de alunos beneficiados em relação ao número total de alunos de graduação, no início da série analisada a proporção era de 5,8%, ou seja, 1559 dentre 26759 alunos, ao final, em 2016 o proporcional alcançado foi para 14,15%.

É facilmente identificado na Tabela 2 que o auxílio Alimentação é aquele que apresentou maior expansão no decorrer do período em estudo, seu crescimento médio é de 43,9% ao longo dos anos, percentual elevado devido principalmente ao grande crescimento apresentado entre 2011 e 2012, onde este auxílio mais que dobrou seu número de participantes, apresentando um aumento na ordem de 144,6% para este período. Destaca-se também o fato de que em 2014 todos os beneficiados pelos programas do PNAES eram acolhidos pelo auxílio Alimentação, em média 91,93% dos favorecidos pelo PNAES recebem este tipo de auxílio.

Por sua vez, o auxílio Moradia é o benefício que apresenta comportamento mais atípico dentre os exibidos na tabela, diferentemente dos auxílios Alimentação e Socioeconômico que apresentam desempenho crescente em todos os anos estudados, o programa de moradia tem oscilado, exibindo entre 2011-2012 e 2014-2015 uma queda de 3,6% e 6,9% respectivamente, no total de graduandos participantes desse atendimento. O quantitativo de alunos que dispõe do auxílio Moradia durante todo o período em análise nunca ultrapassou a marca de 32% dos alunos participantes do PNAES, representando em média 23,8% desse total, concebendo ao final da série 4,2% do total de alunos da graduação.

No tocante ao auxílio Socioeconômico, em geral mais da metade dos alunos participantes do programa de auxílio ao estudante financiado pelo PNAES na UnB recebem

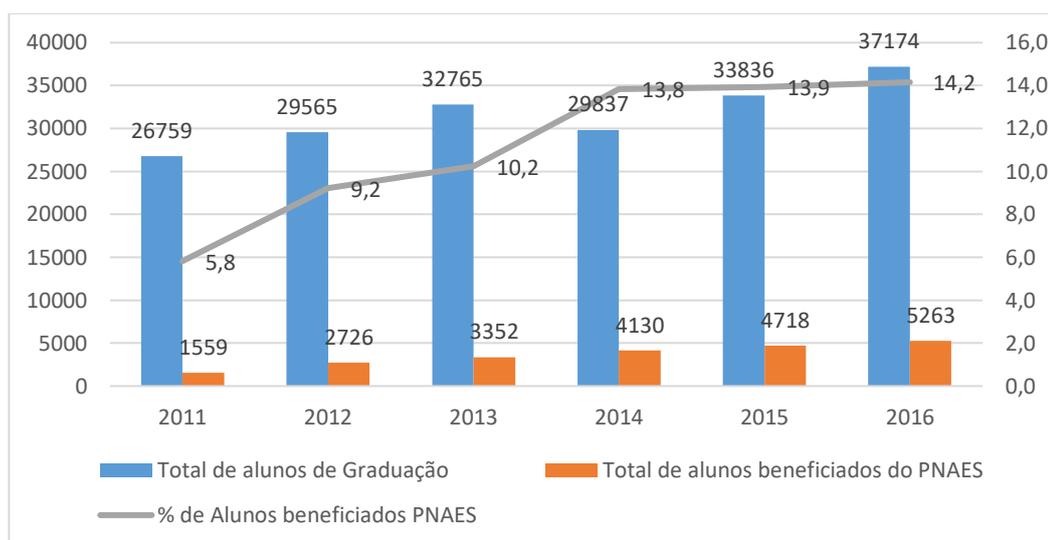
esse tipo de benefício. Entre os anos de 2011 e 2016, 52,5% foram supridos com essa assistência, encontrando o máximo de participação em 2011 quando 60,7% dos estudantes de graduação participantes do PNAES eram favorecidos com o auxílio Socioeconômico. O crescimento desse benefício foi mais acentuado durante os três primeiros anos, quando houve acréscimos sempre acima dos 30% entre 2011 e 2014, contudo a taxa de crescimento decaiu nos 2 anos seguintes, apresentando por fim uma ampliação média de 25,8% para o intervalo analisado.

Sob o prisma da Universidade de Brasília como um todo e relacionando então, o total de alunos da graduação na UnB e os graduando abarcados pelo PNAES, o percentual de alunos do programa em relação ao total da graduação tem apresentado um crescimento positivo em todos os anos considerados. O ano de 2011 apresentava 1559 beneficiados dentro de uma população de 26759 graduandos, quantificando um total de 5,8%, com o aumento constante é observado ao final do período em análise que o número de favorecidos passou para 5263 enquanto o número de graduandos totalizou 37174 alunos, ou seja, 14,1% agora fazem parte do programa PNAES, aumento de 2,4 vezes em um período de 6 anos, corroborando a ideia de que a universidade tem acolhido um maior número de alunos com necessidades socioeconômicas.

O Relatório Ilustrado – Gestão 2012-2016 divulgado pela UnB, faz questão de salientar que o número de alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica assistidos pelos programas de assistência estudantil nesta universidade quase dobrou entre os anos de 2012 a 2015, passando de 2.604 alunos em 2012 para 4.816 em 2015, aumento possibilitado pelo acréscimo de recursos repassados do PNAES em decorrência da adesão ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu¹⁹).

O gráfico 6, a seguir, acompanha a evolução percentual do número de alunos inscritos em algum dos programas de Auxílio Alimentação, Moradia ou Permanência/Socioeconômico.

¹⁹ Sisu é o sistema informatizado do Ministério da Educação por meio do qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas a candidatos participantes do Enem. Podem se inscrever no Sisu os candidatos que fizeram o Enem no ano anterior a sua inscrição e que tenham obtido na redação nota que não seja zero. Ressalta-se que algumas instituições adotam notas mínimas para inscrição em determinados cursos.

Gráfico 6 – Evolução Histórica do PNAES na UnB

Fonte: Diretoria de Desenvolvimento Social, Anuários Estatísticos 2011, 2013, 2014 e 2015 e Relatório de Gestão 2016 UnB.
Elaborado pelo autor.

O aumento no número de participantes de programas que auxiliam alunos de baixa renda pode ser, em parte, explicado pelo advento da lei 12.711 de 29 de agosto de 2012, a qual institui que toda instituição federal de ensino superior que seja vinculada ao Ministério da Educação reservará em cada processo seletivo o mínimo de 50% de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, e mais, das vagas reservadas a esses estudantes, 50% deverão ser destinadas a alunos oriundos de famílias que detenham renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo *per capita*. Dessa forma, é garantido ao estudante de baixa renda vagas nas universidades públicas brasileiras, gerando para aqueles que não tem condições de se manter durante a graduação a necessidade de se inscreverem em programas sociais tais como o PNAES.

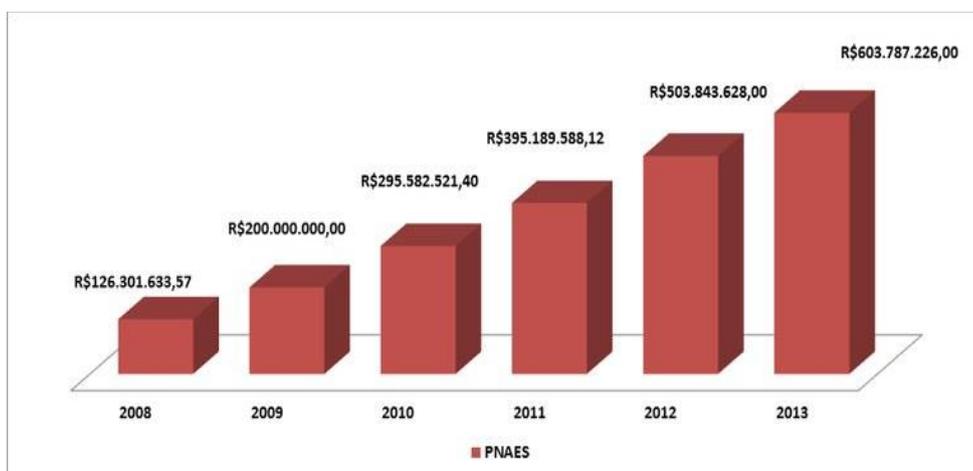
Entretanto, apesar da consciência e da importância do desafio enfrentado, a União é o grande financiador do Ensino Superior gratuito no Brasil, país que, segundo dados do INEP (2015) e do Portal Brasil, possui uma população de 190.732.694 pessoas onde 8.027.297 são alunos de graduação, sendo 1.214.635 alunos na rede pública federal, 618.633 na rede estadual e 118.877 na municipal, o número de discentes nesta etapa do ensino no Brasil é superior a populações de diversos países mercedores de destaque, tais como Dinamarca (5,5 milhões de habitantes), Finlândia (5,4 milhões), Noruega (5,2 milhões), Uruguai (3,2 milhões), Paraguai (6,9 milhões)²⁰, dessa forma muitos são os fatores que necessitam de atenção, nível de

²⁰ Informações populacionais adquiridas no site oficial do governo de cada país.

planejamento, mão de obra, orçamento, terceirização, entre outros, assim concentraremos nossos esforços no esclarecimento daquilo que foi orçado para tais despesas e no gasto monetário delas decorrentes, privilegiando o domínio da UnB.

Conforme dados do Governo Federal²¹ o dispêndio realizado no decorrer dos anos em decorrência dos auxílios proporcionados pelo PNAES tem aumentado substancialmente, como podemos constatar pelo Gráfico 7, verifica-se que de 2008 para 2013 houve um acréscimo de aproximadamente 4,8 vezes seu valor inicial, mostrando que o programa esteve se expandindo nesse período, entretanto um exame mais criterioso demonstra que apesar do montante estar em crescente expansão a porcentagem de ampliação vem sofrendo quedas constantes no decorrer do intervalo 2008-2013, os aumentos ocorreram nos percentuais de 58,3%, 47,7%, 33,%, 27,4%, 19,8%, levantando o questionamento quanto a estabilização dos recursos a serem repassados nos próximos anos. Aqui vale lembrar que o programa PNAES de fato só passou a figurar como política governamental em 2010.

Gráfico 7 – Evolução dos Gastos Federais com PNAES



Fonte: Portal Brasil – Ministério da Educação

A portaria 126 do MEC (2012, p.17), aponta a necessidade de maiores investimentos, tendo em vista a forte demanda existente nas universidades, principalmente no que concerne a ampliação dos restaurantes universitários, número de moradias, número de bolsas e auxílios, criação de espaços de convivência, maior apoio ao aluno nas áreas sociais, psicológica e lazer, entre outras, destacando ainda,

²¹ Fonte: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2012/09/mais-de-r-1-bi-em-assistencia-estudantil-sao-investidos-aos-alunos-e-instituicoes/grafico-pnaes/view>>. Acesso em 15 mar. 2017.

A necessidade de uma forte ampliação nos recursos do PNAES deve ser levada em consideração para um possível novo programa de expansão. Há a compreensão de que uma política forte de bolsas refletirá nas possibilidades de permanência e êxito dos estudantes, principalmente nos cursos de período integral. É importante se ter presente que, com a implantação das cotas, a demanda tenderá a crescer, exigindo políticas mais consistentes em termos da assistência estudantil. (MEC- 2012, p. 17)

A UnB, como parte integrante da Fundação Universidade de Brasília, recebe recurso do governo federal para viabilizar suas atividades, sejam elas correntes, investimentos, de pessoal e outras, não sendo diferente para os recursos destinados à Assistência Estudantil. A Tabela 3 confirma os orçamentos aprovados para essa universidade, permitindo assim uma visualização daquilo que o governo de fato destina a esta instituição,

Tabela 3 - Orçamento Anual UnB

Ano	Geral	Assistência ao aluno de Graduação	Pessoal e Encargos sociais	Outras Despesas Correntes	Investimento
2011	1.180.911.399,00	12.062.804,00	596.247.138,00	461.388.951,00	123.275.310,00
2012	1.300.795.466,00	14.369.102,00	739.583.914,00	481.375.906,00	79.835.646,00
2013	1.294.373.010,00	17.207.407,00	779.340.169,00	413.555.483,00	101.477.358,00
2014	1.575.450.885,00	26.714.405,00	954.148.045,00	509.216.183,00	112.086.657,00
2015	1.652.428.228,00	28.352.556,00	1.107.081.104,00	450.154.212,00	95.192.912,00
2016	1.654.370.629,00	27.995.190,00	1.159.746.156,00	412.627.741,00	81.996.732,00

Valores expressos em R\$, valores nominais

Fonte: Câmara dos Deputados - LOA 2011 a 2016

Elaborado pelo autor

Uma análise mais minuciosa dos valores apresentados permite verificar que o recurso destinado a assistência ao aluno de graduação foi aquele que apresentou maior alta no decorrer dos anos, mais que dobrando seu valor neste intervalo 2011-2016, seguido pelos gastos com pessoal os quais apresentaram um aumento de 94,5%. Em contrapartida, os recursos destinados a investimentos sofreram uma queda de 33,5%, assim como o financeiro destinado a outras despesas correntes, que também anotaram um decréscimo de 10,5% ao longo dos anos. Cabe esclarecer que segundo a Secretaria de Orçamento Federal²², gastos com investimento são aqueles destinados a ampliação das ações do governo, compra de bens e gastos com infraestrutura visando servirem a sociedade, enfatizando assim a avaria suportada pela UnB nesse aspecto.

²² Disponível em < http://www.orcamentofederal.gov.br/radio-mp/2010/copy_of_voce-sabe-o-que-sao-despesas-de-custeio-e-investimento-no-orcamento-publico>. Acesso em 04 abr. 2017.

Vale destacar a atipicidade do ano de 2016 em relação aos demais anos apresentados no que concerne ao aprovado pela LOA destinado à UnB, neste ano 3 dos 5 dados exibidos sofreram decaimento do montante financeiro prometido a esta instituição, entre eles a assistência ao aluno de graduação, o qual sofreu uma queda de aproximadamente 1,26%, indo de encontro aos dados apresentados anteriormente nos quais é ressaltado o aumento do número de alunos beneficiados por programas de auxílios, levantando dúvidas e preocupações quanto a continuação/expansão dos programas oferecidos por esta instituição pública nesse sentido.

Porém, o Relatório de Gestão 2016 demonstra a execução orçamentária para a Ação 4002: Assistência ao Estudante de Ensino Superior na Universidade de Brasília para o ano de 2016, mostrando que a dotação para esta finalidade passou de R\$27.995.190,00 iniciais para R\$30.996.000,00 ao final, nos quais R\$30.886.000,00 tiveram sua despesa empenhada, R\$13.487.000,00 foram liquidados e somente R\$13.150.000,00 de fato foi pago, permanecendo como Restos a Pagar de 2016 Processados a quantia de R\$347.000,00 e Não Processados R\$17.389.000,00. Restando a dúvida quanto a real necessidade financeira da universidade neste quesito.

A literatura e os números apresentados deixam pouca margem de dúvida quanto à necessidade e importância de auxílios a alunos carentes do ensino superior, contudo ao contabilizar os gastos diretos despendidos pela UnB e pelo governo federal ao longo dos anos em prol de tais ações, notamos que ambos pagam um preço considerável para manter seus alunos na universidade até que ele obtenha o título de graduação, sendo, portanto, necessária e até obrigatória por lei, decorrente do princípio da eficiência expressado no artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a gestão eficiente de tais dispêndios, nos levando a estudos mais detalhados dos mesmos.

4. UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA EM NÚMEROS

Neste capítulo serão apresentados os dados relacionados aos alunos que se manifestaram, via SaeWeb, intenção de requisitar os auxílios Alimentação, Moradia e Socioeconômico/Permanência de forma simultânea decorrentes do PNAES, escolhemos esses estudantes como parte central do nosso estudo tendo em vista que, a priori, eles são os alunos que mais necessitam dos auxílios, susceptíveis então, a maior sensibilidade quando da alteração de qualquer variável do programa. Serão exibidas informações no intuito de deixar claro quem são esses estudantes, qual o perfil predominante entre eles, qual o curso com maior representação de alunos, o gênero dos estudantes e elementos adicionais dos graduandos que

acreditam estar aptos a participar deste programa e que de alguma forma se relacionam com os dados oferecidos anteriormente, proporcionando assim maior familiaridade e possibilitando uma análise mais detalhada de todo o panorama aqui envolvido.²³

4.1 CARACTERÍSTICAS SÓCIO DEMOGRÁFICAS DOS ESTUDANTES

A Tabela 4 exibe os números obtidos após análise das informações disponibilizadas pelo Centro de Informática da UnB (CPD) em sua extração de dados. O número de interessados anualmente representa a quantidade de alunos que demonstraram via SaeWeb intenção de requerer os auxílios Alimentação, Moradia e Socioeconômico concomitantemente naquele ano, podendo este mesmo estudante ter sido selecionado, aderindo então ao programa, ou não.²⁴

Tabela 4 - Evolução no número de interessados

Ano	Número de interessados aos 3 auxílios simultâneos	Total de alunos beneficiados pelo PNAES	Representatividade frente ao PNAES (%)	Incremento (%) interessados ano a ano	Total de alunos da graduação	Representatividade dos interessados (3 auxílios) frente a graduação (%)	Representatividade do PNAES frente a graduação (%)
2011	347	1559	22,3%		26759	1,3%	5,8%
2012	576	2726	21,1%	66,0%	29565	1,9%	9,2%
2013	438	3352	13,1%	-24,0%	32765	1,3%	10,2%
2014	301	4130	7,3%	-31,3%	29837	1,0%	13,8%
2015	636	4718	13,5%	111,3%	33836	1,9%	13,9%
2016	896	5263	17,0%	40,9%	37174	2,4%	14,2%

Fonte: Centro de Informática UnB e Diretoria de Desenvolvimento Social

Elaborado pelo Autor

As informações apresentadas demonstram que entre os anos de 2011 e 2016 o contingente de alunos que demonstraram intenção de aderirem ao PNAES solicitando os auxílios Alimentação, Moradia e Socioeconômico de forma simultaneamente mais que dobrou, passando de 347 para 896 em 6 anos e apesar disso, pode-se notar que a série não é crescente durante todo o período, ocorrendo um decréscimo nos anos de 2013 e 2014, com percentuais de 24% e 31,3% respectivamente, porém, devido ao expressivo salto ocorrido de 2014 para

²³ Optamos por trabalhar os dados disponibilizados pelo Centro de Informática da UnB (CPD), pois este departamento forneceu informações sólidas e em formato mais propício ao tratamento de grande volume de dados. Estamos cientes de possíveis divergências entre o quantitativo de beneficiários fornecidos pelo CPD e outros departamentos da UnB, porém acreditamos que tais divergências não inviabilizam este estudo, tão pouco o tornam carente de credibilidade.

²⁴ Os graduandos são acompanhados a partir de sua primeira manifestação de intenção em aderir aos 3 benefícios, não sendo contabilizados ou analisados em duplicidade em decorrência de eventual preenchimento de novo formulário via SaeWeb.

2015, o qual anotou uma ampliação de 111,3% no total de alunos, a média geral foi positiva, alcançando a marca absoluta de 32,6% de crescimento.

Considerando o total de alunos que evidenciaram sua vontade aos 3 auxílios decorrentes do PNAES concomitantemente e o número de alunos na graduação na Universidade de Brasília, o maior percentual acontece no ano de 2016, seus 896 discentes representaram um total de 2,4% dos alunos de graduação da UnB, seguido pelos anos de 2012 e 2015 no qual esses alunos importavam 1,9% da graduação, já na outra ponta, 2014 foi o ano com menor percentual de alunos nessa situação, os 301 estudantes expressavam apenas 1% do total, acontecendo em 2013 e 2011 o segundo menor quantitativo, com 1,3%.

Nota-se que o crescimento percentual de alunos se dá também quando analisamos o número abrangido pelo PNAES na UnB em relação ao número de graduandos nesta universidade, inicialmente com 5,8% dos graduandos abarcados pelo programa passando a estimar 14,2% de todos os graduandos ao final da série, apontando então para a ampliação de outros fatores ligados ao auxílio, tais como vimos anteriormente, um maior orçamento, maiores gastos indiretos, entre outros fatores.

No que concerne ao total de alunos com intento aos 3 auxílios simultaneamente e o número de alunos abrangidos pelo PNAES, o comportamento apresentado se mostra hora crescente hora decrescente, decrescente nos anos de 2013 e 2014, voltando a crescer nos dois últimos anos do período em análise. O percentual de graduandos que almejam os 3 auxílios voltou a crescer em 2015, passando a marca de 13,5% para aquele ano, seguido de 17% para o ano seguinte, porém está aquém do valor apresentado no começo da série, 22,3% em 2011, dando a indicar que a percepção percentual de alunos com maior necessidade de auxílio dentre aqueles que necessitam de algum apoio tem diminuído com o passar dos anos.

Tabela 5 - Características dos alunos que ambicionam 3 auxílios simultâneos

Ano	Número de alunos que ambicionam 3 auxílios simultâneos	Homens	Percentual (%)	Mulheres	Percentual (%)	Idade Mínima	Idade Máxima	Idade Média	Moda	Mediana
2011	347	177	51,0%	170	49,0%	17	51	23	20	22
2012	576	289	50,2%	287	49,8%	17	52	23	20	21
2013	438	213	48,6%	225	51,4%	16	51	22	20	20
2014	301	146	48,5%	155	51,5%	17	53	22	19	21
2015	636	320	50,3%	316	49,7%	16	54	22	20	21
2016	896	471	52,6%	425	47,4%	17	57	24	27	22

Fonte: Centro de Informática UnB e Diretoria de Desenvolvimento Social
Elaborado pelo Autor

Os dados se mostraram bastante homogêneos em relação ao gênero dos alunos que fazem parte deste grupo, a maior diferenciação ocorreu no ano de 2016 quando 52,6% dos participantes eram homens e 47,3% eram mulheres, porém nada expressivo, a diferença foi de apenas 46 graduandos. Nos demais anos analisados a distinção entre a distribuição de homens e mulheres se mostrou igual ou inferior a 3%, independentemente do número de participantes em estudo naquele ano, ocorrendo em 2012 a diferença de apenas 2 homens a mais que mulheres.

Na análise de gênero dos graduandos em estudo, não foi apresentada grande variação quando comparado aos dados da Universidade de Brasília como um todo, em relação ao divulgado pelos Anuários Estatísticos da UnB, neles são exibidos os percentuais relativos ao ingresso de 48,2%, 49,9%, 49,8%, 52,8%, e 50,8% mulheres e 51,8%, 50,1%, 50,2%, 47,2% e 49,2% homens, nos anos de 2015, 2014, 2013, 2012 e 2010 respectivamente, não culminando em grande distorção da média apresentada nos anos de 2011 a 2016 para os alunos em exame, onde a participação média é de 50,2% homens e 49,8% mulheres²⁵.

Outro fator que não apresentou grande mutação com o decorrer do tempo foi a idade dos alunos que se julgam aptos ao programa, a idade mínima dos alunos que demonstraram interesse aos 3 programas simultaneamente nos 6 anos estudados foi de 16 anos, não divergindo da idade mínima de ingresso na UnB, já idade máxima apresentada foi de 57 anos que ocorreu em 2016, não fugindo a média do período, a qual girou em torno de 53 anos de idade. Embora haja grande amplitude em relação a idade de 16 e 57 anos dos discentes que almejavam esses auxílios, a média geral apresentou-se no patamar dos 22,6 anos para a amostra analisada durante todos os 6 anos, não sendo muito diferente para cada ano em particular.

Os estudantes apresentaram a idade de 20 anos um maior número de vezes, em 5 dos 6 anos discutidos essa foi a idade que mais apareceu, decaindo para 19 em 2014. Outro indicador que não apresentou surpresa foi a mediana, durante o período pesquisado em 3 oportunidades ela se mostrou na faixa dos 21 anos, variando para 22 e 20 anos, o que ajuda a demonstrar que a presença dos jovens até 22,6(média) é bastante presente.

O observado nos dados extraídos pelo CPD também não é estranho aquilo que é apresentado pelos Anuários Estatísticos da UnB, neles é possível notar para o ano de 2015 que 3,6% dos ingressantes na Universidade de Brasília possuíam até 18 anos de idade, 2014 com 6,4%, enquanto no ano de 2013 esse percentual era de 37,5%, em 2012 com 42,7% e 2010

²⁵ Conforme é possível observar toda a evolução no Apêndice A.

sendo representado com 10,3%, corroborando o fato da idade mínima de alguns dos graduandos que intencionaram pelos benefícios se encontrar na casa dos 16 e 17 anos.

No tocante a idade máxima dos ingressantes da graduação, em 2015 tiveram sua matrícula efetuada 254 alunos com 45 anos ou mais, importando em 2,6% do total para aquele ano, ocorreram o ingresso de 323 alunos 2014, representando 3% dos alunos ingressantes, 2013 o número de alunos nessa faixa de idade foi de 197 o que gera 2,2% do total, já em 2012 admitiu-se 114 pessoas concebendo 1,3% e em 2010 tivemos 158 graduandos, ou seja, 1,9%, o que acaba por refletir na participação dessas pessoas no intento ao programa PNAES. Podemos perceber a existência de estudantes nessa faixa etária em todos os anos em estudo, representando em média 0,83% dos requisitantes, dos quais 37,4% são mulheres e 62,6% são homens. Não esperávamos, em um primeiro momento, a ocorrência tão presente destes estudantes, tendo em vista os objetivos definidos para o PNAES, a assistência a alunos de baixa renda visando mantê-los na universidade, acreditava-se que o programa não alcançaria tal público, porém os números mostraram que o programa tem se expandido e atingindo todas as idades na graduação. Vale salientar que a DDS não faz uso do critério idade para eliminar concorrentes quando da seleção de vagas aos auxílios, estando presente o critério de não poder possuir um diploma de graduação.

Os anuários estatísticos da UnB também apresentaram como faixa com maior abrangência de alunos aquela que permeia entre 19 a 24 anos, com percentuais sempre acima dos 40% de representação, destacando-se 73,4% dos alunos em 2015 e 71,8% em 2010, dos quais 51% em média são mulheres, não fugindo ao encontrado nos dados em análise²⁶ apresentando como banda de maior participação a que contém as idades de 19 a 24 anos, com 50,2% de mulheres em média, realçando ainda mais dos possíveis requerentes ao programa e seu espelhamento frente ao quadro de graduandos da Universidade de Brasília.

²⁶ Ver Apêndice A para maior aprofundamento dos dados.

Tabela 6 - Distribuição por campus dos graduandos interessados

	Total de intenções	Darcy Ribeiro	%	Alunos na Graduação Campus Darcy Ribeiro (%)	Gama	%	Alunos na Graduação Campus Gama (%)	Planaltina	%	Alunos na Graduação Campus Planaltina (%)	Ceilândia	%	Alunos na Graduação Campus Ceilândia (%)
2011	347	279	80,4	- *	22	6,3	- *	28	8,1	- *	18	5,2	- *
2012	576	451	78,3	86,3	42	7,3	4,8	48	8,3	3,8	35	6,1	5,2
2013	438	321	73,3	85,4	31	7,1	5,6	55	12,6	3,7	31	7,1	5,3
2014	301	189	62,8	85,2	22	7,3	5,8	66	21,9	3,3	24	8,0	5,7
2015	636	458	72,0	84,6	67	10,5	6,1	69	10,8	3,4	42	6,6	5,9
2016	896	625	69,8	- *	99	11,0	- *	127	14,2	- *	45	5,0	- *

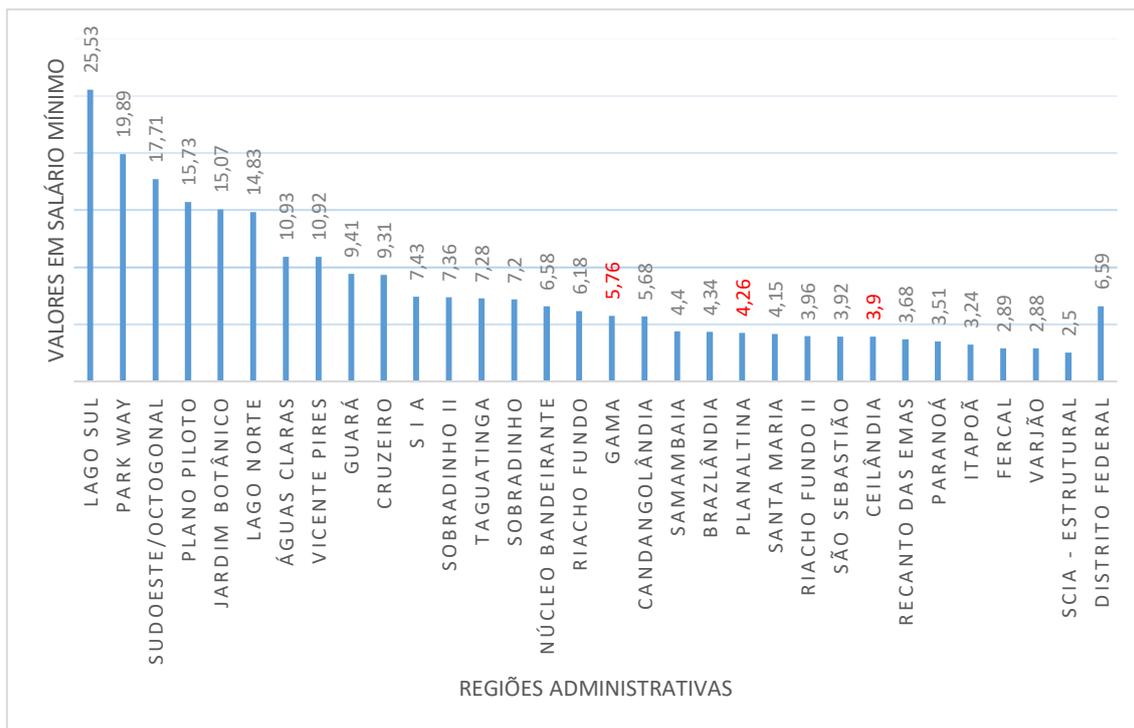
Fonte: Centro de Informática UnB, Anuário Estatístico UnB 2011, 2013, 2014, 2015 e 2016

* Não foi encontrado ou publicado o dado em questão, inclusive através de Anuário Estatístico UnB
Elaborado pelo Autor

A distribuição dos alunos que evidenciaram interesse aos Auxílio Alimentação, Moradia e Socioeconômico se dá pelos 4 câmpus da UnB, sua grande maioria se encontra no Campus Darcy Ribeiro, o que já era esperado uma vez que este campus apresenta, nos 4 anos de dados disponíveis, um percentual sempre acima de 84,6% dos alunos de graduação da Universidade de Brasília, estando ali alocados em média 72,8% dos alunos dessa amostra. Planaltina conta com aproximadamente uma média de 12,6% do total de interessados, valor bastante superior ao montante de alunos de graduação desse campus quando comparado a UnB como um todo, campus que tem em média 3,6% dos alunos.

A Faculdade do Gama também tem maior expressão percentual quando observamos sua participação na demanda pelo PNAES frente a graduação como um todo, o mesmo ocorrendo para a Faculdade de Ceilândia, onde os percentuais se encontram perto de 8,3% e 6,3% respectivamente, quando sua participação na graduação encontra números próximos de 5,6% e 5,5% respectivamente. Fato este que dá suporte às pesquisas sobre renda no Distrito Federal, tendo em vista que as famílias residentes em setores administrativos mais distantes do Plano Piloto de Brasília têm em média renda *per capita* menores do que aqueles que se encontram próximos ao campus Darcy Ribeiro, conforme expresso no Gráfico 8 extraído da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio do Distrito Federal (PDADDF 2015).

Gráfico 8 – Renda domiciliar média mensal segundo Regiões Administrativas do Distrito Federal - 2015



Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio do Distrito Federal (PDADDF – 2015)

É possível notar que as regiões do Gama, Planaltina e Ceilândia se encontram na metade com menor renda dentre as regiões apresentadas, destacando-se negativamente a região de Ceilândia, onde seus habitantes possuem em média renda 6,5 vezes inferior a região com maior renda.

Quando então, concentramos nossa pesquisa em cada área de estudo dos cursos frequentados por esses alunos, no quantitativo e gênero desses graduandos em específico, obtemos uma distribuição conforme a Tabela 7,

Tabela 7 - Distribuição por área do curso

	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%
Número de Cursos	70	88,6	73	91,1	73	92,4	63	79,7	73	92,4	77	97,5
Cursos - Biomédicas	12	92,3	12	92,3	12	92,3	11	84,6	13	100,0	13	100,0
Cursos - Ciências Exatas	24	85,7	27	96,4	28	100,0	23	82,1	26	92,9	27	96,4
Cursos - Ciências Humanas	34	89,5	34	86,8	33	86,8	29	76,3	34	89,5	37	97,4
Número de alunos - Biomédicas	15	4,3	37	6,4	24	5,5	20	6,6	42	6,6	49	5,5
Número de alunas - Biomédicas	32	8,9	51	8,8	37	8,4	22	7,3	64	10,0	87	9,8
Número de alunos - Ciências Exatas	69	19,8	120	20,6	80	18,2	53	17,6	127	19,9	204	22,8
Número de alunas - Ciências Exatas	41	11,7	71	12,3	67	15,3	50	16,6	87	13,7	118	13,2
Número de alunos - Ciências Humanas	93	26,9	132	23,0	109	25,1	73	24,3	151	23,9	218	24,3
Número de alunas - Ciências Humanas	97	28,4	165	28,9	121	27,6	83	27,6	165	25,9	220	24,4

Fonte: Centro de Informática UnB - Elaborado pelo Autor
Elaborado pelo Autor

Os alunos estiveram espalhados por 79 cursos diferentes durante o período analisado, contando com 70 cursos distintos em 2011, 73 em 2012, 2013 e 2015, 63 em 2014 e 77 em 2016 dentre aqueles oferecidos pela UnB, a qual contava com 136, 138, 161, 154 e 155 cursos diurnos e 32, 35, 35, 31 e 30 cursos noturnos entre os anos de 2011 a 2015 respectivamente, distribuídos nos 4 câmpus. Os cursos desses estudantes estão repartidos nas áreas de Exatas, apresentado por 28 cursos nesta área, Biomédicas contando com 13 cursos e Ciências Humanas que é representado em 38 cursos.

O número de cursos ao longo dos anos tem variado entre 63 e 77 anualmente, encontrando menor variação no ano de 2014. As áreas são representadas em média anual por 12 cursos de Biomédicas, 25 de Exatas e 33 de Ciências Humanas.

A área de Biomédica assim como a de Ciências Humanas tem maior percentual de mulheres, em média 8,9% e 27,1% do total de graduandos estão neste recorte, ou seja, uma média anual de 49 e 141 alunas, respectivamente, em oposição a 5,8% e 24,6% de homens, que são 31 e 129 estudantes, por outro lado, os cursos de Exatas possuem um quantitativo médio de homens superior ao de mulheres, com 19,8%, aproximadamente 109 homens anualmente contra 13,8% mulheres, algo em torno de 72.

O número de alunas que fazem parte das Ciências Humanas é o com maior representatividade entre os alunos em exame, em nenhum momento seu percentual foi inferior a 24%, encontrando sua maior participação no ano de 2012 quando 28,9% dos graduandos em estudo eram mulheres e da área de Humanas. Em contrapartida, os homens que integram a área de Biomédicas são a parcela com menor representatividade durante todo o período 4,3% em 2011 e nunca ultrapassando o máximo de 6,6% alcançado nos anos de 2014 e 2015.

A Tabela 8A, 8B e 8C²⁷ a seguir mostra os 10 cursos com maior participação percentual na amostra dos alunos que buscavam os 3 auxílios simultâneos.

Tabela 8A - Cursos com maior número de demandantes aos auxílios

Curso	2011						2012					
	Total de alunos com intenção aos 3 auxílios por curso	% do curso em relação ao total de alunos	H	% de H	M	% de M	Total de alunos com intenção aos 3 auxílios por curso	% do curso em relação ao total de alunos	H	% de H	M	% de M
Agronomia	14	4,0	6	42,9	8	57,1	27	4,7	13	48,1	14	51,9
Ciências Naturais	9	2,6	3	33,3	6	66,7	16	2,8	9	56,3	7	43,8
Ciências Sociais	16	4,6	8	50,0	8	50,0	25	4,3	11	44,0	14	56,0
Enfermagem	10	2,9	4	40,0	6	60,0	21	3,6	9	42,9	12	57,1
Engenharia Florestal	12	3,5	4	33,3	8	66,7	17	3,0	4	23,5	13	76,5
Gestão Ambiental	7	2,0	5	71,4	2	28,6	11	1,9	8	72,7	3	27,3
Gestão do Agronegócio	11	3,2	8	72,7	3	27,3	11	1,9	7	63,6	4	36,4
Letras	23	6,6	11	47,8	12	52,2	40	6,9	15	37,5	25	62,5
Pedagogia	17	4,9	3	17,6	14	82,4	25	4,3	3	12,0	22	88,0
Serviço Social	9	2,6	3	33,3	6	66,7	14	2,4	4	28,6	10	71,4
Total Geral	347						576					

Fonte: Centro de Informática UnB
Elaborado pelo Autor

Tabela 8B - Cursos com maior número de demandantes aos auxílios

Curso	2013						2014					
	Total de alunos com intenção aos 3 auxílios por curso	% do curso em relação ao total de alunos	H	% de H	M	% de M	Total de alunos com intenção aos 3 auxílios por curso	% do curso em relação ao total de alunos	H	% de H	M	% de M
Agronomia	21	4,8	13	61,9	8	38,1	9	2,99	2	22,2	7	77,8
Ciências Naturais	19	4,3	6	31,6	13	68,4	27	8,97	13	48,1	14	51,9
Ciências Sociais	11	2,5	5	45,5	6	54,5	8	2,66	2	25,0	6	75,0
Enfermagem	8	1,8	3	37,5	5	62,5	10	3,32	4	40,0	6	60,0
Engenharia Florestal	12	2,7	6	50,0	6	50,0	8	2,66	3	37,5	5	62,5
Gestão Ambiental	21	4,8	11	52,4	10	47,6	20	6,64	9	45,0	11	55,0
Gestão do Agronegócio	15	3,4	4	26,7	11	73,3	17	5,65	7	41,2	10	58,8
Letras	18	4,1	10	55,6	8	44,4	15	4,98	9	60,0	6	40,0
Pedagogia	15	3,4	3	20,0	12	80,0	4	1,33	0	0,0	4	100,0
Serviço Social	21	4,8	7	33,3	14	66,7	15	4,98	3	20,0	12	80,0
Total Geral	438						301					

Fonte: Centro de Informática UnB
Elaborado pelo Autor

²⁷ Para maior detalhamento de informações, consultar Apêndice B.

Tabela 8C - Cursos com maior número de demandantes aos auxílios

Curso	2015						2016					
	Total de alunos com intenção aos 3 auxílios por curso	% do curso em relação ao total de alunos	H	% de H	M	% de M	Total de alunos com intenção aos 3 auxílios por curso	% do curso em relação ao total de alunos	H	% de H	M	% de M
Agronomia	31	4,9	19	61,3	12	38,7	39	4,4	21	53,8	18	46,2
Ciências Naturais	20	3,1	7	35,0	13	65,0	28	3,1	14	50,0	14	50,0
Ciências Sociais	14	2,2	7	50,0	7	50,0	28	3,1	14	50,0	14	50,0
Enfermagem	22	3,5	9	40,9	13	59,1	21	2,3	4	19,0	17	81,0
Engenharia Florestal	14	2,2	5	35,7	9	64,3	22	2,5	10	45,5	12	54,5
Gestão Ambiental	25	3,9	12	48,0	13	52,0	20	2,2	8	40,0	12	60,0
Gestão do Agronegócio	22	3,5	9	40,9	13	59,1	43	4,8	23	53,5	20	46,5
Letras	37	5,8	14	37,8	23	62,2	34	3,8	11	32,4	23	67,6
Pedagogia	17	2,7	3	17,6	14	82,4	19	2,1	3	15,8	16	84,2
Serviço Social	24	3,8	4	16,7	20	83,3	26	2,9	3	11,5	23	88,5
Total Geral	636						896					

Fonte: Centro de Informática UnB
Elaborado pelo Autor

O curso com maior participação durante o tempo em estudo é o de Letras, o qual apresentou o montante de 23, 40, 18, 15, 37 e 34 estudantes entre 2011 e 2016 respectivamente, demonstrando em média uma participação de 5,4% no total de estudantes para cada ano, este curso apresentou ainda em média 45,2% de homens e 54,8% de mulheres, nunca contando com um percentual inferior a 32,4% de homens tão pouco com contribuição superior a 60%, esses graduandos têm em média a idade de 24 anos, idade mínima de 17 e máxima de 52.

O decimo curso com maior participação é o de Engenharia Florestal, contando em média com a participação de 2,7% dos alunos, possuindo em média 22 anos, o aluno com menor idade a fazer parte dessa turma de graduandos cursando Eng. Florestal possui 17 anos e o com mais idade tem 34. Em relação ao gênero dos participantes, em média 37,6% são homens e 62,4% mulheres, um fato atípico para os cursos de engenharia.

Assim, ao focarmos nos dados dos 10 cursos mais representativos, vemos que em média eles possuem uma participação de 3,7% cada um, com uma porcentagem média de 39,7% de homens e 60,3% de mulheres, a idade mínima está na casa dos 16 e 17 anos, enquanto a idade máxima é de 54 anos, com a idade média de 22 anos por graduando.

4.2 COMPORTAMENTO DOS INTERESSADOS

4.2.1 DESLIGAMENTO FRENTE A UNB

A Tabela 9, abaixo, relaciona o ano de interesse aos 3 auxílios do programa PNAES com o ano de desvinculação dos alunos ali relacionados na Universidade de Brasília²⁸.

Tabela 9 - Forma de desvinculação da UnB

	2011	% no Ano	2012	% no Ano	2013	% no Ano	2014	% no Ano	2015	% no Ano	2016	% no Ano	Total
Desligamento - Abandono	0	0,0%	3	3,9%	8	5,7%	14	5,7%	19	6,6%	17	4,2%	61
Desligamento - não cumpriu condição	0	0,0%	18	23,7%	47	33,6%	69	28,0%	49	17,1%	58	14,5%	241
Desligamento Jubilamento	0	0,0%	1	1,3%	0	0,0%	2	0,8%	0	0,0%	3	0,7%	6
Desligamento Voluntário	1	14,3%	8	10,5%	3	2,1%	9	3,7%	4	1,4%	26	6,5%	51
Desligamento-Força de Convênio	1	14,3%	1	1,3%	2	1,4%	2	0,8%	2	0,7%	1	0,2%	9
Formatura	1	14,3%	26	34,2%	50	35,7%	107	43,5%	168	58,5%	231	57,6%	583
Novo Vestibular	4	57,1%	17	22,4%	19	13,6%	22	8,9%	34	11,8%	48	12,0%	144
Reprovou 3 vezes na mesma disciplina obrigatória	0	0,0%	1	1,3%	8	5,7%	17	6,9%	8	2,8%	11	2,7%	45
Transferência	0	0,0%	0	0,0%	2	1,4%	2	0,8%	2	0,7%	2	0,5%	8
Outros	0	0,0%	1	1,3%	1	0,7%	2	0,8%	1	0,3%	4	1,0%	9
Total de desvinculações anuais	7	100,0%	76	100,0%	140	100,0%	246	100,0%	287	100,0%	401	100,0%	1157
Alunos Ativos	66		174		230		196		517		854		2037

Fonte: Centro de Informática UnB - Elaborado pelo Autor
Elaborado pelo Autor

Primeiramente vale conceituar algum das expressões usadas na Tabela 9 e Apêndice C, que segundo SAA²⁹ são:

- Desligamento por abandono de curso: aplica-se ao aluno que, durante um período letivo, não tenha se matriculado em disciplina para aquele período, ou que, embora matriculado, obteve reprovação em todas as disciplinas com menção SR, ou seja, obteve nota zero ou faltou mais que 25% das aulas.
- Desligamento por Jubilamento: Segundo a SAA, trata-se da exclusão do cadastro de discente como resultado do esgotamento do tempo máximo previsto pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) para conclusão do curso.
- Desligamento por Não-Cumprimento de Condição: Forma de exclusão do cadastro discente da UnB aplicada ao aluno que, tendo sido anteriormente identificado como provável desligado por rendimento acadêmico ou por tempo

²⁸ Para melhor detalhamento e expansão dos dados verificar Apêndice C.

²⁹Fonte: <<http://www.saa.unb.br/desligamento>>

<<http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/viewFile/6814/5477>>. Acesso em 20 mai. 2017.

de permanência, não tenha cumprido, no decorrer do(s) período(s) fixado(s), a condição que lhe foi imposta pelos órgãos colegiados.

- Desligamento Voluntário: desligamento que ocorre por iniciativa do aluno visando se desvincular da Universidade em determinado curso.
- Transferência: Forma de exclusão do cadastro discente da UnB aplicada ao aluno que, por iniciativa própria, mediante solicitação formal e apresentação de declaração de reserva de vaga, tenha assegurada a sua admissão por transferência facultativa ou obrigatória em outra instituição de ensino superior, nacional ou estrangeira, para continuação de estudos.
- Desligamento por força de Convênio: categoria na qual o aluno é transferido da instituição de maneira obrigatória ou facultativa em decorrência de convênio.

Inicialmente é possível notar que existem alunos ativos em todos os anos em comento, alunos que demonstraram interesse no programa nos anos de 2011 e 2012, em número de 66 e 174 respectivamente, ainda se encontram na graduação, apesar de terem ultrapassado a média de 4 anos necessários à obtenção de diploma nesta universidade. Verificamos também que 230, 196, 517 e 854 estudantes requereram o programa via SaeWeb nos anos de 2013 a 2016 respectivamente e ainda se encontram como ativos para a universidade, portanto passíveis de maiores estudos, pesquisas e aprofundamento.

Apesar dos objetivos expressos no Decreto 7.234 que visam dar condições de igualdade ao estudante universitário a fim de mantê-lo na instituição até a sua graduação, podemos observar que o número de desvinculações da UnB, descontados aqueles que alcançaram seu objetivo, a obtenção do diploma, tem aumentado com o passar do tempo, com exceção para o ano de 2015. A série 6, 50, 90, 139, 119 e 170 mostra a evolução ocorrida de 2011 a 2016, vemos que a diferença entre o primeiro ano e o último é expressiva, quando consideramos o percentual que ela representa em relação ao total de demanda pelos 3 auxílios no programa para aquele ano, há um salto de 1,7% para 18,9% aproximadamente, levantando a hipótese de que uma porção maior de alunos desejosos por serem abrangidos no programa não tiveram seu intento atendido ou caso satisfeito, não tiveram suas necessidades supridas a ponto de ter condições para concluir sua formação.

Outro fato que podemos extrair dos dados³⁰ é o quantitativo de alunos que deixam a UnB no mesmo ano de demonstrar interesse pelo PNAES, foram 147 estudantes que tiveram

³⁰ Ver Apêndice C.

seu vínculo com a universidade encerrado nestas circunstâncias, dos quais somente 30 foram em decorrência de formatura. A existência de 30 alunos que ainda tencionavam solicitar o auxílio aos 3 programas já na eminência de se formar nos leva a questionar a real necessidade do graduando que está em seu último ano de graduação ter concedida ou não uma bolsa que abrangesse os 3 auxílios aqui estudados. Para os outros 118 graduandos há diversos fatores que podem ter levado o aluno a deixar a universidade, inclusive as hipóteses de que o programa se fazia de extrema necessidade ou mesmo após sua adesão ele não estabeleceu condição suficiente para fazê-lo permanecer na instituição.

Números que realçam o expressado anteriormente são os que representam o Desligamento por Abandono e o Voluntário, ambos somam um total de 112 desistências, se destacando os 26 desligamentos Voluntários de 2016 e os 19 Abandonos de 2015, ambos representando mais de 30% do total em sua respectiva categoria.

No tocante aquilo que demonstra desligamento da universidade em decorrência do desempenho escolar, temos os dados referentes ao Jubilamento e a Reprovação 3 vezes na mesma matéria obrigatória, consecutivas ou não. Os números que expressam Jubilamento se mostraram baixos, nunca superiores a 3 ocorrências ao ano, contudo a desvinculação da universidade decorrente de 3 Reprovações na mesma matéria é considerável, ao todo 45 alunos foram desligados na UnB em consequência desse fato, destacando-se 2014 e 2016 com 17 e 11 estudantes.

Esses números vêm de encontro ao salientado pelo decreto instituidor do PNAES, onde lê-se claramente no parágrafo único do Art. 4º que o programa deve contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, evitando a retenção e evasão. Ainda que não se possa dizer que o montante apresentado seja de grande expressão, é tangente a sua existência mesmo diante dos esforços realizados, desencadeando, portanto, o questionamento quanto aos meios empregados no momento, a possibilidade de melhorias do programa PNAES e de sua seleção dentro da Universidade de Brasília, seja no tocante a forma como se dá emprego financeiro, a abordagem pedagógica utilizada ou outro meio que vise amparar a lacuna aqui existente.

4.2.2 TEMPO ATÉ A INTENÇÃO DE SOLICITAÇÃO DE AUXÍLIO

A seguir, a Tabela 10 nos mostra o tempo em que o aluno leva até demonstrar o interesse aos 3 auxílios, proporcionando, a nós, uma perspectiva de quão urgente é sua necessidade de subsídio após ingressar na Universidade de Brasília.

Tabela 10 - Tempo até demonstrar interesse aos 3 auxílios

Tempo até solicitação	Ano de interesse aos auxílios												
	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	Média
Imediatas	140	40,3%	147	35,6%	172	53,1%	100	44,4%	283	52,6%	351	51,3%	46,2%
0,5 anos	29	8,4%	69	16,7%	47	14,5%	34	15,1%	60	11,2%	73	10,7%	12,8%
1 ano	34	9,8%	39	9,4%	30	9,3%	15	6,7%	47	8,7%	50	7,3%	8,5%
1,5 anos	42	12,1%	42	10,2%	22	6,8%	15	6,7%	36	6,7%	37	5,4%	8,0%
2 anos	29	8,4%	33	8,0%	8	2,5%	29	12,9%	33	6,1%	38	5,6%	7,2%
2,5 anos	23	6,6%	21	5,1%	13	4,0%	8	3,6%	24	4,5%	50	7,3%	5,2%
3 anos	14	4,0%	18	4,4%	11	3,4%	11	4,9%	20	3,7%	23	3,4%	4,0%
3,5 anos	11	3,2%	9	2,2%	7	2,2%	5	2,2%	8	1,5%	16	2,3%	2,3%
4 anos	8	2,3%	11	2,7%	4	1,2%	5	2,2%	10	1,9%	20	2,9%	2,2%
4,5 anos	8	2,3%	15	3,6%	3	0,9%	1	0,4%	8	1,5%	17	2,5%	1,9%
5 anos ou mais	9	2,6%	9	2,2%	7	2,2%	2	0,9%	9	1,7%	9	1,3%	1,8%
Total	347	100,0%	413	100,0%	324	100,0%	225	100,0%	538	100,0%	684	100,0%	100,0%

Fonte: Centro de Informática UnB - Elaborado pelo Autor

Elaborado pelo Autor

Os dados da Tabela 10 revelam que mais de um terço dos estudantes que evidenciaram sua intenção aos 3 benefícios simultâneos o fizeram assim que ingressaram na UnB, sucedendo em 3 oportunidades uma ocorrência de mais de 50% das solicitações naquele ano serem de alunos que acabaram de entrar para a graduação. Podemos notar que, em média, 46,2% dos graduandos agem da mesma forma, indício de que a necessidade dos alunos por algum tipo de suporte que os auxiliem em permanecer na universidade é de fato concreta e determinante.

A segunda maior taxa de demanda ocorre para aqueles que esperaram por um semestre para então manifestar seu interesse, tempo que consideramos natural, tendo em vista que o aluno ainda está se habituando com o ambiente universitário, assim como também pode se tratar de um período em que o aluno está se informando acerca dos programas e suportes fornecidos pela universidade. Em média 12,7% dos graduandos levam o tempo de um semestre para se escreverem, ocorrendo em 2012 o maior percentual de alunos nessas circunstâncias, embora o quantitativo de alunos tenha sido maior em 2016, quando 73 alunos se inscreveram após um semestre de graduação.

Pesquisa semelhante realizada por Almeida (2013) na Universidade Federal do Paraná (UFPR) demonstrou que ao responderem o questionamento “Como acadêmico da UFPR, você tem conhecimento do PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil e suas principais diretrizes?” entre os alunos que eram beneficiados pelo PROBEM, programa que consiste num conjunto de ações visando a assistência estudantil na UFPR, 66,87% não conheciam o PNAES, enquanto entre os estudantes que não se beneficiavam de forma direta do PROBEM, o percentual de estudantes que não tinham conhecimento subia para 83,33%, reforçando a

necessidade de divulgação e ampliação de informações aos ingressantes das universidades públicas acerca da assistência existente aos alunos de baixa renda nestas universidades.

Podemos observar que o percentual médio de alunos que deixam claro seu interesse nos 3 auxílios é inversamente proporcional ao tempo em que ele adentrou na universidade, com um percentual de 46,3% de requerimento imediato, vemos que aqueles que peticionam após 5 anos tem aproximadamente 1,8% de representatividade, valor perto de 25 vezes inferior. O comportamento é sempre decrescente, porém não apresentando um padrão de decaimento que seja facilmente descrito.

Na grande maioria dos casos a faixa de idade com maior intenção por parte dos alunos, independentemente do tempo que ele demanda para solicitar o auxílio, é aquela compreendida entre 19 e 24 anos³¹, fato não surpreendente, tendo em vista o que foi expressado na Tabela 5, a qual verificou que nesta faixa etária se encontrava a média, moda e mediana de idade dos graduandos em estudo.

Os alunos com menos idade têm a tendência de não adiar sua demanda ao PNAES, boa parte dos alunos com até 18 anos de idade se expressam em no máximo 1 ano de graduação, cerca de 93,6%, e a maioria dentre eles tem seu intento ao programa demonstrado antes mesmo de completarem o primeiro semestre de estudos na UnB, um percentual médio de 71,7%. A predominância da pouca idade na faixa de demanda ao programa nos primeiros anos de universidade é um fato lógico, tendo em vista que com o passar dos anos na graduação o aluno se torna mais velho, impossibilitando-o assim de conseguir manter a pouca idade e manifestar interesse ao programa após longo período no ensino superior.

Por outro lado, a faixa etária dos 25 a 29 anos se mostrou bem representativa em qualquer dos tempos de solicitação, seja com petição imediata, logo que ingressa na universidade, seja com 4, 5 ou mais anos de graduação, sua participação média em todas as faixas é de 17,4% no período em estudo.

No que concerne ao tempo até a efetiva representação de interesse aos 3 auxílios e o período necessário para a obtenção do diploma. Segundo os dados do Anuário Estatístico da UnB 2016 a média mínima para formatura é de 8 semestre, variando entre 6 e 12 semestres dependendo do curso, enquanto a máxima tem sua média em 15 semestres, com amplitude de 10 a 20 semestres, dessa forma, um fato que nos chama a atenção é a solicitação de 447 alunos que contam com 2,5 anos ou mais de tempo após o ingresso na UnB, trata-se de uma representação de 17,3% dos estudantes que esperaram mais que a metade do tempo médio

³¹ Para maior familiaridade e pesquisa dos dados, verificar Apêndice D.

mínimo de conclusão do curso para darem a intenção de requerimento ao programa na forma em estudo, o que nos leva a questionar a necessidade real de tais alunos frente ao auxílio, em especial no recebimento de todos os 3 benefícios concomitantemente.

Os 155 alunos que após 4 anos de graduação, manifestaram interesse aos 3 auxílios simultâneos também levantam a dúvida anterior, visto que se mantiveram durante todo esse período sem a necessidade, que seja visível através dos dados que tivemos acesso, do auxílio fornecido de tal forma pelo PNAES.

Os 447 graduandos já mencionados, fariam jus a R\$465,00 do auxílio Socioeconômico e R\$530,00 Auxílio Moradia para aqueles que não usufruiriam da Casa do Estudante Universitário, já o Auxílio Alimentação é de difícil individualização, mas segundo o Relatório de Gestão 2016 a despesa com Auxílio Alimentação está entre os maiores gastos realizados por natureza de despesa, totalizando R\$27.375.000,00 no ano de 2015. Dessa forma prevemos um gasto estimado de R\$444.765,00 mensais com Moradia e Socioeconômico para esses 447 estudantes, sem contabilizar as despesas com alimentação e outras indiretas decorrentes dos auxílios. Diante de tais gastos uma análise desses graduandos em específico nos deixa pouco críveis de que todos eles dependeriam fundamentalmente do PNAES para permanecerem na universidade, tendo em vista sua lentidão em busca de assistência, acabando por nos levar a concluir que a concessão de um ou dois auxílios simultâneos de fato supriria a demanda do aluno, não necessitando, portanto, de ter seu nome entre aqueles que obteriam os 3 auxílios concomitantemente, realçando a necessidade de um crivo sério e bem planejado quando da concessão dos mesmos

Os dados demonstram ainda a existência de estudantes com idade acima de 45 anos que manifestaram interesse nos auxílios após 3 anos de graduação, assim como graduandos com mais de 35 e 40 anos nessa situação, acreditamos que o fator social seja relevante para uma sociedade que almeja alcançar níveis educacionais mais elevados, justificando até certa medida essas ações, contudo ao utilizarmos da perspectiva econômica, somos forçados a visualizar pouco retorno econômico para a sociedade na concessão de 3 auxílios a esses estudantes se comparados a concessão de benefícios a estudantes mais jovens.

4.2.3 ÍNDICE DE RENDIMENTO ACADÊMICO

O Índice de Rendimento Acadêmico (IRA) é um índice que avalia o desempenho do estudante ao longo do curso, sua composição é detalhada no Guia do Calouro de cada semestre e é expresso pela fórmula a seguir:

$$IRA = \left[1 - \frac{0,6 \times DTb + 0,4 \times DTp}{DC} \right] \times \frac{\sum_i Pi \times CRi \times Pei}{\sum_i CRi \times Pei}$$

Onde:

DTb = número de disciplinas obrigatórias trancadas

DTp = número de disciplinas optativas trancadas

DC = número de disciplinas matriculadas (incluindo as trancadas)

Pi = peso da menção (SS=5, MS=4, MM=3, MI=2, II=1, SR=0)

Pei = período em que uma dada disciplina foi cursada, obedecendo a seguinte limitação:
 $\min\{6, \text{período}\}$

CRi = número de créditos de uma dada disciplina

Calculado dessa forma o IRA pode variar de 0 a 5, e sua valor leva em consideração as menções obtidas, o número de créditos das disciplinas cursadas pelo aluno, bem como o trancamento de matérias obrigatórias e optativas.

O Guia do Calouro de 2017 deixa claro uma de suas utilidades para a UnB quando no item Critérios de Elaboração da pré-matrícula em disciplinas, enfatiza que um dos critérios de prioridade para fins de matrícula em disciplinas e turmas é o IRA: quanto mais alto o índice obtido pelo aluno maior prioridade terá quando da disputa por matrícula.

Dessa forma, o CPD disponibilizou dados acerca do IRA alcançados pelos alunos que manifestaram interesse nos auxílios Alimentação, Moradia e Socioeconômico simultaneamente provenientes do PNAES,

Tabela 11 - Desempenho acadêmico - IRA

	Abaixo da média		Acima da média		Total de alunos interessados
		%		%	
2011	108	31,1%	239	68,9%	347
2012	194	33,7%	382	66,3%	576
2013	151	34,5%	287	65,5%	438
2014	88	29,2%	213	70,8%	301
2015	186	29,2%	450	70,8%	636
2016	241	26,9%	655	73,1%	896

Fonte: Centro de Informática UnB

Elaborado pelo Autor

Os termos acima da média e abaixo da média utilizados nas Tabelas 11 e 12 têm como referência a média do curso em que o aluno se encontra matriculado na Universidade de Brasília

num determinado ano/semestre, trata-se, portanto, de um índice variável ao longo do tempo, ainda que sob a ótica de um mesmo curso.

Os dados demonstram que ao longo do período analisado não foi constatada grande alteração no percentual dos alunos que obtiveram um IRA abaixo da média, o maior percentual ocorreu em 2013 com 34,5% dos estudantes ficando aquém, neste quesito, do restante dos graduandos naquele momento, ocorrendo em 2016 o melhor aproveitamento, quando 26,9% dos alunos aqui analisados se encontravam abaixo da média do curso, fato animador, visto que o percentual de alunos abaixo da média tem se estabilizado ou mesmo decaído a partir de 2013, não levando em conta, aqui, o êxito ou não na demanda pelos benefícios por parte dos alunos.

Em geral, foi constatado que para todos os anos a média de alunos abaixo do patamar do seu curso em relação ao rendimento IRA foi de 30,8%, ou seja, quase um terço de todos os interessados estão com um rendimento inferior ao que é obtido pelos demais graduandos de sua unidade, valor bastante expressivo, tendo em vista que o PNAES se propõe a melhorar o desempenho acadêmico do aluno de ensino superior.

Quando fazemos então um recorte nos dados analisados acima para tomarmos como medida somente os alunos que ainda se encontram ativos, ou seja, aqueles que ainda fazem parte do corpo discente da UnB o conjunto agora em análise não se mostra muito diverso do quadro anterior,

Tabela 12 - Desempenho acadêmico alunos ativos - IRA

	Ativos - Abaixo da média	%	Ativos - Acima da média	%	Total de interessados Ativos
2011	19	28,8%	47	71,2%	66
2012	60	34,5%	114	65,5%	174
2013	52	22,6%	178	77,4%	230
2014	44	22,4%	152	77,6%	196
2015	129	25,0%	388	75,0%	517
2016	220	25,8%	634	74,2%	854

Fonte: Centro de Informática UnB

Elaborado pelo Autor

Para estes estudantes, temos que na média geral 26,7% deles estão abaixo da média do seu curso. O pior índice ocorre para aqueles que demonstraram seu interesse em 2012, quando 34,5% não acompanharam os demais estudantes nesse item em particular, valor 5,7% maior que o segundo pior desempenho, ocorrido no ano anterior. O resultado em questão pode ser, em parte, justificado pelo fato de que alunos que estão a mais tempo cursando a graduação provavelmente se matricularam em mais matérias do que aqueles que adentraram a pouco tempo na universidade, aumentando por consequência a chance de decaimento no seu IRA.

Ao contrário do expressado anteriormente, quando estudamos os graduandos ainda em atividade vemos que o percentual não está diminuindo com o passar dos anos, demonstrando um aumento de 91 alunos entre 2015 e 2016 representando um incremento de aproximadamente 70,5% em relação a 2015, indícios de que os alunos requerentes em atividade necessitam de alguma forma de amparo, desencadeando a urgência de reavaliação e melhorias dentro do ambiente desta universidade.

Uma pesquisa realizada pela DDS, destacada em seu site oficial³², revela o posicionamento dessa diretoria em relação aos alunos que se beneficiam com as assistências estudantis,

Compete também à DDS planejar e executar a política de assistência, visando oferecer o apoio necessário à permanência do aluno na UnB. Alunos de baixa renda assistidos pelos programas sociais da Universidade de Brasília (UnB) têm lugar de destaque na instituição: eles costumam estar no topo da excelência acadêmica, entre os melhores estudantes de seus cursos. É o que revela pesquisa da Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS), um dos braços do Decanato de Assuntos Comunitários (DAC). Elaborado com base no índice de Rendimento Acadêmico (IRA), que avalia o desempenho dos estudantes ao longo do curso, o estudo mostra que o IRA dos alunos de baixa renda é igual ou superior à média dos demais estudantes do curso. Graças ao apoio da UnB, o aluno pode ter diversos tipos de auxílio, o que lhe permite mais tempo para se dedicar a aprender. (Diretoria de Desenvolvimento Social - UnB³³)

Vale menção de que a DDS não esclarece qual o recorte da pesquisa citada, podendo abranger alunos que recebem de 1 a 3 auxílios simultâneos ao não, portanto com possibilidade de diferir, neste aspecto, do recorte de nossa pesquisa.

4.3 ALUNOS SELECIONADOS

Quando expandimos nossa análise sobre o desempenho acadêmico a partir do IRA dos graduandos, passando então aos estudantes que de fato receberam os 3 benefícios e os comparando aqueles que não tiveram seu intento provido, temos os seguintes resultados.

Tabela 13 - Alunos selecionados para recebimento dos auxílios

	Selecionados		Não selecionados	
IRA acima da média do curso	630	73,3%	1126	67,3%
IRA abaixo da média do curso	229	26,7%	2533	32,7%
Total	859	33,9%	1674	66,1%

Fonte: DDS e CPD

Elaborado pelo autor

³² Fonte: <<http://www.dds.unb.br/index2.php>>. Acesso em 21 mai. 2017.

³³ Fonte: <http://dds.unb.br/assistencia_estudantil.php>. Acesso em 18 fev. 2017.

Os dados apresentados na Tabela 13³⁴ mostra o número de alunos que foram selecionados ou não a partir da sua intenção demonstrada via SaeWeb em receber os benefícios Alimentação, Moradia e Socioeconômico concomitantemente e como tem sido seu desempenho escolar quando comparado com os demais integrantes de seu curso.

Podemos ver que entre o número total de graduandos dessa amostra, cerca de 33,9% tiveram sua pretensão satisfeita, obtendo os 3 auxílios na forma desejada, contudo um montante de 66,1% dos discentes em estudo não foram selecionados para receberem todos os auxílios conforme desejavam, havendo a possibilidade de esses estudantes terem em parte conseguido aquilo que almejavam, ou seja, foram nomeados para receberem 1 ou 2 auxílios simultâneos, conforme seleção e avaliação realizada pela DDS.

Observa-se que o percentual de alunos acima da média do seu curso entre aqueles que foram selecionados (73,3%) é maior do que o percentual entre os alunos que não o foram (67,3%) resultando em uma diferença de aproximadamente 6%, levando-nos a acreditar que o benefício, mesmo que em percentuais não tão representativos, faz sim diferença no desempenho acadêmico dos estudantes, dando maior suporte e estabilidade ao discente, refletindo em sua performance nos estudos.

Os números apontam também a existência consistente de estudantes que se encontram abaixo da média, mesmo entre os estudantes que receberam todo o suporte proporcionado pelo PNAES na UnB, vemos que mais de um quarto dos estudantes se encontram aquém da média do seu curso (26,7%), esse número é ampliado para um total de 32,7%, quase um terço dos estudantes, quando olhamos para os alunos que não tiveram seu desejo realizado de forma integral. Esses dados nos levam a interpretação de que há lacunas e possibilidades dentro da Universidade de Brasília, um trabalho que incida neste aspecto com a finalidade específica de melhorar o desempenho acadêmico do aluno de graduação pode vir a dar grandes resultados, melhorando, talvez, tanto o nível de conhecimento final do graduando após sua formação como também a classificação da universidade frente ao ranking de universidades.

Quando então focamos nossa atenção ao quantitativo de anos que esses estudantes permaneceram usufruindo do programa, na forma em estudo até aqui, temos que:

³⁴ O período aqui analisado é entre os anos de 2013 e 2016, o qual foi disponibilizado pela DDS, infelizmente os dados pertinentes aos anos de 2011 e 2012 não se encontravam disponíveis.

Tabela 14 - Tempo de recebimento e aproveitamento do estudante

Período como beneficiado	Número de graduandos	%	Alunos com IRA acima da média	%
1 ano	327	38,1%	230	70,34%
2 anos	138	16,1%	97	70,29%
3 anos	247	28,8%	194	78,54%
4 anos	147	17,1%	109	74,15%

Fonte: DDS e CPD

Elaborado pelo autor

A tabela 14 nos permite constatar que um maior número de alunos (327) permanece recebendo os 3 auxílios por apenas um ano, representando um total de 38,1% da amostra, embora a Avaliação Socioeconômica seja válida pelo período de 4 semestres. Vemos também que 45,9% desses estudantes recebem o benefício por um período maior que a metade do curso, que em média tem duração de 4 anos, destacando-se os 17,1% que tiveram o auxílio durante toda a graduação.

Outro fator que nos chama a atenção é o maior percentual de alunos com IRA acima da média do curso quando analisamos aqueles que receberam os 3 auxílios por mais tempo. A diferença percentual de aproximadamente 8% a mais entre os graduandos que receberam auxílio durante 2 e 3 anos é destacável, embora haja um decaimento de quase 4% quando olhamos aqueles que obtiveram esses auxílios durante 3 e 4 anos.

Os números apresentados nas tabelas 13 e 14 nos levam a crer que o recebimento dos auxílios tem sim influência no desempenho acadêmico dos graduandos e mais que isso, quanto mais longo o período em que ele se encontra amparado pelo PNAES maior é a possibilidade desse estudante ter um desempenho acadêmico de melhor qualidade, justificando, portanto, com maior propriedade a existência do PNAES nas universidades e a necessidade de sua ampliação a fim de atender todos aqueles que dele necessitam.

5. CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo fazer um mapeamento alunos que manifestaram interesse através do SaeWeb em se beneficiar dos auxílios Alimentação, Moradia e Socioeconômico de forma simultânea, auxílios que são proporcionados pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) através da Universidade de Brasília, no período compreendido entre os anos de 2011 e 2016, traçando e determinando características tais como

gênero, idade, campus, curso, tempo até a demanda aos auxílios, forma de desvinculação da universidade, desempenho acadêmico de tais estudantes.

Constatou-se, com base nos dados analisados, que o número proporcional de alunos interessados pelo PNAES em relação ao número de graduandos tem aumentado de forma considerável durante o intervalo estudado, passando de 5,8% para 14,2%, contudo esse incremento não é refletido no repasse financeiro destinado ao estudante de baixa renda, o qual anotou uma queda de 1,26% no ano de 2016, o que pode chegar a proporcionar certa preocupação quanto a ampliação e quiçá a manutenção do programa.

No tocante ao gênero e idade dos alunos que têm buscado os 3 auxílios ao mesmo tempo, os dados apresentados são semelhantes àqueles encontrados na Universidade de Brasília como um todo, espelhando de forma consistente a totalidade da graduação desta universidade. A proporção de homens e mulheres que almejam aos três auxílios é quase igualitária, ocorrendo maior diferenciação em 2016 quando 52,6% dos participantes eram homens. A idade mínima apresentada por esses alunos foi por volta de 16 anos e a máxima estando na casa dos 57 anos, enquanto a média geral foi de 22,6 anos, a moda é exibida em 20 anos e a mediana esteve na idade de 21, variando para 22 e 20 anos, dependendo do ano em análise.

A incidência de alunos com idade entre 19 e 24 anos foi a maior, o mesmo ocorrendo com os ingressantes nesta universidade, números destacados nos anuários estatísticos da UnB nos anos em pesquisa. Há, ainda, interesse do benefício por graduandos com idade avançada, porém em menor número, para esses estudantes com idade acima dos 45 anos teve-se uma representatividade de 0,88%, fato um tanto quanto inesperado, tendo em vista que a principal finalidade do programa segundo o decreto 7.234 é “ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior” (grifo nosso).

Com participação média de 72,8% no total de alunos da UnB, o campus Darcy Ribeiro é aquele que apresenta maior quantitativo de alunos, porém quando comparamos o número de interessados ao total de alunos de graduação em cada campus, vemos que os percentuais de estudantes dos câmpus restantes tem maior adesão ao programa, fato que acreditamos, em parte, ser atribuído a menor renda *per capita* das regiões em que os demais câmpus estão instalados.

Os cursos nas áreas de Ciências Humanas aparecem com maior frequência entre os alunos demandantes dos 3 auxílios, mantendo, nos anos em estudo, um percentual maior de mulheres nessa área.

Verificamos a presença de 163 alunos que se desvincularam da UnB em decorrência de desligamento por Abandono, Desligamento voluntário, jubramento ou por ter repetido 3 vezes

uma mesma matéria obrigatória, fatores estes que vão de encontro ao objetivo definido pelo programa no que se refere a redução das taxas de retenção e evasão.

O desempenho escolar desses estudantes é mostrado no intervalo da pesquisa como uma variável que pouco sofreu alteração, o melhor aproveitamento estudantil, quando nos referimos ao Índice de Rendimento Acadêmico –IRA, é visto em 2016, quando 73,1% dos alunos obtiveram um índice acima da média para o seu curso de graduação, todavia em média 30% dos requerentes aos auxílios Alimentação, Moradia e Socioeconômico concomitantemente estão aquém da média do seu curso durante todo o estudo independentemente de já estarem ou não recebendo os benefícios almejados. Tal constatação leva-nos a acreditar na existente lacuna de planejamento acadêmico e de ações que assegurem o melhoramento e aprimoramento do programa no decorrer dos anos, quando considerados o desempenho escolar desses estudantes. Afinal o decreto 7.234 e a Portaria 39 expressam claramente em seu texto, a necessidade que o programa tem de contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico dos alunos beneficiados.

Quando nos deparamos com os alunos que de fato passaram a receber os 3 benefícios, notamos que seu rendimento acadêmico é superior aqueles que não tiveram seu intuito atendido plenamente, uma diferença que alcança 6%, logo acaba por ser considerável. Os dados apresentaram também um maior aproveitamento por aqueles que usufruem do auxílio por mais tempo, creditamos tal resultado à tranquilidade adquirida pelo estudante quando do recebimento do auxílio, dando maiores condições ao graduando para se dedicar a seus estudos.

Concluimos que o auxílio é necessário e supre em certa medida a carência de alunos provenientes de uma sociedade desigual. Tem-se a possibilidade de aprimoramento do programa visto que aproximadamente um terço dos estudantes aqui analisados estão aquém da média observada para o Índice de Rendimento Acadêmico de seu respectivo curso, cremos que a revisão do programa e adoção de novas técnicas de acompanhamento e seleção possam proporcionar a um número maior de graduandos possuidores de baixa renda um desempenho acadêmico próximo ou acima da média do curso, contribuindo mais profundamente para a formação desses alunos. Acreditamos ainda que outros aspectos, os quais fogem ao escopo da UnB, de cunho financeiro ou não, têm influência no desempenho escolar do estudante além de serem determinantes em sua opção de permanecer na universidade, necessitando para tais casos um estudo que aprofunde as demais demandas dos graduandos aqui observados.

Assim, ficam aqui demonstradas as características dos graduandos de baixa renda que demonstraram intenção de participar do PNAES na UnB, o desempenho destes alunos, possibilitando futuramente reflexões frente ao desenvolvimento do programa PNAES nesta

universidade, assim como nas demais IFES abrangidas pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jaqueline Cavalari Sales de. **Avaliação da implementação do PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil na UFPR: Impactos e resultados para graduandos com fragilidade socioeconômica.** 138f. Dissertação Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas, da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, Itajaí, 2013.

BARROS, Ricardo, et al. "**Determinantes da queda na desigualdade de renda no Brasil.**" (2010)

BARROS, Aparecida da Silva Xavier. Expansão da educação superior no Brasil: limites e possibilidades. **Educ. Soc., Campinas**, v. 36, n. 131, p. 361-390, Junho 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302015000200361&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 Abr. 2017.

BENJAMIN, César. **A Opção Brasileira.** 6. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil:** texto constitucional promulgado em 16 de julho de 1934. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 30 Jan. 2017.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2009.

_____. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, 25 abr. 2007. Seção 1, p. 7. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 05 Dez. 2016.

_____. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, 2010. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, 20 jul. 2010. Seção 1, p. 5. Disponível em: <<http://www.ifro.edu.br/site/wp-content/uploads/2015/02/Decreto-n%C2%BA-7234-2010-Programa-Nacional-de-Assist%C3%A2ncia-Estudantil-PNAES.pdf>>. Acesso em: 05 Dez. 2016.

_____. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, 27 dez. 1961. Seção 1, p. 11429. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/LEIS/L4024.htm>. Acesso em: 28 Nov. 2016.

_____. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Câmara dos Deputados, Brasília 10 jan. 2001. p.1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: 05 jan. 2017.

_____. Lei nº 12.381, de 09 de fevereiro de 2011, vol. V. **Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2011**. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/OR2011/red_final/vol5/26256_26273.pdf>. Acesso: em 15 mai. 2017.

_____. Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012, vol. V. **Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012**. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/OR2012/red_final/vol5/26256_26273.pdf>. Acesso: em 15 mai. 2017.

_____. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>. Acesso em: 12 jan. 2017.

_____. Lei nº 12.798, de 04 de abril de 2013, vol. V. **Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013**. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/OR2013/red_final/vol5/26256_26273.pdf>. Acesso: em 15 mai. 2017.

_____. Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014, vol. V. **Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014**. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/OR2014/red_final/vol5/26256_26273.pdf>. Acesso: em 15 mai. 2017.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília 26 jun. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em: 05 jan. 2017.

_____. Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, vol. V. **Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015**. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/OR2015/red_final/vol5/26256_26273.pdf>. Acesso: em 15 mai. 2017.

_____. Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016, vol. V. **Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016**. Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/or2016/lei/Lei13255-2016.pdf>>. Acesso: em 15 mai. 2017.

_____. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, 13 dez. 2007. Seção 1, p. 39. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf>. Acesso em: 5 Nov. 2016.

CACCIAMALI, Maria Cristina; TATEI, Fábio e BATISTA, Natália Ferreira. Impactos do Programa Bolsa Família federal sobre o trabalho infantil e a frequência escolar. **Revista Economia Contemporânea**, 2010, vol.14, n.2, pp.269-301. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482010000200003&lng=en&nrm=iso>. ISSN 1415-9848. Acesso em 20 Dez. 2016.

CASTRO, Alba Tereza Barroso de. Tendências e contradições da educação pública no Brasil: a crise nas universidades e as cotas. In: BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.

CODEPLAN - Companhia de Planejamento do Distrito Federal. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio do Distrito Federal – PDADDF 2015**. Brasília, dezembro 2016. Disponível em <http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa_socioeconomica/pdad/2016/PDAD_Distrito_Federal_2015.pdf>. Acesso em 26 Mai. 2017.

DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania**. 10. ed. Campinas - SP: Papirus, 2007, p. 31.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HENRIQUES, Ricardo; Barros, Ricardo Paes de, e Rosane Mendonça. "A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil." (2001). IPEA. Rio de Janeiro, 2001.

HENRIQUES, Ricardo. Desnaturalizar a desigualdade e erradicar a pobreza no Brasil. **Pobreza e desigualdade no Brasil: traçando caminhos para a inclusão social**. Brasília, UNESCO, 2003.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2014**. Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91983.pdf>>. Acesso em: 04 Mar. 2017.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2015**. Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>>. Acesso em: 04 Mar. 2017.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2016**. Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>>. Acesso em: 04 Mar. 2017.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2015**. Brasília: Inep, 2016. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em 22 Fev. 2017.

KAWASAKI, Clarice Sumi. UNIVERSIDADES PÚBLICAS E SOCIEDADE: UMA PARCERIA NECESSÁRIA. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo , v. 23, n. 1-2, p., Jan. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-25511997000100013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 Jan. 2017.

KAMAKURA, Wagner. A., MAZZON, José Afonso. **Estratificação socioeconômica e consumo no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Blucher. 2013. 286 p.

Livro Memórias Estudantis – UNE -- ARAÚJO, M. P. **Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

MALAQUIAS, Carolina de Araujo; EMILIO, Solange Aparecida. A lógica da exclusão alimentada pelos programas de inclusão. **Revista SPAGESP**, Ribeirão Preto , v. 8, n. 2, dez. 2007.

MEC, Ministério da Educação. **Portaria 126/2012. Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012**. Brasília. 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=12386&Itemid=>. Acesso em 11 Abr. 2017.

MERCADANTE, Aloizio. Construindo estratégias para combater a desigualdade social: uma perspectiva socioeconômica. **Pobreza e desigualdade no Brasil: traçando caminhos para a inclusão social**. Brasília, UNESCO, 2003.

MILANOVIC, B. **The Haves and the Have-nots: a short and idiosyncratic history of global inequality**. New York: Basic Books, 2011.

NERI, Marcelo Côrtes. **A nova classe Média: o lado brilhante da base da pirâmide**. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.

PEREIRA, Camila Potyara. A pobreza, suas causas e interpretações: destaque ao caso brasileiro. **Revista SER Social**, [S.l.], n. 18, p. 229-252, mar. 2010. ISSN 2178-8987. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/191>. Acesso em: 14 fev. 2017.

PIOVESAN, Flavia. Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. **Cad. Pesqui.**, São Paulo , v. 35, n. 124, p. 43-55, Apr. 2005 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742005000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 Jan. 2017.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Secretária de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. **Assuntos Estratégicos – Social e Renda, A Classe Média Brasileira**. Brasília, 2014, nº 1.

PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013

ROCHA, Miriam Aparecida; FONTES, Rosa Maria Olivera; MATTOS; Leonardo Bornacki de; CIRINO, Jader Fernandes. Programas Sociais Brasileiros e sua Relação com a Pobreza, a Desigualdade e o Desenvolvimento. **Revista Brasileira de Políticas Públicas, Brasília**, v. 4, n. 1, 2014. p. 138-153.

ROCHA, Sonia. Impacto sobre a pobreza dos novos programas federais de transferência de renda. **Revista Economia Contemporânea**, v. 9, n. 1, p. 153-185, jan./abr. 2005.

SALVADOR, Evilásio; AMORIM, Alvaro André Santarém. Abordagens das desigualdades socioeconômicas no Brasil do século XXI. **Em Pauta** (Rio De Janeiro), v. 8, n. 26, p. 31-47, dez. 2010.

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Assuntos Estratégicos – nº 1 (nov. 2014) – Brasília: Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2014

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 155-163, mar. 2011. ISSN 1982-0259. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802010000200002/17325>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

SILVEIRA, Míriam Moreira da. **A Assistência Estudantil no Ensino Superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras**. 2012. 137 f. Dissertação (Mestrado em Social) - Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2012.

SOUZA, Pedro H. G. F.; MEDEIROS, Marcelo. Diferencial salarial público-privado e desigualdade de renda per capita no Brasil. **Estud. Econ.**, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 05-28, Mar. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612013000100001&lng=en&nrm=is> Acesso em: 03 Abr. 2017.

STEINER, João E. Conhecimento: gargalos para um Brasil no futuro. **Estud. av.**, São Paulo, 2006, v. 20, n. 56, p. 75-90.

UNESCO. **Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009: As novas dinâmicas do ensino superior e pesquisas para a mudança e o desenvolvimento social**. 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4512-conferencia-paris&Itemid=30192> Acesso em: 11 Abr. 2017.

Universidade de Brasília. **Guia do Calouro 1º 2017**. Decanato de Ensino de Graduação; Diretoria Técnica de Graduação. Brasília: Editora UnB, 2016. Disponível em: <http://www.boasvindas.unb.br/images/guia_calouro.pdf>. Acesso em: 28 Abr. 2017.

_____. **Relatório de Gestão 2015**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://www.dpo.unb.br/documentos/Relatorio_Gestao_2015.pdf>. Acesso em: 3 Fev. 2017.

_____. **Relatório de Gestão 2016**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://www.dpo.unb.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=1&Itemid=675>. Acesso em: 4 Mai. 2017.

_____. **Relatório Ilustrado UnB – Gestão 2012-2016**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/2616/1889>>. Acesso em: 3 Fev. 2017.

VELLOSO, J.; MARQUES, P.M.F. **Recursos próprios da UnB, o financiamento das IFES e a reforma da educação superior**. Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 91, p. 655-680, mai/ago. 2005. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso: 11 Abr. 2017.

VERGARA, Sylvia Constante. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1997.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração - UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

APÊNDICE A – SOLICITANTES AOS 3 AUXÍLIOS PNAES E A UNB

SOLICITANTES

Faixa Etária	2011		2011		2011		2012		2012		2012		2013		2013		2013	
	Feminino		Masculino		Total		Feminino		Masculino		Total		Feminino		Masculino		Total	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Até 18 anos	21	51,2	20	48,8	41	11,8	32	43,2	42	56,8	74	12,8	30	53,6	26	46,4	56	12,8
De 19 a 24 anos	108	50,2	107	49,8	215	62,0	180	48,8	189	51,2	369	64,1	160	53,7	138	46,3	298	68,0
De 25 a 29 anos	36	51,4	34	48,6	70	20,2	51	56,7	39	43,3	90	15,6	27	42,9	36	57,1	63	14,4
De 30 a 34 anos	4	26,7	11	73,3	15	4,3	12	50,0	12	50,0	24	4,2	6	42,9	8	57,1	14	3,2
De 35 a 39 anos	0	0,0	1	100,0	1	0,3	5	50,0	5	50,0	10	1,7	2	66,7	1	33,3	3	0,7
De 40 a 44 anos	0	0,0	2	100,0	2	0,6	3	75,0	1	25,0	4	0,7	0	0,0	2	100,0	2	0,5
45 anos ou mais	1	33,3	2	66,7	3	0,9	4	80,0	1	20,0	5	0,9	0	0,0	2	100,0	2	0,5

Fonte: Centro de Informática UnB

Elaborado pelo Autor

Faixa Etária	2014		2014		2014		2015		2015		2015		2016		2016		2016	
	Feminino		Masculino		Total		Feminino		Masculino		Total		Feminino		Masculino		Total	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Até 18 anos	21	46,7	24	53,3	45	15,0	70	53,0	62	47,0	132	20,8	73	52,5	66	47,5	139	15,5
De 19 a 24 anos	97	50,8	94	49,2	191	63,5	199	50,9	192	49,1	391	61,5	285	46,9	321	53,1	606	67,6
De 25 a 29 anos	21	50,0	21	50,0	42	14,0	30	44,1	38	55,9	68	10,7	37	40,7	54	59,3	91	10,2
De 30 a 34 anos	5	83,3	1	16,7	6	2,0	12	40,0	18	60,0	30	4,7	22	50,0	22	50,0	44	4,9
De 35 a 39 anos	5	71,4	2	28,6	7	2,3	2	33,3	4	66,7	6	0,9	2	33,3	4	66,7	6	0,7
De 40 a 44 anos	5	71,4	2	28,6	7	2,3	0	0,0	1	100,0	1	0,2	4	80,0	1	20,0	5	0,6
45 anos ou mais	1	33,3	2	66,7	3	1,0	3	37,5	5	62,5	8	1,3	2	40,0	3	60,0	5	0,6

Fonte: Centro de Informática UnB

Elaborado pelo Autor

UnB

Faixa Etária	2010		2010		2010		2012		2012		2012		2013		2013		2013	
	Feminino		Masculino		Total		Feminino		Masculino		Total		Feminino		Masculino		Total	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Até 18 anos	484	56,1	378	43,8	862	10,3	2076	56,8	1573	43,1	3649	42,8	1801	54,7	1489	45,3	3290	37,5
De 19 a 24 anos	3199	53,2	2809	46,7	6008	71,8	1949	51,6	1827	48,3	3776	44,3	1977	49,3	2031	50,7	4008	45,7
De 25 a 29 anos	289	39,3	446	60,6	735	8,8	223	44,3	280	55,6	503	5,9	241	39,4	371	60,6	612	7,0
De 30 a 34 anos	124	36,4	216	63,5	340	4,1	114	45,6	136	54,4	250	2,9	122	37,1	207	62,9	329	3,8
De 35 a 39 anos	54	36,9	92	63	146	1,7	62	41	89	58,9	151	1,8	83	43,2	109	56,8	192	2,2
De 40 a 44 anos	40	34,1	77	65,8	117	1,4	33	39,2	51	60,7	84	1,0	54	39,7	82	60,3	136	1,6
45 anos ou mais	57	36,1	101	63,9	158	1,9	45	39,5	69	60,5	114	1,3	93	47,2	104	52,8	197	2,2

Fonte: Anuário Estatístico UnB 2011, 2013, 2014, 2015 e 2016

Elaborado pelo Autor

Faixa Etária	2014		2014		2014		2015		2015		2015	
	Feminino		Masculino		Total		Feminino		Masculino		Total	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Até 18 anos	354	51,8	329	48,2	683	6,4	185	51,5	174	48,5	359	3,6
De 19 a 24 anos	3677	50,9	3542	49,1	7219	67,5	3627	50,2	3604	49,8	7231	73,4
De 25 a 29 anos	515	45,6	615	54,5	1130	10,6	491	45,4	590	54,6	1081	11
De 30 a 34 anos	312	46,7	356	53,3	668	6,2	187	38,3	301	61,7	488	5
De 35 a 39 anos	197	47,9	214	52,1	411	3,8	100	34,4	191	65,6	291	3
De 40 a 44 anos	131	51,4	124	48,6	255	2,4	63	43,8	81	56,2	144	1,5
45 anos ou mais	148	45,8	175	54,2	323	3	92	36	162	63,8	254	2,6

Fonte: Anuário Estatístico UnB 2011, 2013, 2014, 2015 e 2016

Elaborado pelo Autor

APÊNDICE B – DETALHAMENTO DOS INTERESSADOS, POR CURSO

Curso	2011						2012						2013					
	Total de alunos com 3 auxílios por curso	% do curso em relação ao total de alunos	H	% de H	M	% de M	Total de alunos com 3 auxílios por curso	% do curso em relação ao total de alunos	H	% de H	M	% de M	Total de alunos com 3 auxílios por curso	% do curso em relação ao total de alunos	H	% de H	M	% de M
Administração	6	1,7	3	50,0	3	50,0	4	0,7	2	50,0	2	50,0	7	1,6	4	57,1	3	42,9
Agronomia	14	4,0	6	42,9	8	57,1	27	4,7	13	48,1	14	51,9	21	4,8	13	61,9	8	38,1
Arquitetura e Urbanismo	4	1,2	2	50,0	2	50,0	2	0,3	1	50,0	1	50,0	1	0,2	0	0,0	1	100,0
Arquivologia	2	0,6	2	100,0	0	0,0	2	0,3	1	50,0	1	50,0	3	0,7	1	33,3	2	66,7
Artes Cênicas	15	4,3	5	33,3	10	66,7	22	3,8	12	54,5	10	45,5	10	2,3	7	70,0	3	30,0
Artes Visuais	9	2,6	4	44,4	5	55,6	12	2,1	7	58,3	5	41,7	2	0,5	2	100,0	0	0,0
Biblioteconomia	3	0,9	1	33,3	2	66,7	9	1,6	2	22,2	7	77,8	5	1,1	1	20,0	4	80,0
Biotecnologia	1	0,3	0	0,0	1	100,0	1	0,2	1	100,0	0	0,0	3	0,7	2	66,7	1	33,3
Ciência da Computação	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	0,3	2	100,0	0	0,0	3	0,7	2	66,7	1	33,3
Ciência Política	5	1,4	3	60,0	2	40,0	5	0,9	3	60,0	2	40,0	6	1,4	3	50,0	3	50,0
Ciências Ambientais	4	1,2	1	25,0	3	75,0	3	0,5	2	66,7	1	33,3	4	0,9	2	50,0	2	50,0
Ciências Biológicas	3	0,9	2	66,7	1	33,3	11	1,9	7	63,6	4	36,4	10	2,3	3	30,0	7	70,0
Ciências Contábeis	4	1,2	3	75,0	1	25,0	4	0,7	2	50,0	2	50,0	5	1,1	2	40,0	3	60,0
Ciências Econômicas	5	1,4	4	80,0	1	20,0	2	0,3	2	100,0	0	0,0	4	0,9	3	75,0	1	25,0
Ciências Farmacêuticas	2	0,6	1	50,0	1	50,0	3	0,5	2	66,7	1	33,3	3	0,7	0	0,0	3	100,0
Ciências Naturais	9	2,6	3	33,3	6	66,7	16	2,8	9	56,3	7	43,8	19	4,3	6	31,6	13	68,4
Ciências Sociais	16	4,6	8	50,0	8	50,0	25	4,3	11	44,0	14	56,0	11	2,5	5	45,5	6	54,5
Computação	2	0,6	2	100,0	0	0,0	4	0,7	4	100,0	0	0,0	2	0,5	1	50,0	1	50,0
Comunicação Social	9	2,6	6	66,7	3	33,3	9	1,6	6	66,7	3	33,3	10	2,3	4	40,0	6	60,0
Desenho Industrial	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Design	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,2	0	0,0	1	0,0	1	0,2	1	100,0	0	0,0
Direito	3	0,9	2	66,7	1	33,3	5	0,9	4	80,0	1	20,0	4	0,9	3	75,0	1	25,0
Educação Artística	2	0,6	1	50,0	1	50,0	4	0,7	1	25,0	3	75,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Educação do Campo	1	0,3	0	0,0	1	100,0	10	1,7	1	10,0	9	90,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Educação Física	3	0,9	1	33,3	2	66,7	8	1,4	4	50,0	4	50,0	4	0,9	4	100,0	0	0,0
Enfermagem	10	2,9	4	40,0	6	60,0	21	3,6	9	42,9	12	57,1	8	1,8	3	37,5	5	62,5
Engenharia	4	1,2	4	100,0	0	0,0	4	0,7	4	100,0	0	0,0	5	1,1	5	100,0	0	0,0
Engenharia Aeroespacial	0	0,0	0	0,0	0	0,0	6	1,0	5	83,3	1	16,7	1	0,2	1	100,0	0	0,0
Engenharia Ambiental	0	0,0	0	0,0	0	0,0	4	0,7	2	50,0	2	50,0	4	0,9	1	25,0	3	75,0
Engenharia Automotiva	2	0,6	2	100,0	0	0,0	2	0,3	2	100,0	0	0,0	3	0,7	3	100,0	0	0,0
Engenharia Civil	1	0,3	1	100,0	0	0,0	6	1,0	5	83,3	1	16,7	4	0,9	3	75,0	1	25,0
Engenharia de Computação	1	0,3	1	100,0	0	0,0	1	0,2	1	100,0	0	0,0	1	0,2	1	100,0	0	0,0
Engenharia de Energia	7	2,0	5	71,4	2	28,6	14	2,4	10	71,4	4	28,6	10	2,3	7	70,0	3	30,0

Engenharia de Produção	1	0,3	1	100,0	0	0,0	2	0,3	2	100,0	0	0,0	4	0,9	3	75,0	1	25,0
Engenharia de Redes de Comunicação	1	0,3	1	100,0	0	0,0	2	0,3	1	50,0	1	50,0	1	0,2	1	100,0	0	0,0
Engenharia de Software	1	0,3	1	100,0	0	0,0	5	0,9	5	100,0	0	0,0	3	0,7	1	33,3	2	66,7
Engenharia Elétrica	5	1,4	4	80,0	1	20,0	5	0,9	4	80,0	1	20,0	1	0,2	0	0,0	1	100,0
Engenharia Eletrônica	8	2,3	5	62,5	3	37,5	11	1,9	8	72,7	3	27,3	9	2,1	6	66,7	3	33,3
Engenharia Florestal	12	3,5	4	33,3	8	66,7	17	3,0	4	23,5	13	76,5	12	2,7	6	50,0	6	50,0
Engenharia Mecânica	5	1,4	5	100,0	0	0,0	2	0,3	2	100,0	0	0,0	4	0,9	4	100,0	0	0,0
Engenharia Mecatrônica	10	2,9	9	90,0	1	10,0	12	2,1	10	83,3	2	16,7	4	0,9	4	100,0	0	0,0
Engenharia Química	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	0,5	0	0,0	2	100,0
Estatística	1	0,3	0	0,0	1	100,0	2	0,3	2	100,0	0	0,0	1	0,2	1	100,0	0	0,0
Farmácia	4	1,2	1	25,0	3	75,0	9	1,6	3	33,3	6	66,7	11	2,5	3	27,3	8	72,7
Filosofia	6	1,7	3	50,0	3	50,0	10	1,7	4	40,0	6	60,0	7	1,6	3	42,9	4	57,1
Física	4	1,2	3	75,0	1	25,0	6	1,0	4	66,7	2	33,3	1	0,2	0	0,0	1	100,0
Fisioterapia	2	0,6	0	0,0	2	100,0	9	1,6	3	33,3	6	66,7	6	1,4	2	33,3	4	66,7
Fonoaudiologia	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Geofísica	3	0,9	2	66,7	1	33,3	5	0,9	2	40,0	3	60,0	3	0,7	2	66,7	1	33,3
Geografia	5	1,4	3	60,0	2	40,0	7	1,2	3	42,9	4	57,1	5	1,1	3	60,0	2	40,0
Geologia	5	1,4	1	20,0	4	80,0	9	1,6	5	55,6	4	44,4	9	2,1	5	55,6	4	44,4
Gestão Ambiental	7	2,0	5	71,4	2	28,6	11	1,9	8	72,7	3	27,3	21	4,8	11	52,4	10	47,6
Gestão de Agronegócios	1	0,3	1	100,0	0	0,0	3	0,5	2	66,7	1	33,3	6	1,4	4	66,7	2	33,3
Gestão de Políticas Públicas	3	0,9	1	33,3	2	66,7	6	1,0	3	50,0	3	50,0	6	1,4	3	50,0	3	50,0
Gestão do Agronegócio	11	3,2	8	72,7	3	27,3	11	1,9	7	63,6	4	36,4	15	3,4	4	26,7	11	73,3
História	1	0,3	0	0,0	1	100,0	7	1,2	5	71,4	2	28,6	10	2,3	4	40,0	6	60,0
Jornalismo	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Letras	23	6,6	11	47,8	12	52,2	40	6,9	15	37,5	25	62,5	18	4,1	10	55,6	8	44,4
Letras-Tradução	4	1,2	0	0,0	4	100,0	2	0,3	0	0,0	2	100,0	4	0,9	2	50,0	2	50,0
Letras-Tradução Espanhol	1	0,3	1	100,0	0	0,0	6	1,0	0	0,0	6	100,0	2	0,5	1	50,0	1	50,0
Língua de Sinais Brasileira/Português como Segunda Língua	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Línguas Estrangeiras Aplicadas-MSI	1	0,3	0	0,0	1	100,0	3	0,5	1	33,3	2	66,7	2	0,5	1	50,0	1	50,0
Matemática	2	0,6	2	100,0	0	0,0	5	0,9	5	100,0	0	0,0	5	1,1	2	40,0	3	60,0
Medicina	2	0,6	2	100,0	0	0,0	1	0,2	1	100,0	0	0,0	2	0,5	2	100,0	0	0,0
Medicina Veterinária	5	1,4	3	60,0	2	40,0	5	0,9	3	60,0	2	40,0	3	0,7	3	100,0	0	0,0
Museologia	2	0,6	0	0,0	2	100,0	2	0,3	1	50,0	1	50,0	3	0,7	0	0,0	3	100,0
Música	3	0,9	3	100,0	0	0,0	12	2,1	10	83,3	2	16,7	6	1,4	6	100,0	0	0,0
Nutrição	1	0,3	0	0,0	1	100,0	5	0,9	1	20,0	4	80,0	1	0,2	0	0,0	1	100,0
Odontologia	2	0,6	1	50,0	1	50,0	6	1,0	2	33,3	4	66,7	3	0,7	0	0,0	3	100,0
Pedagogia	17	4,9	3	17,6	14	82,4	25	4,3	3	12,0	22	88,0	15	3,4	3	20,0	12	80,0
Psicologia	2	0,6	2	100,0	0	0,0	5	0,9	2	40,0	3	60,0	5	1,1	2	40,0	3	60,0
Química	9	2,6	5	55,6	4	44,4	13	2,3	6	46,2	7	53,8	9	2,1	3	33,3	6	66,7
Química Tecnológica	2	0,6	1	50,0	1	50,0	6	1,0	3	50,0	3	50,0	1	0,2	1	100,0	0	0,0

Relações Internacionais	3	0,9	2	66,7	1	33,3	6	1,0	3	50,0	3	50,0	2	0,5	2	100,0	0	0,0
Saúde Coletiva	9	2,6	1	11,1	8	88,9	10	1,7	3	30,0	7	70,0	8	1,8	0	0,0	8	100,0
Serviço Social	9	2,6	3	33,3	6	66,7	14	2,4	4	28,6	10	71,4	21	4,8	7	33,3	14	66,7
Teoria Crítica e História da Arte	1	0,3	1	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,2	1	100,0	0	0,0
Terapia Ocupacional	5	1,4	0	0,0	5	100,0	8	1,4	1	12,5	7	87,5	9	2,1	3	33,3	6	66,7
Turismo	1	0,3	1	100,0	0	0,0	2	0,3	1	50,0	1	50,0	3	0,7	1	33,3	2	66,7
Total Geral		347						576						438				

Fonte: Centro de Informática UnB

Elaborado pelo Autor

Curso	2014						2015						2016					
	Total de alunos com 3 auxílios por curso	% do curso em relação ao total de alunos	H	% de H	M	% de M	Total de alunos com 3 auxílios por curso	% do curso em relação ao total de alunos	H	% de H	M	% de M	Total de alunos com 3 auxílios por curso	% do curso em relação ao total de alunos	H	% de H	M	% de M
Administração	2	0,66	1	50,0	1	50,0	8	1,3	6	75,0	2	25,0	10	1,1	6	60,0	4	40,0
Agronomia	9	2,99	2	22,2	7	77,8	31	4,9	19	61,3	12	38,7	39	4,4	21	53,8	18	46,2
Arquitetura e Urbanismo	3	1,00	1	33,3	2	66,7	7	1,1	4	57,1	3	42,9	10	1,1	5	50,0	5	50,0
Arquivologia	0	0,00	0	0,0	0	0,0	1	0,2	1	100,0	0	0,0	3	0,3	1	33,3	2	66,7
Artes Cênicas	6	1,99	3	50,0	3	50,0	7	1,1	7	100,0	0	0,0	8	0,9	5	62,5	3	37,5
Artes Visuais	4	1,33	4	100,0	0	0,0	4	0,6	4	100,0	0	0,0	8	0,9	4	50,0	4	50,0
Biblioteconomia	2	0,66	0	0,0	2	100,0	5	0,8	1	20,0	4	80,0	8	0,9	4	50,0	4	50,0
Biotecnologia	3	1,00	2	66,7	1	33,3	3	0,5	2	66,7	1	33,3	3	0,3	1	33,3	2	66,7
Ciência da Computação	1	0,33	0	0,0	1	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	5	0,6	5	100,0	0	0,0
Ciência Política	2	0,66	1	50,0	1	50,0	6	0,9	2	33,3	4	66,7	17	1,9	11	64,7	6	35,3
Ciências Ambientais	3	1,00	3	100,0	0	0,0	9	1,4	3	33,3	6	66,7	8	0,9	3	37,5	5	62,5
Ciências Biológicas	3	1,00	2	66,7	1	33,3	14	2,2	7	50,0	7	50,0	20	2,2	13	65,0	7	35,0
Ciências Contábeis	3	1,00	2	66,7	1	33,3	7	1,1	1	14,3	6	85,7	10	1,1	4	40,0	6	60,0
Ciências Econômicas	0	0,00	0	0,0	0	0,0	3	0,5	2	66,7	1	33,3	2	0,2	2	100,0	0	0,0
Ciências Farmacêuticas	0	0,00	0	0,0	0	0,0	2	0,3	1	50,0	1	50,0	2	0,2	0	0,0	2	100,0
Ciências Naturais	27	8,97	13	48,1	14	51,9	20	3,1	7	35,0	13	65,0	28	3,1	14	50,0	14	50,0
Ciências Sociais	8	2,66	2	25,0	6	75,0	14	2,2	7	50,0	7	50,0	28	3,1	14	50,0	14	50,0
Computação	3	1,00	3	100,0	0	0,0	2	0,3	1	50,0	1	50,0	2	0,2	1	50,0	1	50,0
Comunicação Social	7	2,33	3	42,9	4	57,1	15	2,4	10	66,7	5	33,3	14	1,6	10	71,4	4	28,6
Desenho Industrial	0	0,00	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1	0	0,0	1	100,0
Design	2	0,66	2	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	0,2	2	100,0	0	0,0
Direito	3	1,00	3	100,0	0	0,0	14	2,2	9	64,3	5	35,7	19	2,1	14	73,7	5	26,3
Educação Artística	0	0,00	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Educação do Campo	2	0,66	0	0,0	2	100,0	2	0,3	1	50,0	1	50,0	36	4,0	17	47,2	19	52,8
Educação Física	2	0,66	1	50,0	1	50,0	7	1,1	5	71,4	2	28,6	11	1,2	6	54,5	5	45,5

Enfermagem	10	3,32	4	40,0	6	60,0	22	3,5	9	40,9	13	59,1	21	2,3	4	19,0	17	81,0
Engenharia	3	1,00	3	100,0	0	0,0	13	2,0	10	76,9	3	23,1	24	2,7	17	70,8	7	29,2
Engenharia Aeroespacial	4	1,33	3	75,0	1	25,0	13	2,0	10	76,9	3	23,1	16	1,8	10	62,5	6	37,5
Engenharia Ambiental	4	1,33	2	50,0	2	50,0	3	0,5	1	33,3	2	66,7	9	1,0	4	44,4	5	55,6
Engenharia Automotiva	1	0,33	1	100,0	0	0,0	3	0,5	3	100,0	0	0,0	6	0,7	5	83,3	1	16,7
Engenharia Civil	2	0,66	1	50,0	1	50,0	8	1,3	6	75,0	2	25,0	10	1,1	6	60,0	4	40,0
Engenharia de Computação	0	0,00	0	0,0	0	0,0	3	0,5	3	100,0	0	0,0	4	0,4	4	100,0	0	0,0
Engenharia de Energia	7	2,33	3	42,9	4	57,1	13	2,0	7	53,8	6	46,2	18	2,0	11	61,1	7	38,9
Engenharia de Produção	1	0,33	1	100,0	0	0,0	2	0,3	1	50,0	1	50,0	6	0,7	5	83,3	1	16,7
Engenharia de Redes de Comunicação	1	0,33	1	100,0	0	0,0	3	0,5	2	66,7	1	33,3	3	0,3	3	100,0	0	0,0
Engenharia de Software	4	1,33	4	100,0	0	0,0	9	1,4	8	88,9	1	11,1	18	2,0	16	88,9	2	11,1
Engenharia Elétrica	2	0,66	0	0,0	2	100,0	5	0,8	2	40,0	3	60,0	12	1,3	9	75,0	3	25,0
Engenharia Eletrônica	3	1,00	0	0,0	3	100,0	16	2,5	12	75,0	4	25,0	17	1,9	11	64,7	6	35,3
Engenharia Florestal	8	2,66	3	37,5	5	62,5	14	2,2	5	35,7	9	64,3	22	2,5	10	45,5	12	54,5
Engenharia Mecânica	3	1,00	2	66,7	1	33,3	2	0,3	2	100,0	0	0,0	15	1,7	12	80,0	3	20,0
Engenharia Mecatrônica	6	1,99	5	83,3	1	16,7	9	1,4	6	66,7	3	33,3	13	1,5	9	69,2	4	30,8
Engenharia Química	0	0,00	0	0,0	0	0,0	5	0,8	2	40,0	3	60,0	9	1,0	5	55,6	4	44,4
Estatística	0	0,00	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Farmácia	6	1,99	3	50,0	3	50,0	17	2,7	7	41,2	10	58,8	13	1,5	6	46,2	7	53,8
Filosofia	5	1,66	4	80,0	1	20,0	14	2,2	9	64,3	5	35,7	17	1,9	11	64,7	6	35,3
Física	0	0,00	0	0,0	0	0,0	4	0,6	2	50,0	2	50,0	4	0,4	3	75,0	1	25,0
Fisioterapia	5	1,66	1	20,0	4	80,0	10	1,6	2	20,0	8	80,0	12	1,3	3	25,0	9	75,0
Fonoaudiologia	4	1,33	1	25,0	3	75,0	7	1,1	2	28,6	5	71,4	7	0,8	0	0,0	7	100,0
Geofísica	1	0,33	0	0,0	1	100,0	1	0,2	1	100,0	0	0,0	4	0,4	3	75,0	1	25,0
Geografia	3	1,00	1	33,3	2	66,7	1	0,2	1	100,0	0	0,0	5	0,6	3	60,0	2	40,0
Geologia	7	2,33	4	57,1	3	42,9	10	1,6	8	80,0	2	20,0	16	1,8	8	50,0	8	50,0
Gestão Ambiental	20	6,64	9	45,0	11	55,0	25	3,9	12	48,0	13	52,0	20	2,2	8	40,0	12	60,0
Gestão de Agronegócios	0	0,00	0	0,0	0	0,0	3	0,5	3	100,0	0	0,0	5	0,6	4	80,0	1	20,0
Gestão de Políticas Públicas	2	0,66	1	50,0	1	50,0	5	0,8	3	60,0	2	40,0	3	0,3	0	0,0	3	100,0
Gestão do Agronegócio	17	5,65	7	41,2	10	58,8	22	3,5	9	40,9	13	59,1	43	4,8	23	53,5	20	46,5
História	3	1,00	2	66,7	1	33,3	12	1,9	6	50,0	6	50,0	9	1,0	8	88,9	1	11,1
Jornalismo	0	0,00	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	0,2	1	50,0	1	50,0
Letras	15	4,98	9	60,0	6	40,0	37	5,8	14	37,8	23	62,2	34	3,8	11	32,4	23	67,6
Letras-Tradução	3	1,00	1	33,3	2	66,7	4	0,6	1	25,0	3	75,0	4	0,4	0	0,0	4	100,0
Letras-Tradução Espanhol	0	0,00	0	0,0	0	0,0	4	0,6	2	50,0	2	50,0	4	0,4	3	75,0	1	25,0
Língua de Sinais Brasileira/Português como Segunda Língua	0	0,00	0	0,0	0	0,0	1	0,2	1	100,0	0	0,0	3	0,3	1	33,3	2	66,7
Línguas Estrangeiras Aplicadas-MSI	2	0,66	2	100,0	0	0,0	3	0,5	1	33,3	2	66,7	2	0,2	2	100,0	0	0,0
Matemática	2	0,66	2	100,0	0	0,0	5	0,8	5	100,0	0	0,0	8	0,9	5	62,5	3	37,5
Medicina	0	0,00	0	0,0	0	0,0	8	1,3	5	62,5	3	37,5	18	2,0	13	72,2	5	27,8
Medicina Veterinária	1	0,33	1	100,0	0	0,0	2	0,3	0	0,0	2	100,0	11	1,2	3	27,3	8	72,7

Museologia	0	0,00	0	0,0	0	0,0	3	0,5	0	0,0	3	100,0	4	0,4	1	25,0	3	75,0
Música	2	0,66	2	100,0	0	0,0	7	1,1	5	71,4	2	28,6	7	0,8	5	71,4	2	28,6
Nutrição	1	0,33	0	0,0	1	100,0	1	0,2	0	0,0	1	100,0	3	0,3	0	0,0	3	100,0
Odontologia	0	0,00	0	0,0	0	0,0	5	0,8	1	20,0	4	80,0	7	0,8	0	0,0	7	100,0
Pedagogia	4	1,33	0	0,0	4	100,0	17	2,7	3	17,6	14	82,4	19	2,1	3	15,8	16	84,2
Psicologia	4	1,33	1	25,0	3	75,0	9	1,4	4	44,4	5	55,6	10	1,1	4	40,0	6	60,0
Química	4	1,33	1	25,0	3	75,0	6	0,9	1	16,7	5	83,3	9	1,0	6	66,7	3	33,3
Química Tecnológica	1	0,33	0	0,0	1	100,0	5	0,8	3	60,0	2	40,0	6	0,7	3	50,0	3	50,0
Relações Internacionais	5	1,66	2	40,0	3	60,0	8	1,3	5	62,5	3	37,5	10	1,1	9	90,0	1	10,0
Saúde Coletiva	9	2,99	5	55,6	4	44,4	15	2,4	5	33,3	10	66,7	8	0,9	3	37,5	5	62,5
Serviço Social	15	4,98	3	20,0	12	80,0	24	3,8	4	16,7	20	83,3	26	2,9	3	11,5	23	88,5
Teoria Crítica e História da Arte	2	0,66	1	50,0	1	50,0	5	0,8	3	60,0	2	40,0	5	0,6	4	80,0	1	20,0
Terapia Ocupacional	1	0,33	0	0,0	1	100,0	3	0,5	1	33,3	2	66,7	7	0,8	0	0,0	7	100,0
Turismo	3	1,00	2	66,7	1	33,3	9	1,4	2	22,2	7	77,8	14	1,6	7	50,0	7	50,0
Total Geral		301					636						896					

Fonte: Centro de Informática UnB

Elaborado pelo Autor

APÊNDICE C – FORMA DE DESVINCULAÇÃO DOS DEMANDANTES NA UNB

Forma de Desvinculação	Ano de saída da UnB																	
	2011			2012				2013					2014					
Ano de interesse ao PNAES	2011	Total	% no Ano	2011	2012	Total	% no Ano	2011	2012	2013	Total	% no Ano	2011	2012	2013	2014	Total	% no Ano
Desligamento - Abandono	0	0	0,0%	1	2	3	4,9%	5	3	0	8	5,7%	4	2	6	2	14	5,7%
Desligamento - não cumpriu condição	0	0	0,0%	12	6	18	7,5%	15	27	5	47	33,6%	15	23	27	4	69	28,0%
Desligamento Jubilamento	0	0	0,0%	1	0	1	16,7%	0	0	0	0	0,0%	0	1	1	0	2	0,8%
Desligamento Voluntário	1	1	14,3%	5	3	8	15,7%	2	0	1	3	2,1%	1	3	4	1	9	3,7%
Desligamento-Força de Convênio	1	1	14,3%	0	1	1	11,1%	0	1	1	2	1,4%	0	0	1	1	2	0,8%
Formatura	1	1	14,3%	17	9	26	4,5%	19	27	4	50	35,7%	36	47	24	0	107	43,5%
Novo Vestibular	4	4	57,1%	9	8	17	11,8%	2	9	8	19	13,6%	3	6	10	3	22	8,9%
Reprovou 3 vezes na mesma disciplina obrigatória	0	0	0,0%	0	1	1	2,2%	3	3	2	8	5,7%	5	4	6	2	17	6,9%
Transferência	0	0	0,0%	0	0	0	0,0%	1	1	0	2	1,4%	1	1	0	0	2	0,8%
Outros	0	0	0,0%	1	0	1	11,11%	0	0	1	1	0,7%	1	0	1	0	2	0,8%
Total de desvinculações anuais		7	100,0%			76	6,6%				140	100,0%					246	100,0%
Alunos Ativos	66		3,2%		174		8,5%			230		11,3%			196		9,6%	

Forma de Desvinculação	Ano de saída da UnB																
	2015								2016								Total Geral
Ano de interesse ao PNAES	2011	2012	2013	2014	2015	Total	% no Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total	% no Ano		
Desligamento - Abandono	3	8	3	1	4	19	6,6%	1	7	0	3	4	2	17	4,2%	61	
Desligamento - não cumpriu condição	6	13	13	10	7	49	17,1%	9	8	9	12	15	5	58	14,5%	241	
Desligamento Jubilamento	0	0	0	0	0	0	0,0%	1	1	1	0	0	0	3	0,7%	6	
Desligamento Voluntário	0	0	1	2	1	4	1,4%	0	4	2	3	9	8	26	6,5%	51	

Desligamento-Força de Convênio	0	0	0	0	2	2	0,7%	0	0	0	0	1	0	1	0,2%	9
Formatura	47	82	19	14	6	168	58,5%	40	78	40	30	33	9	231	57,6%	583
Novo Vestibular	3	7	5	6	13	34	11,8%	3	2	5	9	15	14	48	12,0%	144
Reprovou 3 vezes na mesma disciplina obrigatória	1	2	3	1	1	8	2,8%	1	0	2	0	6	2	11	2,7%	45
Transferência	0	1	1	0	0	2	0,7%	0	0	1	1	0	0	2	0,5%	8
Outros	0	1	0	0	0	1	0,3%	0	0	1	0	2	1	4	1,0%	9
Total de desvinculações anuais						287	100,0%							400	100,0%	1157
Ativos					517		25,4%						854		41,9%	2037

Fonte: Centro de Informática UnB
Elaborado pelo Autor

Outros: Anulação de Registro, Desligamento por Falta de Documentação, Expulsão Disciplinar, Falecimento, Mudança de Curso, Vestibular para outra habilitação.

APÊNDICE D – TEMPO ATÉ DEMONSTRAR INTERESSE AOS 3 AUXÍLIOS

Tempo até solicitação	2011									2012								
	Até 18 anos	De 19 a 24 anos	De 25 a 29 anos	De 30 a 34 anos	De 35 a 39 anos	De 40 a 44 anos	45 anos ou mais	Total	%	Até 18 anos	De 19 a 24 anos	De 25 a 29 anos	De 30 a 34 anos	De 35 a 39 anos	De 40 a 44 anos	45 anos ou mais	Total	%
Imediatas	32	78	21	6	0	2	1	140	40,3%	46	82	14	2	3	0	0	147	35,6%
0,5 anos	5	18	4	2	0	0	0	29	8,4%	9	46	7	3	1	3	0	69	16,7%
1 ano	4	22	7	1	0	0	0	34	9,8%	6	27	4	1	1	0	0	39	9,4%
1,5 anos	2	36	3	1	0	0	0	42	12,1%	4	29	6	1	1	0	1	42	10,2%
2 anos	0	21	5	2	0	0	1	29	8,4%	2	25	5	1	0	0	0	33	8,0%
2,5 anos	0	18	3	2	0	0	0	23	6,6%	0	17	4	0	0	0	0	21	5,1%
3 anos	0	7	6	0	1	0	0	14	4,0%	0	15	2	1	0	0	0	18	4,4%
3,5 anos	0	6	4	0	0	0	1	11	3,2%	0	4	2	2	0	0	1	9	2,2%
4 anos	0	3	5	0	0	0	0	8	2,3%	0	7	2	2	0	0	0	11	2,7%
4,5 anos	0	5	3	0	0	0	0	8	2,3%	0	6	5	3	0	0	1	15	3,6%
5 anos ou mais	0	2	6	1	0	0	0	9	2,6%	0	4	3	0	2	0	0	9	2,2%
Total	43	216	67	15	1	2	3	347	100,0%	67	262	54	16	8	3	3	413	100,0%

Fonte: Centro de Informática UnB

Elaborado pelo Autor

Tempo até solicitação	2013									2014								
	Até 18 anos	De 19 a 24 anos	De 25 a 29 anos	De 30 a 34 anos	De 35 a 39 anos	De 40 a 44 anos	45 anos ou mais	Total	%	Até 18 anos	De 19 a 24 anos	De 25 a 29 anos	De 30 a 34 anos	De 35 a 39 anos	De 40 a 44 anos	45 anos ou mais	Total	%
Imediatas	41	104	17	7	0	1	2	172	53,1%	35	40	14	3	2	5	1	100	44,4%
0,5 anos	10	32	5	0	0	0	0	47	14,5%	9	21	3	0	0	0	1	34	15,1%
1 ano	2	25	3	0	0	0	0	30	9,3%	2	11	1	0	1	0	0	15	6,7%
1,5 anos	5	13	3	1	0	0	0	22	6,8%	5	9	1	0	0	0	0	15	6,7%
2 anos	0	8	0	0	0	0	0	8	2,5%	0	22	4	0	2	1	0	29	12,9%
2,5 anos	0	11	2	0	0	0	0	13	4,0%	1	6	1	0	0	0	0	8	3,6%

3 anos	0	10	1	0	0	0	0	11	3,4%	0	9	2	0	0	0	0	11	4,9%
3,5 anos	0	4	2	1	0	0	0	7	2,2%	0	2	1	0	0	2	0	5	2,2%
4 anos	0	3	1	0	0	0	0	4	1,2%	0	5	0	0	0	0	0	5	2,2%
4,5 anos	0	2	0	0	1	0	0	3	0,9%	0	1	0	0	0	0	0	1	0,4%
5 anos ou mais	0	2	4	0	1	0	0	7	2,2%	0	2	0	0	0	0	0	2	0,9%
Total	58	214	38	9	2	1	2	324	100,0%	52	128	27	3	5	8	2	225	100,0%

Fonte: Centro de Informática UnB

Elaborado pelo Autor

Tempo até solicitação	2015										2016								Média Geral
	Até 18 anos	De 19 a 24 anos	De 25 a 29 anos	De 30 a 34 anos	De 35 a 39 anos	De 40 a 44 anos	45 anos ou mais	Total	%	Até 18 anos	De 19 a 24 anos	De 25 a 29 anos	De 30 a 34 anos	De 35 a 39 anos	De 40 a 44 anos	45 anos ou mais	Total	%	
Imediatas	83	159	22	14	2	0	3	283	52,6%	90	214	26	14	3	2	2	351	51,3%	46,2%
0,5 anos	14	39	5	1	1	0	0	60	11,2%	23	42	4	3	1	0	0	73	10,7%	12,8%
1 ano	6	36	4	1	0	0	0	47	8,7%	4	40	5	0	0	0	1	50	7,3%	8,5%
1,5 anos	2	30	1	1	0	0	2	36	6,7%	1	26	4	5	0	0	1	37	5,4%	8,0%
2 anos	0	29	2	1	1	0	0	33	6,1%	0	30	4	2	2	0	0	38	5,6%	7,2%
2,5 anos	1	17	4	1	1	0	0	24	4,5%	1	38	7	4	0	0	0	50	7,3%	5,2%
3 anos	0	17	3	0	0	0	0	20	3,7%	0	19	3	0	0	1	0	23	3,4%	4,0%
3,5 anos	0	6	2	0	0	0	0	8	1,5%	0	12	3	0	0	1	0	16	2,3%	2,3%
4 anos	0	8	1	1	0	0	0	10	1,9%	0	15	5	0	0	0	0	20	2,9%	2,2%
4,5 anos	0	5	3	0	0	0	0	8	1,5%	0	15	2	0	0	0	0	17	2,5%	1,9%
5 anos ou mais	0	3	3	3	0	0	0	9	1,7%	0	4	4	1	0	0	0	9	1,3%	1,8%
Total	106	349	50	23	5	0	5	538	100,0%	119	455	67	29	6	4	4	684	100,0%	100,0%

Fonte: Centro de Informática UnB

Elaborado pelo Autor